

# Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

Fortim - Ceará - Brasil

Diagnóstico Socioeconômico



Comunidade

Trabalho

Natureza



ONDE O JAGUARIBE  
ENCONTRA O MAR,  
NATUREZA E TRADIÇÃO  
EM HARMONIA

Lazer e  
Moradia





**ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO COSTEIRO (ZEEC) DO  
MUNICÍPIO DE FORTIM - CE**

**ETAPA 02  
DIAGNÓSTICO DO MEIO SOCIOECONÔMICO**

**REVISÃO 00**

**A SERVIÇO DA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**  
Av Joaquim Crisóstomo, Nº 1049 - Centro - Cep: 62.815-000  
Boulevard Shopping - Sala 120.  
(88) 3413-1004  
35.050.756/0001-20

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**  
Rua Joaquim Crisostomo, Nº 962 - Centro - Cep: 62.815-000.  
(88) 3413-1058  
35.050.756/0001-20

**GOVERNO MUNICIPAL DE FORTIM**  
Vila da Paz Bloco D, Nº 40 Centro, Cep: 62815-000.  
Fortim – Ceará  
(88) 3413-1058  
35.050.756/0001-20

É facultada a reprodução integral ou parcial do presente documento, mediante a devida menção da fonte. Os conceitos expressos em trabalhos devidamente autenticados são plenamente responsabilidade de seus respectivos autores.

*Que o pagamento encontra o mar, respinga e profusão em harmonia*

# ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COSTEIRO - ZEEC Fortim - CE - Brasil - Diagnóstico Socioeconômico -



Secretaria de Meio Ambiente – Governo Municipal de Fortim

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Governo Municipal de Fortim

Zoneamento Ecológico – Econômico Costeiro de Fortim – Ceará – Zona Costeira do Baixo Jaguaribe – Diagnóstico do Socioeconômico - Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - Fortim, 2025.

136 p.; il.

Conteúdo: INTRODUÇÃO; METODOLOGIA; Levantamento de dados secundários; Definição de Stakeholders; Levantamento de dados primários; Mapeamento de pontos notáveis; CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA; Histórico do Município; Organização territorial; Distritos; Vilas; Uso e ocupação; Perfil demográfico e Estrutura Populacional; População residente; Composição racial; Perfil etário; Habitação; Populações Tradicionais; Indígenas; Quilombolas; Comunidades Tradicionais; Educação; Estrutura Educacional; Matrículas; Docentes; Alfabetização; Nível de Aprendizado; Distorção Idade-Série; Infraestrutura e Saneamento Básico; Abastecimento de Água; Esgotamento Sanitário; Gestão de Resíduos Sólidos; Saúde Pública e Qualidade de Vida; Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Programa de Saúde da Família (PSF); Mortalidade Infantil; Doenças Prevalentes; Programas de Inclusão Social e Ações Comunitárias; Dimensão Econômica; Estrutura Econômica Local e Dinâmica Setorial; Finanças Públicas; Frota de Veículos; Pobreza e Desigualdade; Indicadores de Emprego, Renda e Desenvolvimento Econômico; Principais Dinâmicas Econômicas; Atividades Econômicas; Turismo; Pesca Artesanal; Agricultura; Lavoura Permanente; Lavoura Temporária; Pecuária e Aquícola; Carcinicultura; Fluxo populacional; Dinâmica Migratória; Valorização Imobiliária; Processo de Urbanização; Aspectos Políticos-Institucionais; Governança Local e Participação Social; Estruturas Administrativas e Capacidades Institucionais; Composição da Administração Direta; Secretarias e Conselhos Municipais; Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca; Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer; Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Secretaria Municipal de

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*



Administração e Finanças; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Turismo e Cultura; Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Economia, Indústria e Comércio; Marco Regulatório e Legislação Municipal; Leis; Decretos; Planos e Programas; Dimensões Culturais; Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico; Tradições Locais e Manifestações Culturais; ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO MEIO SOCIOECONÔMICO; REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS; ANEXOS.

**GOVERNO MUNICIPAL DE FORTIM**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Francisca Idelnizi Sousa dos Santos  
licenciamentosemmam@gmail.com

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

Cintia Rodrigues da Silva  
desenvolvimentourbano@fortim.ce.gov.br

**GOVERNO MUNICIPAL DE FORTIM**

Delma da Costa dos Santos  
gabinete@fortim.ce.gov.br

**BIOTEC CONSULTORIA AMBIENTAL**

**Coordenação e Integração Ecológica**

**(Planejamento Geral, Integração dos Diagnósticos Ambientais e Coordenação Científica)**

- Isabel A. Pereira de Oliveira – Bióloga, Mestre em Ecologia

**Meio Biótico (Ecologia, Flora e Fauna, Gestão Ambiental)**

**(Levantamentos Biológicos, Avaliação da Biodiversidade, Capacidade de Suporte e Impactos Cumulativos)**

- Maria da Conceição Gomes de Sousa – Bióloga

*Que o pagamento vença o mar, respinga e profusão em harmonia*



- Isabel A. Pereira de Oliveira – Bióloga, Mestre em Ecologia
- Francisco Erivan Rocha – Gestor Ambiental

#### **Meio Físico-Natural (Geologia, Geomorfologia, Hidrologia e Solos)**

##### **(Dinâmica Geoambiental, Condicionantes Climáticos e Análise de Suporte Físico)**

- Wilkson Jardim – Geólogo Sênior
- João Edjackson Silveira – Agrônomo, Engenheiro Civil e Engenheiro Florestal
- Aristides Gonçalves de Souza Neto – Engenheiro Florestal
- Éder Ramon Feitoza Ledo – Tecnólogo em Irrigação e Drenagem

#### **Meio Socioespacial e Ordenamento Territorial**

##### **(Mapeamento de Uso e Cobertura da Terra, Análise Socioespacial e Potencialidades de Uso)**

- Jessica Girão Lopes – Mestre em Geografia
- Lidia Gomes de Castro – Mestre em Geografia
- Mariana Amâncio de Sousa Moraes – Mestre em Geografia
- Francisco Erivan Rocha – Tecnólogo em Geoprocessamento, Tecnólogo em Gestão Ambiental

#### **Geotecnologias, Cartografia e Sensoriamento Remoto**

##### **(Aquisição, Processamento e Análise de Dados Espaciais e Cartográficos)**

- Rodrielyson Henrique De Araujo – Auxiliar de Topografia
- Francisco Bruno do Nascimento – Auxiliar de Topografia
- Vinicius Queiroz Pinto – Cadista
- Mateus Rodrigo Fonteles de Freitas – Cadista
- Éder Ramon Feitoza Ledo – Tecnólogo em Irrigação e Drenagem

#### **Consultoria Especializada em Impactos e Poluição**

##### **(Análise Química, Ambiental e de Poluentes, com Enfoque em Risco Ecológico e Qualidade Ambiental)**

*Com o ZONEAMENTO ECONÔMICO COSTEIRO o mar, a paisagem e a profissão em harmonia*

# ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COSTEIRO - ZEEC

Fortim - CE - Brasil

## - Diagnóstico Socioeconômico -



- Tiago Silva Rodrigues – Engenheiro Químico / Engenheiro de Segurança do Trabalho

### Produção Editorial e Comunicação Científica

(Supervisão Editorial, Normalização Bibliográfica, Diagramação e Finalização dos Relatórios do ZEEC)

- Guilherme dos Santos Rodrigues
- Sabrina Mara da Silveira
- Francisco Ubirajara da Silva Rodrigues

*Cuide o Zagueiro com o mar, respinga e profusão em harmonia*



**SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	METODOLOGIA.....	4
2.1	Levantamento de dados secundários.....	5
2.2	Definição de Stakeholders.....	5
2.3	Levantamento de Dados Primários.....	8
2.4	Mapeamento de Pontos Notáveis.....	12
3	CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	15
3.1	Histórico do Município.....	16
3.2	Organização Territorial.....	17
3.2.1	Distritos.....	19
3.2.2	Vilas.....	23
3.2.3	Uso e Ocupação.....	24
3.3	Perfil Demográfico e Estrutura Populacional.....	28
3.3.1	População Residente.....	28
3.3.2	Composição Racial.....	29
3.3.3	Perfil Etário.....	29
3.3.4	Habitação.....	30
3.4	Populações Tradicionais.....	32
3.4.1	Indígenas.....	32
3.4.2	Quilombolas.....	33
3.4.3	Comunidades Tradicionais.....	33
3.5	Educação.....	35
3.5.1	Estrutura Educacional.....	35
3.5.2	Matrículas.....	38
3.5.3	Docentes.....	40
3.5.4	Alfabetização.....	42
3.5.5	Nível de Aprendizado.....	43
3.5.6	Distorção Idade-Série.....	46
3.6	Infraestrutura e Saneamento Básico.....	47

*Outro o Sagarinho encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

3.6.1	Abastecimento de Água .....	48
3.6.2	Esgotamento Sanitário .....	49
3.6.3	Gestão de Resíduos Sólidos .....	50
3.7	Saúde Pública e Qualidade de Vida.....	51
3.7.1	Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Programa de Saúde da Família (PSF) .....	51
3.7.2	Mortalidade Infantil .....	52
3.7.3	Doenças Prevalentes.....	54
3.7.4	Programas de Inclusão Social e Ações Comunitárias .....	55
3.8	Dimensão Econômica.....	56
3.8.1	Estrutura Econômica Local e Dinâmica Setorial .....	56
3.8.2	Finanças Públicas .....	58
3.8.3	Frota de Veículos .....	59
3.8.4	Pobreza e Desigualdade .....	60
3.8.5	Indicadores de Emprego, Renda e Desenvolvimento Econômico .....	60
3.8.6	Principais Dinâmicas Econômicas .....	61
3.9	Atividades Econômicas.....	64
3.9.1	Turismo.....	64
3.9.2	Pesca Artesanal.....	65
3.9.3	Agricultura.....	67
3.9.4	Lavoura Permanente.....	68
3.9.5	Lavoura Temporária .....	68
3.9.6	Pecuária e Aquícola.....	69
3.9.7	Carcinicultura .....	70
3.10	Fluxo populacional.....	72
3.10.1	Dinâmica Migratória .....	72
3.10.2	Valorização Imobiliária.....	73
3.10.3	Processo de Urbanização .....	75
3.11	Aspectos Políticos-Institucionais.....	76
3.11.1	Governança Local e Participação Social.....	76
3.12	Estruturas Administrativas e Capacidades Institucionais.....	77

*Cuide o Zagueiro do oceano e mar, emprega e profício em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

3.12.1	Composição da Administração Direta.....	77
3.13	Secretarias e Conselhos Municipais.....	79
3.13.1	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca .....	80
3.13.2	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.....	82
3.13.3	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano .....	83
3.13.4	Secretaria Municipal de Educação .....	84
3.13.5	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer.....	86
3.13.6	Secretaria Municipal de Meio Ambiente.....	88
3.13.7	Secretaria Municipal de Administração e Finanças.....	89
3.13.8	Secretaria Municipal de Saúde .....	91
3.13.9	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.....	93
3.13.10	Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Economia, Indústria e Comércio	94
3.14	Marco Regulatório e Legislação Municipal.....	95
3.14.1	Leis.....	95
3.14.2	Decretos .....	98
3.14.3	Planos e Programas .....	98
3.15	Dimensões Culturais.....	99
3.15.1	Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico.....	99
3.15.2	Tradições Locais e Manifestações Culturais .....	107
4	ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO MEIO SOCIOECONÔMICO .....	109
4.1	Saúde: Fortalecimento da Rede e Ampliação da Cobertura .....	113
4.2	Turismo: Redução da Sazonalidade e Promoção da Sustentabilidade .....	113
4.3	Agricultura e Pesca: Sustentabilidade, Segurança Alimentar e Organização Produtiva	114
4.4	Serviços Públicos e Infraestrutura: Expansão e Qualificação Essencial.....	114
4.5	Meio Ambiente: Preservação e Educação para o Futuro.....	114
4.6	Cultura e Identidade: Valorização e Fortalecimento Comunitário.....	115
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	116
6	ANEXOS.....	121

*Outro o Zagueiro encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*

**ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES**

<i>Figura 1 – Entrevistas socioeconômicas realizadas em secretarias municipais de Fortim</i> .....	9
<i>Figura 2 – Entrevistas socioeconômicas realizadas com representantes sociais de Fortim</i> .....	10
<i>Figura 3 – Modelo de folder explicativo sobre o ZEE Fortim</i> .....	12
<i>Figura 4 - Pontos Notáveis em Fortim</i> .....	13
<i>Figura 5 - Pontos Notáveis em Fortim</i> .....	14
<i>Figura 6 – Acesso ao município de Fortim</i> .....	18
<i>Figura 7 – Divisão territorial do município de Fortim</i> .....	21
<i>Figura 8 – Principais Zonas de Uso e Ocupação de Fortim</i> .....	25
<i>Figura 9 – Embarcações utilizadas para a prática de pesca artesanal</i> .....	34
<i>Figura 10 – Distribuição de escolas no município de Fortim – 2014 a 2024</i> .....	36
<i>Figura 11 – Estruturas de escolas no município de Fortim</i> .....	37
<i>Figura 12 – Quantidade de docentes da educação básica no município de Fortim - 2023</i> .....	41
<i>Figura 13 – Dados IDEB para o município de Fortim - 2023</i> .....	46
<i>Figura 14 – Matrículas por etapa de ensino da educação básica no município de Fortim – 2014 a 2024</i> .....	46
<i>Figura 15 – Taxa de Distorção Idade-Série, por Dependência Administrativa e Localização, no Nível Ensino Médio</i> .....	47
<i>Figura 16 – Taxas de natalidade e mortalidade infantil em Fortim</i> .....	53
<i>Figura 17 – Doenças prevalentes em Fortim</i> .....	55
<i>Figura 18 – Colônia de Pescadores Z-21</i> .....	66
<i>Figura 19 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais no centro de Fortim e em Viçosa</i> .....	68
<i>Figura 20 – Sede do Pontal de Maceió</i> .....	73
<i>Figura 21 – Mercado Municipal</i> .....	76
<i>Figura 22 – Número de servidores de Fortim</i> .....	79
<i>Figura 23 – Secretaria Municipal de Educação</i> .....	85
<i>Figura 24 – Secretaria Municipal de Saúde</i> .....	91
<i>Figura 25 – Sítios arqueológicos do município de Fortim - CE</i> .....	100
<i>Figura 26 – Vestígios arqueológicos do Sítio Beberibe 3</i> .....	101
<i>Figura 27 – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 1</i> .....	101

*Cuide o lagoarinho enquanto o mar, respinga e profunde em harmonia*

# ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO COSTEIRO - ZEEC Fortim - CE - Brasil - Diagnóstico Socioeconômico -



<b>Figura 28</b> – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 2.....	102
<b>Figura 29</b> – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 3.....	103
<b>Figura 30</b> – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 5.....	103
<b>Figura 31</b> – Vestígios arqueológicos do Sítio Lagoa do Paraíso.....	104
<b>Figura 32</b> – Vestígios arqueológicos do Sítio Tembetá .....	105
<b>Figura 33</b> – Vestígios arqueológicos do Sítio CE 0019LA/UFPE .....	105
<b>Figura 34</b> – Vestígios arqueológicos do Sítio CE 0055LA/UFPE .....	106

*Cuide o lagoa e encontra o mar, respinga e profusão em harmonia*



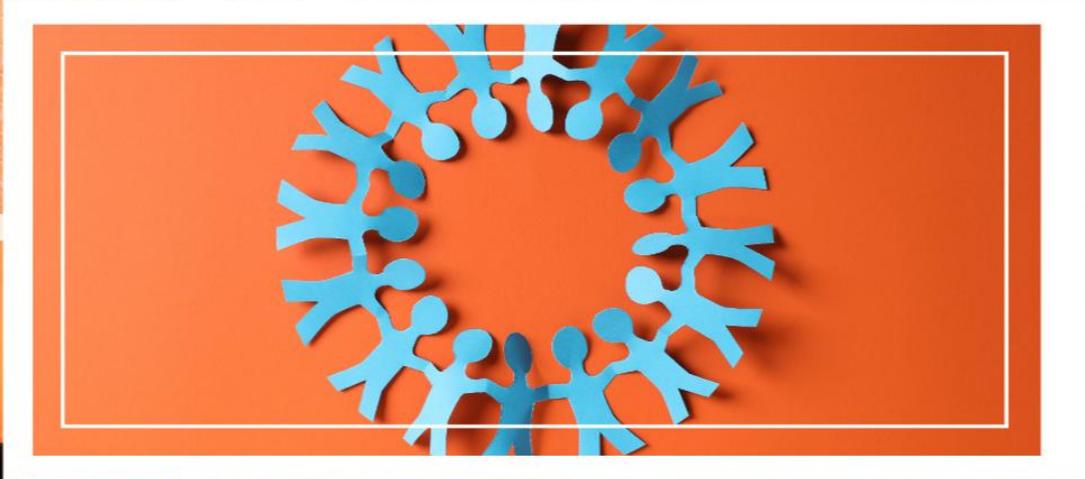


**ÍNDICE DE QUADROS**

<i>Quadro 1 - Critérios de definição do grau de influência dos stakeholders.....</i>	<i>6</i>
<i>Quadro 2 – Critérios de definição do grau de interesse dos stakeholders.....</i>	<i>6</i>
<i>Quadro 3 – Critérios de definição do grau de envolvimento dos stakeholders.....</i>	<i>7</i>
<i>Quadro 4 – Matriz de stakeholders .....</i>	<i>7</i>
<i>Quadro 5 – Matrículas por etapa de ensino da educação básica no município de Fortim – 2014 a 2024 .....</i>	<i>39</i>
<i>Quadro 6 – Comparativo da alfabetização em Fortim com números nacionais .....</i>	<i>42</i>
<i>Quadro 7 - Potencialidades e fragilidades do meio socioeconômico.....</i>	<i>110</i>

*Cuide o lagoa e o mar, preserve a paisagem e proficie em harmonia*





Onde o  
Jaguaribe  
encontra o mar,  
natureza e  
tradição em  
harmonia



# 1. INTRODUÇÃO





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

O Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira (ZEEC) do município de Fortim configura-se como um instrumento estratégico de planejamento e ordenamento territorial, concebido com o propósito de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação dos ecossistemas locais. Inserido na sub-região costeira do baixo Jaguaribe, o estudo abrange tanto áreas litorâneas quanto ribeirinhas, compreendendo aproximadamente 2.500 hectares, mapeados a partir de levantamentos primários e aerolevantamentos de alta precisão.

Frente ao avanço da urbanização e às crescentes pressões sobre áreas ambientalmente sensíveis, a implementação do ZEEC torna-se imperativa. O instrumento busca orientar o uso do solo com base na capacidade de suporte dos ecossistemas, promovendo a gestão sustentável dos recursos naturais e fornecendo diretrizes claras para a compatibilização entre conservação e atividade produtiva. A partir da delimitação de zonas com diferentes graus de permissividade, torna-se possível definir áreas prioritárias para a preservação, recuperação, manejo sustentável e desenvolvimento controlado.

Na ausência de um zoneamento eficaz, observa-se uma abordagem de gestão ambiental ainda centrada no licenciamento pontual, que delega ao empreendedor a responsabilidade de elaborar zoneamentos restritos, delimitar áreas de uso e estimar impactos em recortes específicos. Essa prática, além de fragmentar as informações ambientais, compromete a capacidade do poder público de realizar uma avaliação sistêmica sobre a sustentabilidade do uso do território. Em consequência, o Estudo de Impacto Ambiental — previsto constitucionalmente como um dos principais instrumentos de controle — vê sua eficácia limitada, por não considerar os efeitos cumulativos das atividades sobre o conjunto dos ecossistemas locais e regionais.

Quando bem estruturado, o zoneamento permite uma alocação mais racional dos recursos naturais, assegurando a proteção de ecossistemas sensíveis — como florestas, áreas úmidas, ambientes aquáticos e agroecossistemas — ao mesmo tempo em que viabiliza a continuidade das atividades econômicas de forma equilibrada. No caso de Fortim, o ZEEC ainda contribui para o fortalecimento da segurança ambiental e social das comunidades costeiras, ao identificar áreas vulneráveis a fenômenos naturais como inundações, secas e erosões, subsidiando o planejamento urbano com estratégias de adaptação e prevenção.

Além da conservação, o ZEEC-FORTIM busca fomentar práticas econômicas sustentáveis, promovendo a diversificação produtiva por meio do incentivo ao turismo

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, encontra a profissão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

ecológico, à pesca artesanal e à agricultura de base familiar. Tais medidas favorecem a geração de renda e emprego, respeitando os limites ecológicos do território e evitando a degradação irreversível dos recursos naturais.

Em conformidade com os princípios estabelecidos pelo Decreto Federal nº 4.297/2002, o zoneamento ecológico-econômico assume a função de analisar, com base em critérios técnicos e científicos, a distribuição das atividades humanas em relação à urgência ambiental, às restrições ecológicas e à vulnerabilidade dos ecossistemas. A compartimentação do território em zonas e subzonas permite a formulação de políticas públicas mais eficazes, orientadas tanto à conservação quanto ao uso sustentável.

Importa ressaltar que a definição dessas zonas foi guiada pelos princípios da efetividade e da simplicidade, com vistas a facilitar a aplicação das diretrizes por parte do poder público e sua compreensão por parte da sociedade. Dessa forma, o ZEEC-FORTIM transcende sua função técnica, consolidando-se como um instrumento fundamental de governança territorial e gestão integrada do espaço, capaz de orientar o desenvolvimento local de maneira justa, resiliente e ambientalmente responsável.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*





*Onde o Jaguaribe  
encontra o mar, natureza e  
tradição em harmonia*



GOVERNO MUNICIPAL DE  
**FORTIM**  
CONTINUAR AVANÇANDO



## 2. METODOLOGIA





## - Diagnóstico Socioeconômico -

### 2.1 Levantamento de dados secundários

A metodologia adotada para a elaboração do Diagnóstico Socioeconômico, que integra o Zoneamento Ecológico-Econômico do município de Fortim foi estruturada a partir de um planejamento prévio, etapa primordial para definição dos objetivos do estudo, os eixos prioritários de análise e as estratégias metodológicas para levantamento, tratamento e sistematização das informações. O percurso metodológico é justificado pelo intuito de construir um diagnóstico territorial integrado, articulando não somente dados sociais e econômicos de forma isolada, mas relacionando-os aos aspectos físicos do território, histórico de formação e estrutura institucional dos órgãos competentes, de forma a valorizar o levantamento de dados técnicos e, ainda, os saberes locais.

A primeira etapa definida envolveu o levantamento de dados secundários, com a coleta e análise de informações provenientes de instituições oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), além de estudos acadêmicos, plano diretor e legislações municipais. Essa base de dados permitiu uma caracterização inicial do território, subsidiando a identificação das principais lacunas informacionais, especialmente nos temas relacionados à percepção social sobre o território, práticas socioeconômicas locais, principais atividades econômicas e problemáticas de infraestrutura.

### 2.2 Definição de Stakeholders

A identificação e análise dos stakeholders constitui etapa fundamental no processo de elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), por permitir o reconhecimento dos atores institucionais, sociais e produtivos com capacidade de influenciar, ser impactados ou se envolver diretamente nas decisões relativas ao uso e ocupação do território. Tal abordagem é orientada por princípios da governança ambiental, da participação qualificada e da gestão integrada do território, sendo indispensável para assegurar legitimidade, representatividade e efetividade ao processo de planejamento.

No caso de Fortim, os stakeholders foram definidos a partir de um levantamento sistemático realizado durante a etapa de campo do diagnóstico socioeconômico, contemplando entrevistas com representantes do poder público, organizações comunitárias, associações produtivas e coletivos locais. A seleção dos atores considerou três dimensões analíticas interdependentes: grau de influência, referente à capacidade de afetar ou moldar o

*Outro o pagamento encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

processo de zoneamento; grau de interesse, relacionado à relevância percebida do ZEE para suas agendas e modos de vida; e grau de envolvimento, que expressa a efetiva participação ou engajamento nas etapas do estudo.

- Grau de Influência - Refere-se à capacidade do ator de afetar direta ou indiretamente as decisões, estratégias e resultados do ZEE, seja por autoridade formal, recursos institucionais, capacidade normativa ou legitimidade política (Quadro 1).

<b>Quadro 1 - Critérios de definição do grau de influência dos stakeholders</b>	
Nível	Critério Descritivo
<b>Alto</b>	Possui poder institucional direto sobre políticas públicas ou processos de decisão relacionados ao uso e ocupação do solo, meio ambiente, saneamento, saúde ou turismo; detém autoridade normativa ou competências legais relevantes (ex.: secretarias municipais gestoras, colônias legalmente reconhecidas, associações com representatividade formal).
<b>Médio</b>	Exerce influência setorial ou territorial indireta, atua como articulador local ou regional, possui legitimidade social ou técnica reconhecida, mas com limitação normativa (ex.: sindicatos, associações comunitárias ativas).
<b>Baixo</b>	Atuação localizada ou incipiente; poder limitado de intervenção sobre políticas públicas ou decisões de planejamento territorial. Ainda que relevante socialmente, não afeta diretamente os rumos do zoneamento.

**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

- Grau de Interesse - Refere-se ao nível de expectativa, impacto percebido ou engajamento ativo que o stakeholder manifesta em relação ao zoneamento e suas possíveis consequências sociais, econômicas ou ambientais (Quadro 2).

<b>Quadro 2 - Critérios de definição do grau de interesse dos stakeholders</b>	
Nível	Critério Descritivo
<b>Alto</b>	Demonstra forte comprometimento, participa ativamente de processos relacionados ao uso dos recursos naturais ou à governança territorial; é afetado de maneira direta pelas diretrizes do zoneamento (ex.: comunidades tradicionais, usuários intensivos da terra ou da água, gestores setoriais).
<b>Médio</b>	Manifesta interesse pontual ou condicionado ao tema de atuação setorial; reconhece a importância do zoneamento, mas não atua de forma sistemática em sua implementação.
<b>Baixo</b>	Interesse limitado, difuso ou indireto; não se identifica como parte afetada ou agente relevante no processo.

**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

- Grau de Envolvimento - Refere-se à efetiva participação do stakeholder em atividades, discussões e contribuições ao processo de zoneamento, seja por meio de oficinas, entrevistas, consultas públicas ou mobilizações anteriores (Quadro 3).

Cada o pagamento encontra o mar, sempre e profusão em harmonia



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

**Quadro 3 – Critérios de definição do grau de envolvimento dos stakeholders**

Nível	Critério Descritivo
<b>Alto</b>	Participou diretamente da etapa de campo, entrevistas, oficinas ou possui histórico de envolvimento com processos de gestão territorial e ambiental no município. Possui atuação proativa na construção de soluções.
<b>Médio</b>	Participou pontualmente ou de forma consultiva; manifesta disponibilidade, mas com limitações de tempo, estrutura ou alcance institucional.
<b>Baixo</b>	Não participou do processo até o momento, ou o fez de maneira passiva ou indireta. Envolvimento reduzido por desinformação, barreiras institucionais ou falta de recursos.

**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

As classificações atribuídas a cada dimensão seguiram critérios técnicos baseados em literatura especializada sobre análise de stakeholders em processos de ordenamento territorial e gestão socioambiental participativa (Brugha & Varvasovszky, 2000; Reed, 2008; Grimble & Wellard, 1997). A sistematização dos resultados permitiu a construção de uma matriz de stakeholders que orientou as estratégias de diálogo, consulta e envolvimento social nas fases do ZEE, assegurando que as diretrizes territoriais reflitam a complexidade dos interesses, saberes e funções presentes no município de Fortim. Com isso, foi estabelecida uma matriz de stakeholders para o projeto, detalhada no Quadro 4.

**Quadro 4 – Matriz de stakeholders**

Partes Interessadas	Influência	Interesse	Envolvimento	Critério de Escolha
Secretaria Municipal de Saúde	Alta	Alta	Alta	Órgão gestor da saúde pública, com dados epidemiológicos e territorialização de políticas
Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	Alta	Alta	Alta	Gestor da pesca e agricultura, com informações sobre áreas produtivas e conflitos de uso
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Alta	Alta	Alta	Responsável por licenciamento ambiental e gestão territorial, com base em plano diretor
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	Alta	Média	Alta	Gestor do uso do solo urbano e de áreas sensíveis, como manguezais e margem do rio Jaguaribe
Secretaria Municipal de Educação	Média	Média	Média	Atua com educação ambiental formal e percepção de impactos ambientais no território
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	Alta	Alta	Alta	Coordena políticas culturais e turísticas, com conhecimento sobre patrimônio e atrativos locais
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fortim	Média	Alta	Alta	Representa trabalhadores rurais e práticas produtivas vinculadas ao uso da terra e dos recursos naturais

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, encontra a profusão da harmonia*

- Diagnóstico Socioeconômico -

**Quadro 4 – Matriz de stakeholders**

Partes Interessadas	Influência	Interesse	Envolvimento	Critério de Escolha
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa	Média	Alta	Média	Representa núcleo rural e demandas por saneamento e preservação de recursos hídricos
Associação de Bugueiros do Pontal de Maceió	Média	Alta	Alta	Atua no turismo de aventura e uso das dunas, com interface com zoneamento turístico e ambiental
Projeto Visite Fortim – turismo hoteleiro	Média	Alta	Média	Integra o setor turístico e rede hoteleira, com influência na ocupação e serviços
Associação de Jovens do Pontal do Maceió	Média	Média	Alta	Articula juventude local e práticas sustentáveis no turismo e na economia solidária
Colônia de Pescadores Z-21	Alta	Alta	Alta	Representa pescadores e conflitos no uso de corpos hídricos; articulação institucional consolidada
Comunidade de Jardim – pescadores e marisqueiras	Média	Alta	Alta	Comunidade tradicional com práticas de mariscagem e pesca artesanal afetadas por turismo e obras pontuais
Associação de Pescadores de Fortim	Alta	Alta	Alta	Associação representativa da pesca local, com visão estratégica sobre conflitos e alternativas de uso

**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.

### 2.3 Levantamento de Dados Primários

A partir das lacunas identificadas na etapa inicial de levantamento de dados secundários, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas como método de coleta de dados primários (Figura 1). Essa abordagem teve como foco a escuta qualificada de atores sociais estratégicos definidos na etapa de levantamento das partes interessadas, com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre as especificidades do município a partir das percepções de sujeitos diretamente envolvidos nas principais atividades desenvolvidas em Fortim. Foram aplicados questionários padronizados a todos os 14 participantes (ANEXO A), incluindo um roteiro de perguntas específicas a Associação de Bugueiros do Pontal do Maceió (ANEXO B), tendo em vista a especificidade desta atividade e seu elo com questões relacionadas a áreas mais sensíveis do ponto de vista geoambiental no município.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*



**Figura 1** – Entrevistas socioeconômicas realizadas em secretarias municipais de Fortim



**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

Para a definição dos entrevistados na etapa de levantamento de partes interessadas, foi elaborada uma lista de instituições consideradas prioritárias, incluindo órgãos da administração pública municipal, como as secretarias de áreas-chave, com a finalidade de solicitar informações relevantes capazes de complementar e qualificar o diagnóstico técnico. Além disso, foram selecionadas instituições de representação social vinculadas às atividades econômicas predominantes no município, como pesca, agricultura e turismo, reconhecidas por sua importância no contexto local (Figura 2). Também foram incluídos representantes de associações, visando incorporar ao diagnóstico elementos relacionados às potencialidades e problemáticas percebidas pela população, contribuindo para uma análise mais abrangente e sensível às dinâmicas sociais e territoriais do município.

*Que o pagamento vença o mar, enjoga e profício em harmonia*

*Figura 2 – Entrevistas socioeconômicas realizadas com representantes sociais de Fortim*



*Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.*

Neste sentido, foi realizada a primeira visita de campo, para estabelecer um contato inicial com os atores sociais estratégicos. A escolha desses interlocutores se baseou na relevância de suas trajetórias e vivências para a compreensão do contexto territorial. Já na segunda atividade de campo, foram realizadas entrevistas com os stakeholders selecionados, utilizando a técnica de entrevistas semiabertas. Esse tipo de abordagem metodológica permitiu combinar questões orientadoras com espaço para respostas livres e aprofundadas, o que favoreceu a captação de narrativas, percepções e experiências relacionadas ao uso e gestão do território. As entrevistas foram guiadas por um roteiro temático previamente elaborado, que incluía perguntas sobre quatro eixos centrais:

- (i) percepção sobre o território e suas transformações;
- (ii) atividades produtivas e práticas socioeconômicas;
- (iii) formas de participação social e de gestão do território;
- (iv) expectativas e visões de futuro para o município.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

A análise das entrevistas seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin (2011), que compreende um conjunto de técnicas voltadas à interpretação sistemática e objetiva do conteúdo das mensagens, possibilitando a identificação de categorias, temas recorrentes e sentidos atribuídos pelos sujeitos. No caso específico do ZEE de Fortim, adotou-se a abordagem categorial temática, permitindo organizar os dados qualitativos em eixos interpretativos alinhados aos objetivos do diagnóstico.

Ressalta-se que os resultados obtidos por meio das entrevistas estão incorporados às discussões do diagnóstico socioeconômico, contribuindo de maneira transversal para a compreensão das dinâmicas locais, uma vez que o objetivo da aplicação das entrevistas não foi gerar dados qualitativos representativos do ponto de vista estatístico, mas sim oferecer uma compreensão contextual e ampliada das dinâmicas locais. O número de entrevistas foi definido com base em critérios de diversidade e relevância dos sujeitos entrevistados, e a análise concentrou-se em identificar padrões discursivos, divergências e consensos relevantes para a formulação do diagnóstico territorial. A escuta dos atores sociais foi, portanto, um recurso metodológico para complementar e qualificar os dados secundários, fornecendo informações essenciais sobre a dimensão subjetiva e vivencial do território.

Durante as entrevistas, os participantes receberam folders informativos contendo explicações sobre o que é o ZEE (Figura 3), seus objetivos, a importância da sua participação e como as informações seriam utilizadas. Essa estratégia teve como objetivo garantir transparência no processo de coleta de dados, promover a compreensão pública sobre o instrumento e fomentar o diálogo com a população local.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*

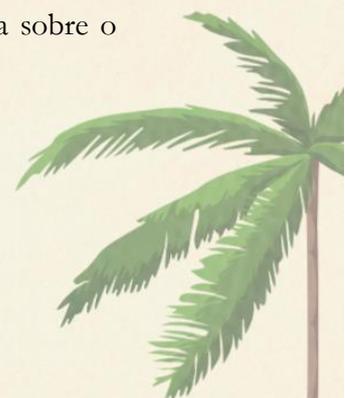
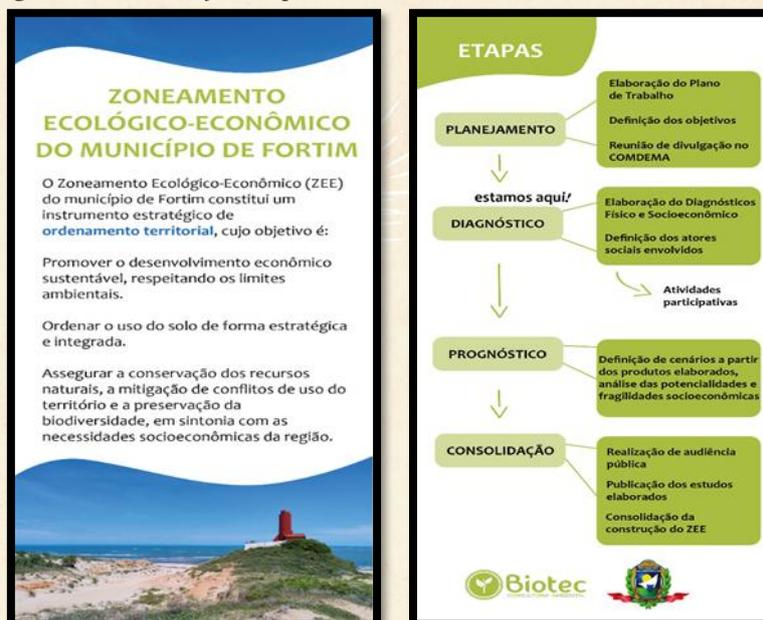




Figura 3 – Modelo de folder explicativo sobre o ZEE Fortim



Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

Com base nas informações coletadas, foi elaborado um diagnóstico territorial abrangente, que descreve a contextualização histórica do município, seu perfil demográfico e estrutura populacional, a organização e uso do território, a oferta de serviços básicos (educação, saúde, saneamento e infraestrutura), as principais atividades econômicas, as legislações vigentes e a dimensão cultural de Fortim.

A articulação entre os dados secundários e as informações obtidas em campo, aliada à escuta qualificada dos sujeitos locais, possibilitou a construção de uma leitura aprofundada, integrada e situada do território de Fortim. Essa abordagem metodológica permitiu captar não apenas os aspectos estruturais e objetivos do município, mas também os sentidos, percepções e saberes socialmente construídos pelos diferentes grupos que o habitam. A análise integrada desses múltiplos elementos forneceu subsídios consistentes para a elaboração do diagnóstico, visando orientar, de forma sensível e estratégica, futuras ações de planejamento e ordenamento territorial no município.

## 2.4 Mapeamento de Pontos Notáveis

A etapa de campo do levantamento socioeconômico também contemplou visitas a pontos notáveis e estratégicos do território municipal de Fortim, cuja identificação e

*Outro o pagamento encontra o mar, sempre e profusão em harmonia*

## - Diagnóstico Socioeconômico -

observação direta foram consideradas fundamentais para o aprimoramento do diagnóstico territorial (Figura 4).

As visitas tiveram como finalidade principal atualizar o mapeamento físico e funcional dessas áreas, considerando tanto sua relevância social, econômica e ambiental quanto sua inserção em dinâmicas locais de uso e ocupação do solo. Foram observados elementos como infraestruturas turísticas e de serviços públicos, equipamentos comunitários, áreas de expansão urbana, zonas de conflito fundiário, áreas com pressão imobiliária, núcleos produtivos rurais e assentamentos tradicionais. A sistematização dessas informações, associada ao georreferenciamento e à análise espacial, subsidiará a delimitação de zonas de planejamento e a proposição de diretrizes específicas no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), garantindo a incorporação de valores culturais, ecossistêmicos e socioeconômicos ao ordenamento territorial do município.

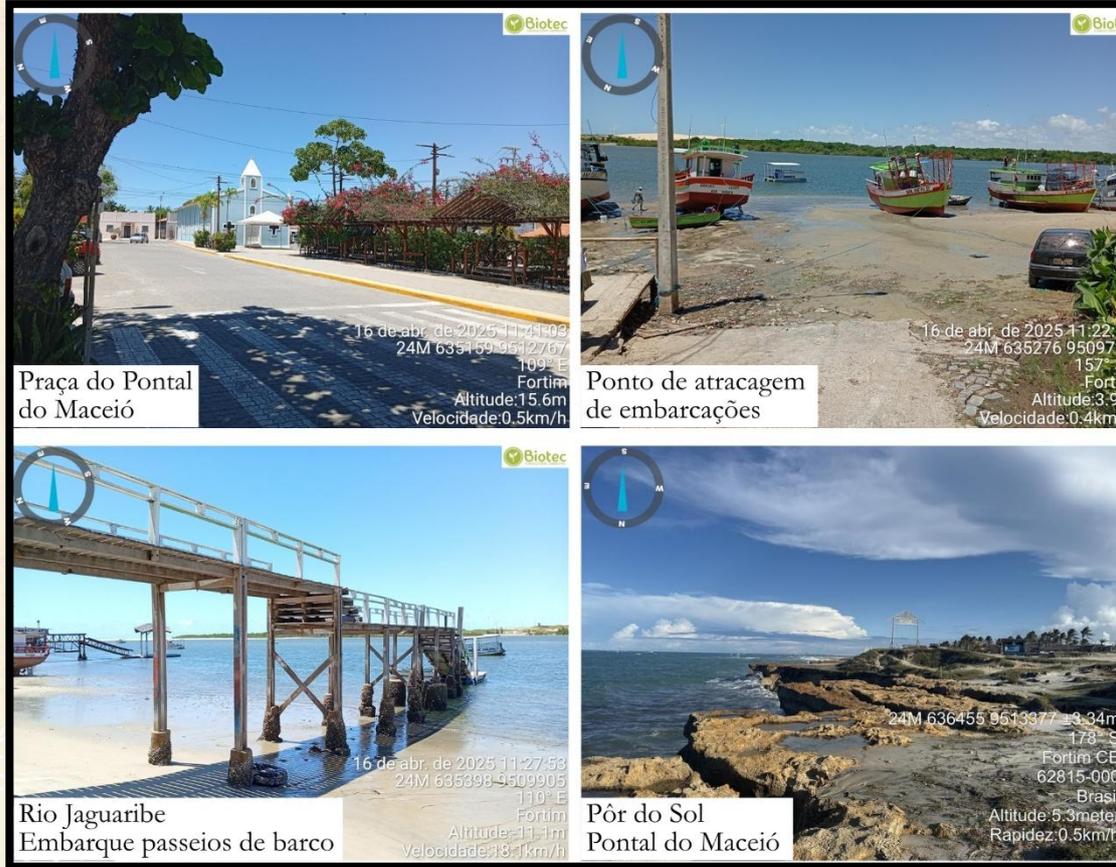
**Figura 4 - Pontos Notáveis em Fortim**



**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*

Figura 5 - Pontos Notáveis em Fortim



Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.

*Que o Jaguaribe unifique o mar, a praia e a paisagem em harmonia*

Onde o Jaguaribe encontra o mar,  
natureza e tradição em harmonia



GOVERNO MUNICIPAL DE  
**FERTIM**  
CONTINUAR AVANÇANDO

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA





### 3.1 Histórico do Município

O município de Fortim remonta às profundezas da Proto-História cearense, sendo sua origem intrinsecamente ligada à Expedição de 1603, conduzida pelo capitão-mor Pero Coelho de Souza. Em sua travessia pela rota que ligava a Paraíba à Serra da Ibiapaba, a expedição estabeleceu um acampamento na região costeira que hoje corresponde a Fortim, visando ao recrutamento de indígenas locais para fortalecer seu contingente. Ao retornar de sua empreitada, fragorosamente derrotada e reduzido a apenas dezoito homens, Pero Coelho novamente assentou-se na região, trazendo consigo sua esposa, D. Maria Tomázia, e seus cinco filhos menores. Foi então que erigiu o Forte São Lourenço, posteriormente conhecido como Forte Nova Lisboa ou Nova Lusitânia, marco inaugural do estabelecimento lusitano no território que, no decorrer do tempo, culminaria na formação de Fortim.

O forte desempenhou um papel estratégico na defesa da costa contra os corsários e outros invasores estrangeiros que, à época, buscavam riquezas ao longo do litoral nordestino. Sua presença firmou as bases para a ocupação colonial portuguesa, transformando-se em um símbolo duradouro do processo de colonização. A designação "Fortim," proveniente da antiga nomenclatura "Fortinho," remete diretamente a essa edificação militar, preservando o legado histórico que ainda hoje permeia a identidade do município.

O desenvolvimento de Fortim, desde seus primórdios, foi influenciado pelas rotas comerciais e militares que transitavam pela região, bem como pela proximidade do Rio Jaguaribe, que desempenhou um papel vital como via de transporte e comunicação entre o interior e o litoral. Durante os séculos XVII e XVIII, a Coroa Portuguesa fomentou a ocupação da região mediante a concessão de sesmarias, vastas propriedades destinadas à agricultura e à criação de gado. Dessa forma, a economia local consolidou-se em torno da agropecuária e da produção de algodão, destinado principalmente à exportação europeia. A prática da pesca, facilitada pela localização costeira, também se destacou, tornando-se uma atividade fundamental para o sustento da população e o desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista administrativo, o distrito que daria origem a Fortim foi formalmente instituído em 1934, sob a denominação de Canoé, subordinado ao município de Aracati. Em 1937, sofreu uma alteração toponímica, passando a se chamar "Fortinho" e, posteriormente, em 1938, recebeu a denominação definitiva de "Fortim." Esse nome permaneceu inalterado até a elevação do distrito à categoria de município, ocorrida em 27 de

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, impingem e perficão em harmonia*





## - Diagnóstico Socioeconômico -

março de 1992, por meio da Lei Estadual nº 11.928, efetivando o desmembramento do território de Aracati e consagrando a independência política de Fortim, cuja instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1993. Este marco de emancipação reflete a crescente afirmação identitária da população local e a necessidade de uma administração pública mais sintonizada com as demandas regionais.

Ao longo do século XX, Fortim passou por um período de modernização e expansão, principalmente com a construção de rodovias que conectam o município a outras áreas do Ceará, facilitando o fluxo de mercadorias e pessoas. A pesca artesanal, uma prática tradicional, ganhou novo fôlego com a introdução de técnicas aprimoradas, o que impulsionou a economia regional. A partir da década de 1990, o turismo emergiu como um dos principais vetores de desenvolvimento, alavancando o potencial natural e histórico da região. Praias de beleza singular, como Pontal do Maceió, juntamente com a proximidade de áreas de preservação ambiental, transformaram Fortim em um destino turístico de destaque, atraindo visitantes nacionais e estrangeiros, e incentivando investimentos em infraestrutura hoteleira e imobiliária.

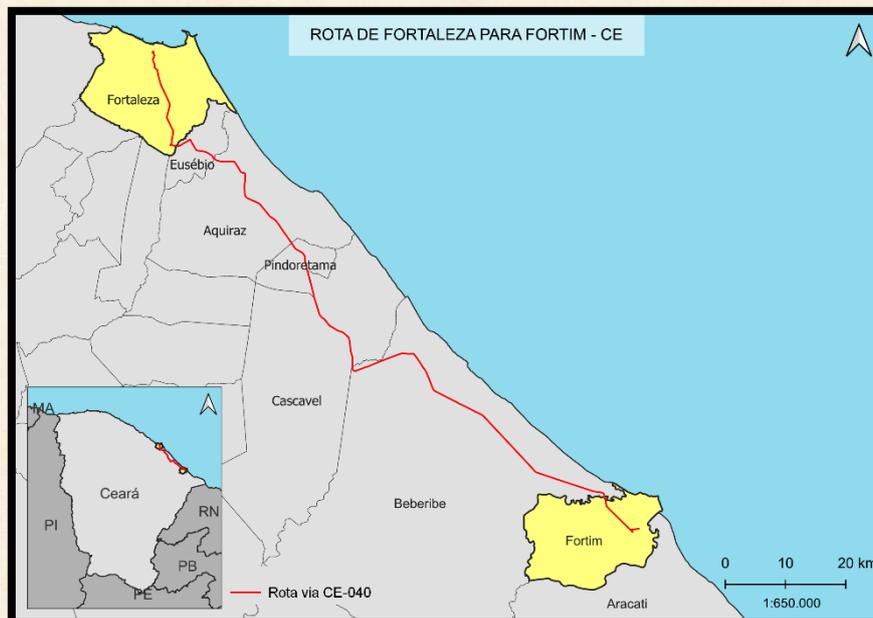
O município, atualmente constituído por seis distritos – Fortim (sede), Barra, Campestre, Guajiru, Maceió e Viçosa –, consolidou-se como um polo turístico e econômico. O encontro majestoso entre o Rio Jaguaribe e o Oceano Atlântico tornou-se um ponto de referência não apenas para atividades pesqueiras, mas também para o lazer e o turismo, desempenhando um papel preponderante no desenvolvimento da economia local.

### 3.2 Organização Territorial

O acesso ao município de Fortim a partir da capital Fortaleza ocorre, predominantemente, por via terrestre, sendo realizado pela Rodovia CE-040, uma das principais vias estruturantes do litoral leste cearense (Figura 6). O trajeto total possui aproximadamente 135 km de extensão e é pavimentado em toda sua extensão, com boas condições de trafegabilidade e sinalização. A viagem parte da zona urbana de Fortaleza e atravessa os municípios de Eusébio, Aquiraz, Pindoretama, Cascavel e Beberibe, até alcançar Fortim, situado já no trecho final da rodovia. Após o entroncamento com a CE-371, que serve de acesso secundário a comunidades locais, o percurso é complementado por estradas municipais que conectam a sede de Fortim aos distritos de Pontal do Maceió, Jardim, Viçosa, entre outros.

*Entre o Jaguaribe e o mar, natureza e tradição em harmonia*

**Figura 6** – Acesso ao município de Fortim



**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.

O trajeto apresenta tráfego moderado e é amplamente utilizado por veículos particulares, transporte intermunicipal e vans turísticas, especialmente durante os períodos de alta estação. A partir de Aracati, também é possível chegar a Fortim utilizando a BR-304, que cruza a região por meio do entroncamento com a CE-040, ampliando a integração regional com o Rio Grande do Norte e o interior do Ceará. Essa conectividade viária é essencial para a dinâmica turística, para o escoamento da produção pesqueira e agrícola local, e para o acesso a serviços e equipamentos públicos de maior complexidade situados na região metropolitana de Fortaleza.

O município possui extensão territorial de 285,024 km<sup>2</sup>, conforme os registros oficiais do ano de 2022. Em termos demográficos, a região apresenta uma densidade populacional de 60,68 habitantes por quilômetro quadrado, o que sugere uma pressão demográfica intermediária sobre os recursos naturais e o meio ambiente local.

No que concerne à hierarquia urbana, a região é classificada como um "Centro Local" de acordo com a classificação de 2018. Essa designação reflete um papel funcional modesto no sistema urbano regional, sugerindo limitações em sua capacidade de oferta de serviços e infraestrutura. Tal classificação implica desafios específicos em termos de gestão ambiental, especialmente no que diz respeito à implementação de sistemas de coleta seletiva, gestão de efluentes, e ao desenvolvimento de práticas sustentáveis em comunidades locais.

*Outro o saguão de encontro o mar, emprega e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

A influência do território estende-se também à integração na região de influência do Arranjo Populacional de Fortaleza/CE, evidenciando sua inserção em um contexto mais amplo de interações socioeconômicas e ambientais. Esta conexão regional, apesar de indicar uma dependência em relação ao centro urbano de Fortaleza, também sugere a necessidade de uma abordagem integrada em questões como o manejo de resíduos, fluxos populacionais e o transporte de poluentes, aspectos que são inerentes ao planejamento territorial de forma sustentável.

O pertencimento à Região Intermediária de Quixadá, conforme registrado em 2021, confere à área um papel articulador no contexto regional, influenciando diretamente a gestão de recursos hídricos e a conservação da biodiversidade. Por sua vez, a vinculação à Região Imediata de Aracati estabelece uma relação funcional mais direta, o que pode ser determinante na implementação de projetos que visem ao desenvolvimento sustentável, bem como à gestão integrada de bacias hidrográficas, um aspecto crucial para a gestão ambiental de longo prazo.

Adicionalmente, a inserção na Mesorregião do Jaguaribe enriquece o contexto geográfico e ecológico do território, revelando sua conexão com ecossistemas costeiros e semiáridos, que demandam práticas de manejo ambiental adaptadas às especificidades do bioma e aos serviços ecossistêmicos que a região oferece. Já a inclusão na Microrregião do Litoral de Aracati agrega relevância ao cenário ambiental, ao abranger áreas de preservação e sistemas costeiros sensíveis, tais como manguezais e restingas. A presença de processos de erosão costeira, salinização de aquíferos e a fragilidade dos ecossistemas locais reforçam a urgência na adoção de práticas de conservação e recuperação ambiental adequadas e eficazes.

### 3.2.1 Distritos

O município está subdividido em seis unidades territoriais administrativas, denominadas distritos, que cumprirão papel fundamental na estruturação e operacionalização das diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), especialmente no que se refere à definição de zonas de uso, restrição e por zoneamento ecológico-regional. Os distritos foram instituídos pelo município em 1993 e são regulamentados no Plano Diretor Participativo (Lei Complementar 029/2017).

- Barra: Instituído pela Lei N° 035/93, o perímetro de Barra inicia-se na nascente do Córrego Zé Filipe. A partir desse ponto, traça-se uma linha reta até a nascente

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, emprega a profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

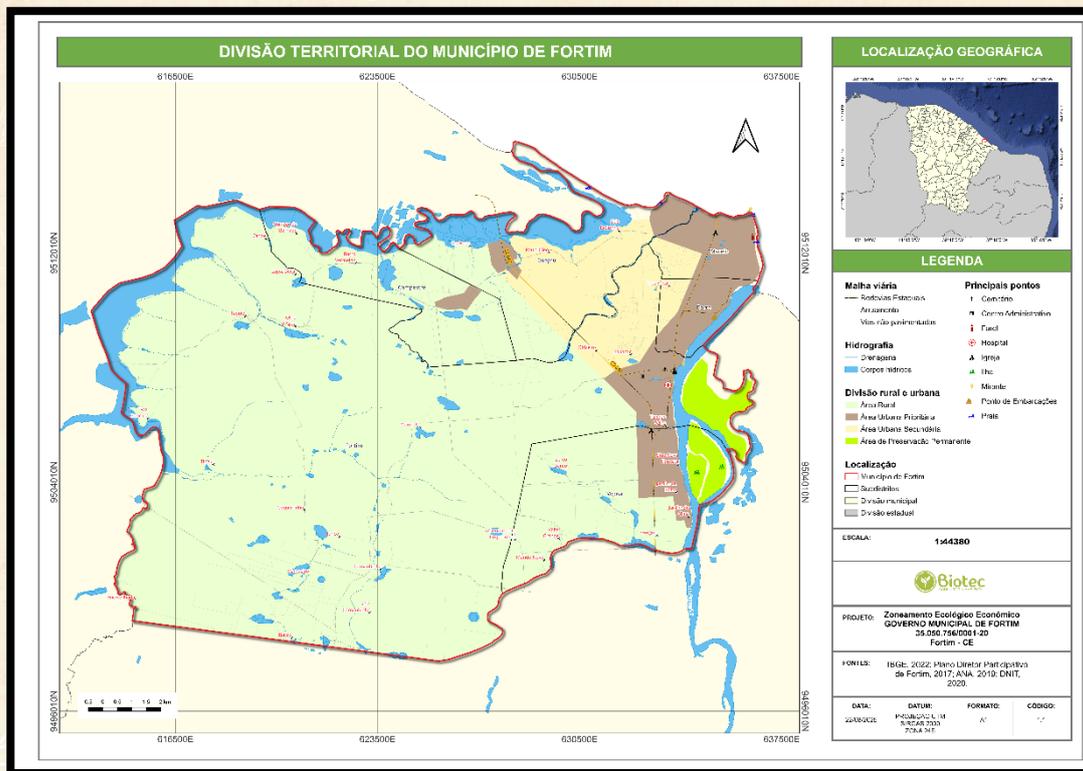
do Córrego Ernesto, seguindo-se o curso deste até sua confluência com o Rio Jaguaribe. Daí, acompanha-se o Rio Jaguaribe até a foz do Canal Grande, delimitando assim sua extensão territorial.

- **Campestre:** Criado também pela Lei N° 035/93, o distrito de Campestre tem sua delimitação territorial iniciando na foz do Córrego Bernardo, no Rio Pirangi. O trajeto prossegue por este córrego até o centro da Lagoa Seca, seguindo em linha reta até a foz do Córrego Félix. A partir daí, sobe-se pelo córrego até sua nascente e, em linha reta, alcança-se a nascente do Córrego Maceió, marcando o limite do distrito.
- **Guajiru:** Delimitado pela mesma lei de 1993, Guajiru tem sua área definida a partir da nascente do Córrego Maceió, descendo por este até sua junção com o Córrego Zé Filipe, estabelecendo assim suas fronteiras.
- **Maceió:** O distrito de Maceió, igualmente instituído pela Lei N° 035/93, inicia-se na foz do Córrego Zé Filipe, no Córrego Maceió, subindo pelo curso deste até atingir sua nascente, traçando sua delimitação territorial.
- **Viçosa:** Viçosa, criado pela mesma legislação, começa na divisa intermunicipal com Aracati, no ponto onde o Braço do Cumbe encontra o Braço do Rio Jaguaribe, que separa as Ilhas Grande e Caldereiro. O limite segue pelo Braço do Cumbe até a sua foz no Rio Jaguaribe, acompanhando o rio até o Corredor de Guilherme. A partir deste ponto, segue até o entroncamento na estrada Viçosa-Fortim, traçando uma linha reta até o centro da Lagoa da Viçosa. Dali, outra linha reta segue até a nascente do Córrego José dos Santos, e, finalmente, a delimitação se completa na nascente do Córrego da Inveja.

A delimitação dos distritos e demais aspectos territoriais do município podem ser verificados na Figura 7.

*Do rio Jaguaribe encontra o mar, encontra a profissão em harmonia*

Figura 7 – Divisão territorial do município de Fortim



Fonte: Adaptado de Plano Diretor de Fortim, 2017. Biotec Consultoria Ambiental, 2025.

Fortim apresenta aspectos relevantes do ponto de vista turístico, sobretudo pela existência de praias e recursos naturais de beleza cênica. Como parte da caracterização do território, foi realizado o levantamento e georreferenciamento de pontos notáveis do município, compreendendo edificações públicas, estruturas culturais e religiosas, equipamentos de apoio à população, atrativos naturais e turísticos, além de representações comunitárias. A identificação desses pontos permite reconhecer a distribuição funcional do espaço urbano e rural, apoiar a definição de zonas estratégicas de uso e indicar áreas prioritárias para preservação, controle ou requalificação urbanística.

O município possui uma série de órgãos públicos municipais concentrados no Distrito Sede, o que reforça o papel centralizador dessa localidade na administração e prestação de serviços. Entre os destaques estão:

- Secretaria Municipal de Saúde, com atuação na atenção primária e vigilância epidemiológica;
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pelo licenciamento ambiental e pelo monitoramento das pressões sobre recursos naturais;

*Outro o lagoarinho acenando o mar, empurra e profunde em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

- Secretaria de Desenvolvimento Urbano, vinculada ao planejamento territorial;
- Secretaria Municipal de Educação, com ações de educação ambiental;
- Secretaria de Turismo, que articula os atrativos turísticos e culturais locais;
- Centro Administrativo Municipal e Delegacia, que reforçam a governança e a segurança pública local.

Esses órgãos se configuram como pontos nodais de apoio ao zoneamento, ao oferecerem dados, estrutura de gestão e articulação com as comunidades. Destacam-se também as organizações sociais e produtivas com influência sobre o ordenamento territorial:

- O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Fortim e a Colônia de Pescadores Z-21, ambas com forte vínculo com o uso de recursos naturais e a regulação da pesca artesanal;
- A Associação de Jovens do Pontal do Maceió, atuante na promoção do turismo cultural e na inclusão socioprodutiva de jovens;
- O Ponto de Embarcações, localizado no Pontal, com uso frequente para atividades turísticas e pesqueiras.

A presença e localização dessas entidades reforçam a importância de considerar zonas especiais para usos produtivos tradicionais e formas associativas no ZEE. A identidade territorial de Fortim está fortemente ancorada em seu patrimônio cultural e religioso, com destaque para:

- A Igreja Matriz, no centro do distrito sede;
- A Igreja do Pontal do Maceió, com valor simbólico para a comunidade costeira;
- A Igreja Nossa Senhora da Conceição de Viçosa, representando o elo cultural com os distritos rurais.

Tais estruturas devem ser preservadas e reconhecidas como zonas de valor cultural no zoneamento.

Os principais pontos turísticos mapeados incluem tanto atrativos naturais quanto culturais, dentre eles estão:

- A Pedra do Chapéu, formação geológica que constitui marco paisagístico do município em contato com o Rio Jaguaribe;
- O Farol do Pontal do Maceió e o Mirante do Pôr do Sol, ambos associados à observação da paisagem costeira;

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

- As praias de maior destaque: Pontal do Maceió, Praia das Agulhas, Praia do Farol, Barra do Pirangi, que configuram o eixo turístico central da zona costeira, com grande fluxo de visitantes e forte pressão imobiliária.

Essas áreas demandam regras específicas de uso e conservação, combinando infraestrutura turística, proteção ambiental e convivência com comunidades tradicionais. A cidade também abriga o Mercado Público, espaço de comercialização e articulação da economia local, a Praça São Pedro e outras praças menores, além do Cemitério Municipal, elementos que compõem a paisagem urbana e a rede de infraestrutura social.

A distribuição espacial dos pontos notáveis evidencia a centralidade do Distrito Sede, a importância estratégica do Pontal do Maceió para o turismo, e o valor simbólico e produtivo dos distritos rurais, como Viçosa. A consolidação dessas informações subsidia a definição de zonas de uso turístico, cultural, ambiental e institucional no ZEE, orientando ações de planejamento com base na valorização dos patrimônios locais, no equilíbrio entre os usos produtivos e na proteção das paisagens naturais e culturais do território.

### 3.2.2 Vilas

As vilas de Gurguri e Jardim constituem exemplos notáveis do modo de vida sereno e tradicional que caracteriza essa região. Ambas as localidades se destacam pela forte ligação entre suas comunidades e as paisagens naturais circundantes, preservando, com distinção, a herança cultural e as atividades econômicas que sustentam sua população.

A Vila Gurguri, situada nas proximidades da rodovia CE-040, desfruta de uma localização privilegiada nas margens do majestoso Rio Jaguaribe, cuja influência molda a vida local. Com sua economia essencialmente baseada na pesca artesanal e na agricultura familiar, Gurguri mantém vivas práticas tradicionais que são passadas de geração em geração.

Essa interação harmoniosa entre o homem e a natureza reflete-se nas práticas sustentáveis que dominam o cotidiano da vila. A comunidade, fortemente integrada ao ambiente, oferece uma riqueza cultural e ambiental que atrai tanto estudiosos quanto visitantes que buscam autenticidade e tranquilidade.

A Vila Jardim, por sua vez, é outro exemplo eloquente da vida rural cearense. A simplicidade do cotidiano convive com a riqueza de uma cultura imaterial profundamente enraizada, evidenciada nas celebrações religiosas, festividades comunitárias e no artesanato local. A vila se destaca por sua conexão com as tradições agrícolas, que, além de sustentar a

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, enfiando a profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

população, promovem a preservação dos saberes ancestrais, criando uma simbiose entre desenvolvimento sustentável e respeito às tradições.

### 3.2.3 Uso e Ocupação

A organização territorial do município de Fortim foi normatizada pela Lei Complementar nº 030, de 03 de outubro de 2017, que institui a Lei de Organização Territorial como parte integrante do Plano Diretor Participativo. Essa legislação estabelece os limites da zona urbana do município e estrutura o território com base em critérios de articulação espacial, função social da propriedade e sustentabilidade, compondo um arcabouço normativo essencial para o ordenamento e a gestão integrada do solo urbano e rural (Figura 8).

De modo geral, o território de Fortim está dividido em quatro categorias principais:

- Área Urbana Prioritária da Grande Fortim,
- Sede Distrital de Campestre,
- Área Urbana Secundária,
- Área Rural.

A Grande Fortim é definida como um conjunto urbano contínuo, cuja malha urbana interliga a Sede Municipal às comunidades de Viçosa, Barra, Maceió e Guajiru, formando um aglomerado urbano coeso, com características de expansão adjacente e integração funcional. Já a Área Urbana Secundária compreende áreas com potencial de urbanização a médio e longo prazo, sujeitas à regulação específica. As Áreas Rurais, por sua vez, mantêm sua vocação agroextrativista, cultural e ambiental, compondo o espaço produtivo e ecologicamente relevante do município.

A principal unidade de planejamento urbano adotada é a Unidade de Vizinhança (UV), que constitui o referencial básico do ordenamento territorial nas áreas urbanas. Cada UV é planejada para atender entre 7.000 e 15.000 habitantes, articulando espaços residenciais, serviços, comércio e trabalho em torno de um núcleo central, com um raio médio de caminhabilidade de 400 metros. Em áreas já parceladas ou ocupadas, esse raio pode ser ampliado conforme as necessidades locais.

O conjunto da Grande Fortim é composto por 28 Unidades de Vizinhança, cujos limites físicos estão definidos nos mapas oficiais (Anexo II da Lei). Essa configuração busca

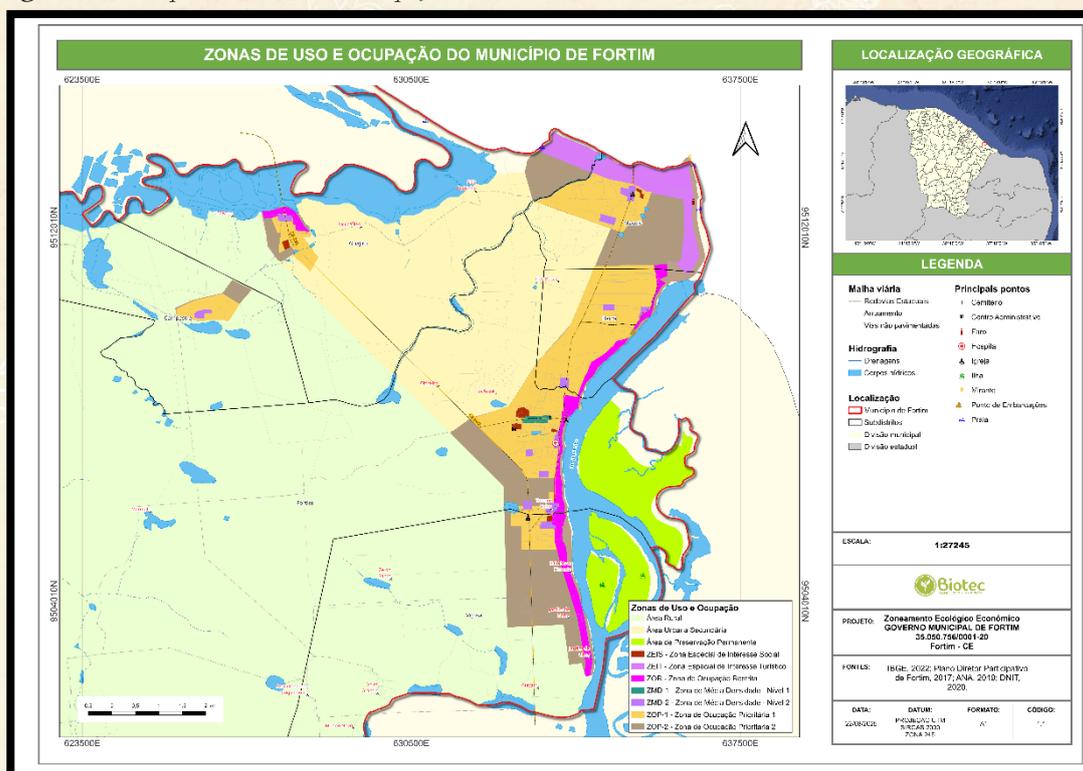
*Outro o pagamento encontra o mar, impugna e profusão em harmonia*

## - Diagnóstico Socioeconômico -

promover um urbanismo funcional e descentralizado, favorecendo a distribuição equilibrada dos serviços e a redução de deslocamentos pendulares para a zona central.

As Unidades de Vizinhança são interligadas por um sistema viário troncal, concebido para possibilitar a circulação contínua de transporte coletivo e o acesso racional aos principais polos de atividades urbanas, como o terminal rodoviário, parques, centrais de abastecimento, mercados e áreas industriais. Essa rede viária tem papel estruturador na articulação entre centralidades locais e regionais.

**Figura 8** – Principais Zonas de Uso e Ocupação de Fortim



**Fonte:** Adaptado de Plano Diretor de Fortim, 2017. Biotec Consultoria Ambiental, 2025.

Além da divisão espacial e funcional do território, a organização também contempla um marco normativo ambiental, essencial para o controle da ocupação do solo e a proteção dos recursos naturais, representado no Tomo VI da Lei Complementar nº 034/2017, que institui o Código Ambiental do Município.

A etapa ambiental do Plano Diretor de Fortim está ancorada no princípio constitucional de que o meio ambiente ecologicamente equilibrado constitui direito inalienável de todo cidadão (BRASIL, 1988). O Código Ambiental municipal, instituído no Tomo VI da Lei, traduz essa diretriz em um conjunto de princípios operacionais e

*Outro o pagamento acontece e nos, sempre e profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

normativos que orientam as ações públicas e privadas sobre o território, vinculando o exercício da função socioambiental da propriedade à preservação dos bens naturais comuns.

Nos termos do Artigo 1º da legislação, a política ambiental de Fortim impõe ao poder público e à comunidade local o dever de defender e preservar o meio ambiente, em benefício das gerações presentes e futuras. Tal política está fundamentada em sete princípios estruturantes, conforme disposto no Artigo 2º da lei:

- Participação social
- Cidadania
- Desenvolvimento sustentável
- Conservação dos ecossistemas e da biodiversidade
- Responsabilidade objetiva
- Princípio da precaução
- Princípio do poluidor-usuário pagador

O Código Ambiental atua como componente transversal na organização territorial do município. As diretrizes ambientais orientam a delimitação e a regulamentação das Áreas Urbanas Prioritárias, Unidades de Vizinhança, Áreas Urbanas Secundárias e Zonas Rurais, exigindo a compatibilização do uso do solo com a fragilidade ambiental das paisagens costeiras, em especial diante de vetores de expansão urbana sobre áreas ecologicamente sensíveis.

O Macrozoneamento Ambiental, estabelecido no Tomo VI do Plano Diretor, atua como eixo articulador entre conservação, ordenamento territorial e gestão integrada dos recursos naturais. É dividido nas seguintes zonas:

**3.2.3.1 Áreas Especiais**

As Áreas Especiais são zonas de controle ambiental situadas ao longo de corpos hídricos, com largura de 100 metros a partir da cota de cheia máxima dos cursos d'água, lagoas e açudes municipais, incluindo as Áreas de Preservação Permanente (APPs). Estas áreas desempenham dupla função: Atuar como zonas de amortecimento para APPs; proteger ecossistemas sensíveis, permitindo usos sustentáveis de baixo impacto. As diretrizes para essas áreas incluem incentivo ao reflorestamento, controle do uso de agrotóxicos e de

*Outro o pagamento encontra o mar, impugna e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

atividades extrativistas, e estímulo a práticas sustentáveis como o turismo ecológico, agricultura familiar e criação de Unidades de Conservação privadas.

### 3.2.3.2 Áreas Sensíveis com Conflito de Uso

As Áreas Sensíveis com Conflito de Uso compreendem zonas críticas junto ao Rio Pirangi e áreas adjacentes, com presença de usos antrópicos potencialmente conflituosos com a conservação ambiental. Essas áreas têm como objetivos: Preservar as APPs; Promover a recuperação de áreas degradadas; restringir atividades de alto impacto como a carcinicultura e o uso intensivo de agrotóxicos. A regulamentação específica do uso nas ASCU busca compatibilizar a conservação ambiental com o uso racional de recursos naturais, por meio de medidas de controle e estímulo ao extrativismo vegetal sustentável.

### 3.2.3.3 Unidades de Conservação

O município, por meio de sua política ambiental, compromete-se com a criação e regulamentação de Unidades de Conservação, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC – Lei Federal nº 9.985/2000). As UCs poderão ter objetivos de proteção integral ou uso sustentável, devendo ser acompanhadas por planos de manejo aprovados no prazo máximo de cinco anos após sua instituição legal.

### 3.2.3.4 Área de Uso Urbano de Baixo Impacto

As Áreas de Uso Urbano de Baixo Impacto abrangem a sede municipal e os núcleos distritais não inseridos em zonas ambientalmente restritivas. Nessas áreas, é proibida a instalação de indústrias ou atividades de alto impacto, privilegiando: Uso residencial de baixa e média densidade; monitoramento de atividades nas proximidades de corpos hídricos e do Parque dos Monólitos; incentivo ao uso de fontes de energia limpa e controle de extração mineral.

### 3.2.3.5 Áreas de Uso Múltiplo

As Áreas de Uso Múltiplo abrangem as porções territoriais que não se enquadram nas categorias restritivas. Nessas zonas, são permitidas atividades diversas, desde que não afetem a biota das Unidades de Conservação e estejam submetidas ao licenciamento ambiental, conforme previsto na legislação federal (Lei Complementar nº 140/2011; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução COEMA nº 01/2016).

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficua em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

### 3.2.3.6 Áreas de Agricultura e Florestas

Estas áreas compreendem uma faixa de 1.000 metros de largura ao longo dos rios Jaguaribe e Pirangi, com a finalidade de: Preservar terras férteis para a agricultura familiar; controlar processos erosivos e uso de agrotóxicos; proteger a paisagem agrícola e promover o reflorestamento de APPs.

### 3.3 Perfil Demográfico e Estrutura Populacional

#### 3.3.1 População Residente

A análise demográfica da população residente na região revela um total de 17.294 habitantes, conforme os dados do censo demográfico do IBGE (2022). No que concerne à distribuição por gênero, observa-se uma população masculina de 8.520 indivíduos, o que representa cerca de 49,27% do total, ao passo que a população feminina soma 8.774 pessoas, correspondendo a 50,73% da população total. A razão de sexo, calculada em 97,11, evidencia um ligeiro predomínio do contingente feminino.

Quanto à distribuição da população segundo critérios de cor ou raça, a análise detalhada apresenta nuances significativas que merecem atenção especial. A segmentação da população masculina por cor ou raça indica que 2.148 indivíduos se identificam como brancos (representando 25,22% da população masculina), enquanto 679 pessoas se classificam como pretas (7,97%), e apenas 2 pessoas como amarelas, demonstrando a insignificância numérica deste grupo. A maioria, no entanto, é constituída por 5.684 indivíduos pardos (66,73%), e 7 pessoas se identificam como indígenas, correspondendo a 0,08%. Estes números ressaltam a predominância do grupo pardo entre os homens, o que sugere potenciais implicações em termos de acesso e participação em programas e iniciativas ambientais na região.

A distribuição da população feminina por cor ou raça apresenta um perfil ligeiramente distinto, com 2.316 mulheres identificadas como brancas (26,40%), 505 como pretas (5,76%), e um pequeno contingente de 9 mulheres classificadas como amarelas (0,10%). A predominância feminina no grupo pardo é mantida, totalizando 5.934 indivíduos (67,62%), enquanto 10 mulheres se identificam como indígenas (0,11%).

A razão de sexo para o grupo branco é de 92,75, apontando para um ligeiro predomínio feminino. No entanto, o grupo preto apresenta uma razão de 134,46, indicando

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, enfiando a profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

um predomínio masculino significativo, o que pode influenciar as dinâmicas de participação e equidade em programas de desenvolvimento local e em práticas de gestão sustentável. No que tange à população amarela, a razão de 22,22 revela uma marcante predominância feminina, enquanto o grupo pardo apresenta uma razão de 95,79, sugerindo um equilíbrio relativo entre os sexos. Já o grupo indígena possui uma razão de sexo de 70,00, demonstrando uma maioria feminina que deve ser considerada no delineamento de políticas de inclusão e preservação cultural e ambiental.

### 3.3.2 Composição Racial

A análise da distribuição demográfica por cor ou raça revela uma predominância expressiva da população parda, que totaliza 11.618 pessoas e representa a maior parcela do tecido social da região. A população de cor branca, que compreende 4.464 indivíduos, constitui o segundo maior grupo étnico. Já a população preta, composta por 1.184 pessoas, destaca a necessidade de políticas que considerem suas vulnerabilidades socioambientais potenciais. O grupo de cor amarela, embora numericamente reduzido a 11 indivíduos, não deve ser desconsiderado na formulação de políticas públicas. A população indígena, com 17 pessoas, apesar de constituir um grupo minoritário, desempenha um papel de destaque no contexto ambiental.

No que se refere à dinâmica de crescimento populacional, a Taxa de Crescimento Geométrico (TCG) registrada foi de 1,31%, um indicador que deve ser observado com atenção por gestores e planejadores ambientais. A taxa de crescimento populacional sugere a necessidade de antecipar ações voltadas à eficiência energética, saneamento básico, e a gestão de resíduos sólidos, garantindo que o desenvolvimento ocorra de forma harmoniosa com a preservação dos ecossistemas locais.

A variação absoluta da população residente, que aumentou em 2.503 pessoas entre 2010 e 2020, é um dado que reflete a dinâmica de crescimento do território e suas implicações diretas para a gestão ambiental e o planejamento urbano.

### 3.3.3 Perfil Etário

A análise demográfica do perfil etário revela que a idade mediana da população total é de 34 anos, indicando uma comunidade que, embora relativamente jovem, já apresenta sinais de um processo gradual de envelhecimento.

*Outro o pagamento encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Ao desagregar os dados por cor ou raça, observa-se nuances importantes: a idade mediana da população branca e parda coincide com a média geral de 34 anos, enquanto a população preta apresenta uma mediana mais elevada, de 40 anos. Por outro lado, o grupo amarelo possui uma idade mediana significativamente mais baixa, de 21 anos, indicando uma população mais jovem que poderá desempenhar um papel vital na construção de práticas sustentáveis futuras. A população indígena, com uma idade mediana de 39 anos, sugere a existência de uma comunidade que, apesar de pequena, encontra-se em uma fase de transição que requer atenção especial para garantir a preservação de seus conhecimentos tradicionais e sua integração em iniciativas de conservação ambiental.

O Índice de Envelhecimento da população, que expressa a relação entre o número de pessoas com 60 anos ou mais e aquelas com 14 anos ou menos, foi calculado em 78,43. Este indicador aponta para um processo de transição demográfica que demanda políticas adaptativas para atender às necessidades de uma população em envelhecimento. Quando se analisa este índice por cor ou raça, percebe-se uma variação significativa: o grupo branco apresenta um índice de 76,88%, enquanto o grupo preto atinge um valor expressivamente mais alto, de 212,61%, refletindo um envelhecimento acentuado. A população indígena também demonstra um índice elevado de 200,00%. Em contraste, o grupo pardo apresenta um índice de 72,34%, sugerindo um perfil relativamente mais jovem e em crescimento.

No que tange à distribuição etária, a população na faixa de 0 a 14 anos é composta por 3.333 pessoas, o que representa um segmento considerável da comunidade. Já a população com 60 anos ou mais é constituída por 2.614 pessoas, o que evidencia a presença de um contingente significativo de idosos que necessitam de políticas direcionadas para garantir qualidade de vida, inclusão e acesso a atividades que promovam seu bem-estar em harmonia com o meio ambiente.

### **3.3.4 Habitação**

A análise censitária dos domicílios no território em questão revela um total de 7.741 unidades habitacionais recenseadas, das quais 7.719 foram classificadas como domicílios particulares. Esta informação é de vital importância para o planejamento urbano e ambiental, uma vez que reflete a ocupação territorial e permite uma compreensão aprofundada da distribuição populacional em unidades residenciais.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

No que concerne à natureza dos domicílios particulares, verificou-se que 7.716 são permanentes, indicando edificações construídas com materiais resistentes e destinadas a um uso contínuo. Dentre esses, 5.938 encontram-se efetivamente ocupados, representando 76,93% do total de domicílios particulares permanentes. Este índice de ocupação é um indicador significativo da densidade populacional e do uso do solo, impactando diretamente o consumo de recursos essenciais, como água e energia, bem como a geração de resíduos sólidos urbanos. Por outro lado, os 1.778 domicílios não ocupados se subdividem em 836 unidades vagas, que apresentam potencial para futuras ocupações e, conseqüentemente, para futuras demandas por infraestrutura e serviços públicos. Adicionalmente, 942 domicílios foram classificados como de uso ocasional, possivelmente funcionando como residências sazonais, fato que pode influenciar o consumo de recursos em períodos específicos do ano, como durante as férias ou eventos de grande magnitude. Destaca-se ainda a existência de 3 domicílios improvisados, um aspecto que merece atenção, especialmente no que tange à regularização fundiária e à promoção de condições habitacionais dignas e seguras.

No contexto dos domicílios coletivos, foram identificadas 22 unidades, das quais apenas 5 possuem moradores, enquanto 17 permanecem sem residentes. Outro aspecto de destaque é a variação na quantidade de domicílios recenseados ao longo do período analisado, que evidenciou um aumento absoluto de 2.568 unidades, correspondendo a uma variação relativa de 49,64%. Este crescimento expressivo reflete um processo de expansão urbana que deve ser cuidadosamente monitorado e gerido para evitar impactos negativos sobre o ambiente, como a degradação de áreas verdes, a impermeabilização do solo e a sobrecarga dos sistemas de saneamento e abastecimento de água.

No que diz respeito à tipologia dos domicílios particulares permanentes ocupados, observa-se um predomínio de 5.807 casas, que representam 97,79% do total, indicando uma prevalência de moradias unifamiliares. Este perfil habitacional implica desafios específicos para o planejamento de infraestrutura e serviços, uma vez que as casas, por sua própria natureza, requerem uma extensão mais ampla das redes de abastecimento de água, energia elétrica e esgotamento sanitário.

Em contraste, foram identificadas apenas 28 casas de vila ou condomínio (0,47%), evidenciando um modelo de ocupação mais disperso que pode impactar a eficiência na prestação de serviços públicos e na gestão ambiental, especialmente em áreas mais densamente povoadas. A presença de 97 apartamentos (1,63%) sugere uma incipiente

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e profício em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

verticalização do espaço urbano, uma característica que, se bem planejada, pode contribuir para a otimização do uso do solo e para a redução do consumo per capita de recursos, como água e energia. Por fim, a existência de 6 cortiços (0,10%) indica a necessidade de políticas habitacionais que assegurem condições de moradia dignas, garantindo o acesso a serviços essenciais e infraestrutura adequada.

### 3.4 Populações Tradicionais

No contexto do município de Fortim, observa-se a presença de indivíduos que se autodeclararam pertencentes a grupos étnico-raciais específicos, tais como indígenas e quilombolas, conforme critérios de autoidentificação estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelas normativas do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Entretanto, cabe destacar que, até o presente momento, não há registro oficial de comunidades indígenas ou quilombolas certificadas pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) ou pela Fundação Cultural Palmares, órgãos competentes para o reconhecimento e certificação dessas comunidades tradicionais no Brasil.

A ausência desse reconhecimento implica que, do ponto de vista jurídico e administrativo, não existem territórios demarcados ou titulados como comunidades indígenas ou quilombolas em Fortim, apesar da presença de uma população autodeclarada. Essa situação reflete a complexidade do processo de reconhecimento étnico, que envolve procedimentos rigorosos de identificação, comprovação de ancestralidade, e atendimento a critérios legais e antropológicos específicos para o reconhecimento de comunidades tradicionais pelo Estado brasileiro. No tocante às comunidades tradicionais, destaca-se a existência de comunidades tradicionais pesqueiras, sendo reforçada, a partir da história do município, pela presença da pesca artesanal como uma das principais atividades econômicas.

#### 3.4.1 Indígenas

A análise demográfica da população indígena revela que, no contexto territorial examinado, há a presença de 17 pessoas que se autodeclararam como indígenas, representando 0,10% da população total residente. Esta representatividade minoritária ressalta a importância de garantir a inclusão e a participação ativa desses indivíduos em processos decisórios relacionados ao uso e à conservação dos recursos naturais, assegurando que suas vozes sejam contempladas em políticas de gestão ambiental. Observa-se, ainda, que a

*Outro o pagamento encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

totalidade dessa população indígena reside fora de terras indígenas oficialmente reconhecidas, o que torna ainda mais urgente a necessidade de adotar políticas públicas que respeitem seus direitos territoriais e culturais, em conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que protege os direitos dos povos indígenas e tribais.

O perfil etário da população indígena apresenta uma idade mediana de 39 anos, indicando uma comunidade relativamente envelhecida. Tal fato é corroborado pelo elevado Índice de Envelhecimento de 200,00, que evidencia um número significativamente maior de pessoas com 60 anos ou mais em relação às aquelas com 14 anos ou menos. De fato, apenas 1 indivíduo se encontra na faixa etária de 0 a 14 anos, enquanto 2 pessoas possuem 60 anos ou mais. Já a distribuição por gênero aponta para um predomínio feminino, com 10 mulheres e 7 homens, resultando em uma razão de sexo de 70,00.

### 3.4.2 Quilombolas

A população quilombola presente no município é composta por apenas 5 indivíduos, representando uma fração diminuta de 0,03% da população total residente. Importante ressaltar que a totalidade desses indivíduos quilombolas reside fora de territórios quilombolas oficialmente reconhecidos, uma situação que denota possíveis desafios no acesso a direitos territoriais e na preservação de suas práticas culturais e socioambientais.

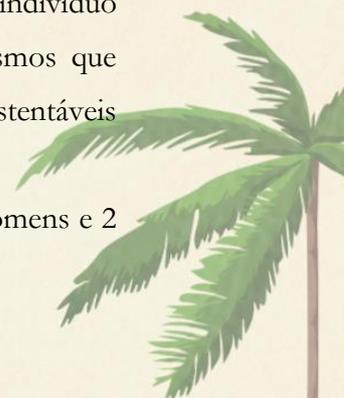
No que concerne ao perfil etário, a população quilombola revela uma idade mediana de 45 anos, indicando um grupo relativamente envelhecido. A presença de apenas 1 indivíduo com 60 anos ou mais ressalta a necessidade urgente de implementar mecanismos que assegurem a transmissão intergeracional desses saberes, garantindo que práticas sustentáveis e conhecimentos culturais sejam perpetuados ao longo do tempo.

A distribuição por gênero evidencia a predominância masculina, com 3 homens e 2 mulheres, resultando em uma razão de sexo de 150,00.

### 3.4.3 Comunidades Tradicionais

Em relação às comunidades tradicionais, o levantamento realizado pelo Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro (ZEEC, 2020), complementado por Silva (2024), identificou a presença de dez comunidades tradicionais autodeclaradas no município de Fortim. São elas: Barra, Coqueirinho, Córrego da Barra, Fortim (sede), Gurguri, Jardim de Cima, Paichicu,

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

Pontal do Maceió, Praia do Ceará e Viçosa. Essas comunidades se reconhecem como pertencentes a modos de vida tradicionais, uma vez que têm a pesca artesanal como principal atividade econômica, e práticas culturais que remetem seu contexto histórico tradicional. Durante o processo de ordenamento territorial e tomadas de decisão no âmbito ambiental, é importante considerar as práticas desenvolvidas por essas populações, a fim de auxiliar o desenvolvimento sustentável da atividade, e fomentar a garantia da preservação dos recursos naturais da região.

As comunidades tradicionais mantêm um vínculo profundo com o território, que vai além do uso para moradia, sendo também cenário de práticas culturais que integram dimensões sociais, ambientais e econômicas. Um exemplo marcante é a realização de regatas, eventos que, embora tenham caráter festivo e de lazer, refletem a valorização da pesca artesanal como elemento identitário e simbólico. A atividade pesqueira (Figura 9), por sua vez, desempenha um papel central na subsistência dessas populações, contribuindo para a segurança alimentar e garantindo o sustento de muitas famílias por meio da comercialização dos pescados.

**Figura 9** – Embarcações utilizadas para a prática de pesca artesanal



**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

Essas populações tradicionais estão, em sua maioria, localizadas em regiões estratégicas e altamente visadas por diferentes formas de uso e ocupação do território, o que acentua sua situação de vulnerabilidade socioambiental. Nesse contexto, é fundamental que

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

as ações de planejamento estratégico territorial sejam capazes de antecipar os potenciais conflitos de uso, buscando minimizar impactos e prejuízos para as partes envolvidas, facilitando as ações de gestão para os órgãos competentes. O reconhecimento desses conflitos permite a construção de políticas públicas mais justas e eficazes, que considerem as especificidades locais, considerando o desenvolvimento sustentável e a importância dos modos de vida tradicionais.

De acordo com o ZEEC (2020), os principais conflitos identificados na região de Fortim envolvem: a poluição do rio Jaguaribe, causada por atividades como a carcinicultura, o turismo e a pesca, as construções irregulares nas margens do rio e a ausência de saneamento básico nas casas de veraneio, que também contribuem com a poluição; disputas territoriais provocadas por empreendimentos eólicos; conflitos entre donos de barracas e moradores locais; além de tensões entre pescadores artesanais e o setor turístico, especialmente praticantes de kitesurf e proprietários de pousadas. Também se destacam os desafios impostos pelo turismo de massa que, se desenvolvido de forma desordenada, pode corroborar com grandes prejuízos frente à conservação dos recursos naturais.

Cabe ressaltar que, durante o trabalho de campo, foi possível constatar algumas melhorias em relação às problemáticas descritas, como a delimitação de zonas permitidas e restritas para a prática do kitesurf, o que representa um avanço no ordenamento de usos e na mediação de conflitos.

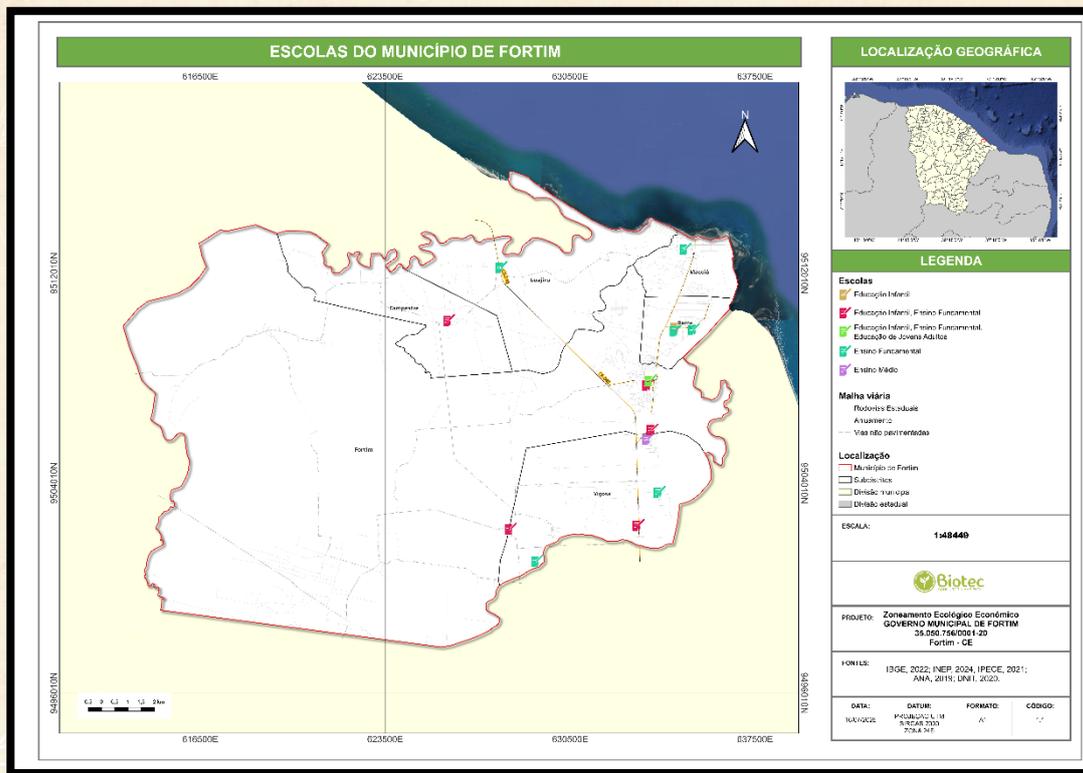
### 3.5 Educação

#### 3.5.1 Estrutura Educacional

Os dados do Censo da Educação Básica de Fortim, referente ao ano de 2024, refletem a estrutura educacional do município, evidenciando a distribuição de matrículas, docentes e escolas nos diferentes níveis de ensino básico. A partir da análise secundária dos dados de educação obtidos em fontes oficiais como Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), foram espacializadas as escolas públicas e de ensino infantil do município de Fortim no mapa abaixo (Figura 10).

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*

Figura 10 – Distribuição de escolas no município de Fortim – 2014 a 2024



Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.

Com base no levantamento atualizado, identificaram-se 14 unidades escolares públicas em atividade no município de Fortim, das quais 13 são administradas pela rede municipal e apenas uma integra a rede estadual (Figura 11), são elas:

- EEM Helenita Lopes Gurgel Valente
- EEF Edson Barbosa
- EEF Comunitária da Barra
- EEF Emília Queiroz Professora
- EEF Joao Noberto
- EEF Jose Alexandre de Lima
- EEF Comunitária da Barra
- EEFM Maria Luiza Professora
- EEF Artur Lira
- EEF Mauro Cavalcante de Souza
- EEF Mauro Bonotto

*Outro o lagoarinho encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*



- EEF Artur Lira
- Centro de Educação Infantil Mario Teixeira de Carvalho
- EEF de Coqueirinho

A distribuição espacial das escolas evidencia ligeira predominância da zona urbana, com dez unidades (71,4%), em comparação a quatro localizadas na zona rural (28,5%). Essa configuração reflete o adensamento populacional na sede municipal e distritos com maior infraestrutura, sem, contudo, desconsiderar o esforço institucional de atender comunidades rurais dispersas, incluindo localidades como Mundo Novo, CE 040, Jardim de Baixo e Assentamento Coqueirinho.

**Figura 11** – Estruturas de escolas no município de Fortim



**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental. 2024.

No que se refere aos níveis de ensino ofertados, verifica-se que a educação infantil está presente em sete escolas públicas, das quais quatro situam-se na zona urbana e três na zona rural. O ensino fundamental é ofertado em doze escolas, sendo 8 urbanas e 4 rurais. Apenas uma unidade – a Escola de Ensino Médio Helenita Lopes Gurgel Valente, localizada no centro urbano – oferta ensino médio sob gestão estadual. A presença exclusiva dessa modalidade em um único estabelecimento pode ser interpretada como um indicativo da

*Que o progresso venha e nos inspire a fazer a harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

centralização da oferta nos níveis finais da educação básica, limitando as possibilidades de acesso pleno para discentes residentes em zonas distantes da sede.

Quanto à situação de funcionamento, todas as 14 escolas analisadas encontram-se em atividade, embora se observem inconsistências em algumas informações cadastrais, como ausência de dados completos sobre endereço, número predial e telefone. A manutenção dessas unidades reflete a permanência da ação estatal, especialmente nas áreas rurais, onde a continuidade das atividades escolares tem sido historicamente impactada por fatores como evasão escolar, déficit de transporte e restrições orçamentárias.

A análise do tipo de localização revelou que apenas uma unidade – a Escola de Educação Infantil De Coqueirinho – encontra-se oficialmente situada em área de assentamento, o que destaca sua relevância estratégica para a inclusão socioeducacional de populações rurais beneficiadas por programas de reforma agrária. As demais escolas não estão classificadas como pertencentes a áreas de localização diferenciada, segundo o cadastro oficial. A presença de escolas públicas em comunidades periféricas, como no entorno da rodovia CE-040 e Campestre, também evidencia o esforço municipal para assegurar capilaridade da rede, embora a concentração do ensino médio em área central com apenas uma escola ainda configure um desafio para a equidade educacional.

Do ponto de vista institucional, a predominância da rede municipal na oferta educacional demanda o fortalecimento das capacidades locais de gestão, sobretudo no que diz respeito à manutenção, expansão e qualificação das estruturas escolares. A literatura especializada aponta que municípios de pequeno porte frequentemente enfrentam limitações técnicas e financeiras para garantir a plena universalização da educação básica, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

### 3.5.2 Matrículas

A evolução das matrículas por etapa de ensino em Fortim – CE reflete tanto as transformações demográficas quanto as dinâmicas de oferta educacional no município, sendo um indicador fundamental para o planejamento territorial e a alocação de equipamentos públicos. Os dados extraídos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao período de 2014 a 2024, revelam tendências distintas entre as modalidades de ensino, evidenciando alterações estruturais e demandas emergentes no sistema educacional local (Quadro 5).

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e profício em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

*Outro o pagamento acontece o mar, impugna e profusão em harmonia*

**Quadro 5** – Matrículas por etapa de ensino da educação básica no município de Fortim – 2014 a 2024

Etapa de Ensino	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Educação Básica	3562	3463	3351	3302	3213	3239	3236	3234	3287	3251	3277
Educação de Jovens e Adultos - EJA	148	123	122	53	47	49	33	0	0	22	56
Educação Infantil	569	583	560	579	591	645	679	675	713	727	723
Educação Profissional	0	0	39	0	0	0	0	0	0	0	33
Ensino Fundamental	2266	2216	2158	2164	2055	2006	1932	1964	2033	2019	2090
Ensino Médio	579	541	511	506	520	539	592	595	541	483	408

**Fonte:** Adaptado de INEP, 2024.

Entre os anos de 2014 e 2024, o total de matrículas na educação básica variou de 3.562 para 3.277 alunos, evidenciando uma tendência geral de declínio (redução de 8%), ainda que com relativa estabilidade nos últimos quatro anos. Esta redução acompanha o fenômeno demográfico observado em diversos municípios de pequeno porte do Nordeste brasileiro, caracterizado por decréscimo da taxa de natalidade e migração de famílias para centros urbanos maiores.

A etapa da educação infantil apresentou trajetória de crescimento ao longo do período, partindo de 569 matrículas em 2014 para 723 em 2024, o que representa um aumento de aproximadamente 27%. Tal expansão pode ser atribuída a esforços de universalização da pré-escola e à ampliação da rede municipal de creches, em conformidade com a Meta 1 do Plano Nacional de Educação. O crescimento consistente dessa etapa sugere maior inserção de crianças de 0 a 5 anos no sistema educacional formal, sobretudo em áreas urbanas do município.

O ensino fundamental, maior etapa em volume de matrículas, apresentou declínio de 2266 matrículas em 2014 para 2090 em 2024, com variações relativamente suaves no período. A redução de 7,7% nesse intervalo é coerente com a progressiva redução da população em idade escolar e pode também refletir migração intermunicipal ou distorções idade-série não absorvidas adequadamente pelas políticas de correção de fluxo escolar.

Por outro lado, o ensino médio registrou queda mais acentuada, passando de 579 matrículas em 2014 para apenas 408 em 2024 – redução de 29,5%. Este declínio evidencia possíveis entraves no fluxo de transição entre o ensino fundamental e médio, sendo particularmente crítico em municípios que dispõem de poucas unidades escolares para essa etapa, como é o caso de Fortim. A centralização da oferta em uma única escola estadual pode representar uma barreira geográfica e logística para estudantes das áreas rurais.



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) sofreu forte retração, com uma queda de 148 matrículas em 2014 para 56 em 2024, após atingir o ponto mais baixo entre 2021 e 2022, com registros nulos. A descontinuidade dos programas de EJA nesse período pode ter comprometido o atendimento a uma parcela da população que, por múltiplos fatores, não concluiu a escolarização regular. O retorno parcial observado em 2023 e 2024 pode indicar esforços recentes de retomada dessas políticas.

A educação profissional, que não havia sido ofertada entre 2014 e 2023 (com exceção de 39 matrículas em 2016), reapareceu em 2024 com 33 matrículas, sinalizando possível reestruturação curricular ou a criação de oferta pontual voltada à formação técnica de nível médio. Ainda que incipiente, essa reintrodução sugere potencial para diversificação da matriz educacional local, alinhando-se às diretrizes do Plano Nacional de Educação e ao fortalecimento de alternativas de empregabilidade para a juventude.

Em síntese, o histórico de matrículas revela um cenário de relativa estabilidade global na educação básica, com avanços na educação infantil, declínio no ensino médio e EJA, e uma incipiente retomada da educação profissional. Estes dados indicam a necessidade de ações integradas de planejamento educacional e territorial, com atenção especial à ampliação do acesso ao ensino médio e à valorização da EJA como política estruturante para a inclusão social e produtiva de jovens e adultos fora da faixa etária regular.

### 3.5.3 Docentes

A estrutura docente constitui um dos pilares essenciais da qualidade educacional, influenciando diretamente os processos de ensino-aprendizagem, a permanência escolar e a equidade no acesso ao conhecimento. A análise da quantidade de profissionais da educação por etapa de ensino permite não apenas dimensionar a capacidade operacional das redes públicas, mas também sinalizar potenciais gargalos e oportunidades de fortalecimento institucional.

Segundo dados oficiais INEP, referentes ao ano de 2023, o município de Fortim – CE dispunha de um total de 228 docentes em exercício na rede pública de ensino (Figura 12). A distribuição entre as diferentes etapas evidencia a maior concentração de profissionais nos anos iniciais do ensino fundamental, com 73 docentes, representando cerca de 32% do total. Tal concentração está em consonância com o fato de essa etapa abranger turmas

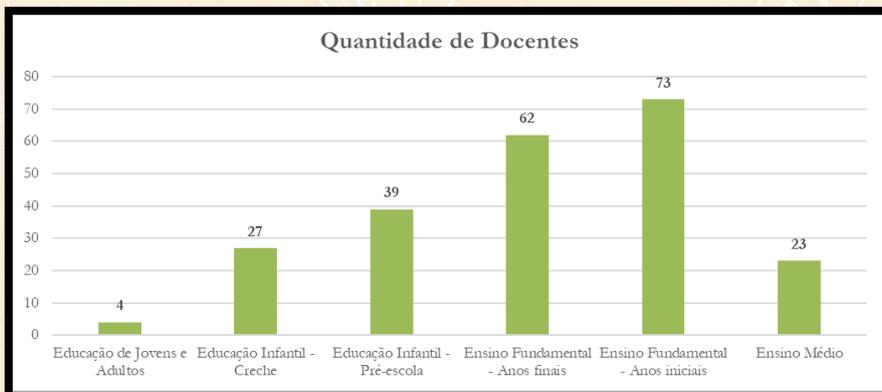
*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficua em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

multisseriadas e exigir maior cobertura nas séries de alfabetização, geralmente com menor número de alunos por turma.

**Figura 12-** Quantidade de docentes da educação básica no município de Fortim - 2023



**Fonte:** Adaptado de INEP, 2023.

Na sequência, os anos finais do ensino fundamental contam com 62 docentes (27%), demonstrando esforço municipal na continuidade da trajetória educacional de estudantes nas séries finais, ainda que em menor proporção em relação aos anos iniciais. A educação infantil, somando creche e pré-escola, envolve 66 profissionais: 27 atuando em creches e 39 em turmas de pré-escola. Essa configuração revela investimento na expansão do atendimento à primeira infância, conforme orienta a Meta 1 do Plano Nacional de Educação, especialmente no que tange à universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos.

O ensino médio, presente em apenas uma escola da rede estadual no município, é atendido por 23 docentes, o que sugere estrutura enxuta e possível concentração de disciplinas por docente, prática comum em localidades de menor porte populacional. Já a Educação de Jovens e Adultos (EJA) conta com apenas 4 docentes, o que indica uma atuação pontual e limitada dessa modalidade em Fortim, refletindo o baixo número de matrículas registrado em anos anteriores.

A distribuição atual de docentes, embora proporcional às demandas de cada etapa, sinaliza a necessidade de atenção contínua à valorização e à formação dos profissionais da educação. A permanência dos docentes em zonas rurais e costeiras está fortemente vinculada à existência de incentivos, condições adequadas de trabalho e acesso a processos formativos continuados.

*Outro o saguinho encontra o mar, emprega e proficua em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

**3.5.4 Alfabetização**

A alfabetização é uma condição elementar para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais e econômicos. No contexto do planejamento territorial, os índices de alfabetização representam um indicador-chave da inclusão social e da efetividade das políticas públicas educacionais. Com base nos dados da Tabela 9542 do Censo Demográfico 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível analisar o grau de alfabetização da população com 15 anos ou mais de idade no município de Fortim – CE, em comparação com os dados nacionais.

Em 2022, Fortim possuía 13.961 habitantes com 15 anos ou mais de idade, dos quais 6.819 (48,8%) eram homens e 7.142 (51,2%) mulheres. Essa proporção é coerente com a tendência demográfica do município, que apresenta leve predominância feminina nessa faixa etária. Do total da população adulta, 11.298 pessoas declararam-se alfabetizadas, o que corresponde a uma taxa de alfabetização de 81,0%. Conseqüentemente, 2.663 pessoas (19,1%) eram não alfabetizadas, índice que ainda revela um nível considerável de exclusão educacional no município. Para efeito comparativo, a média nacional de alfabetização foi de 93,0%, o que coloca Fortim 12 pontos percentuais abaixo da média brasileira.

A análise por sexo revela diferenças discretas, mas relevantes (Quadro 6). Entre os homens, 5.335 dos 6.819 indivíduos estavam alfabetizados, o que representa uma taxa de alfabetização de 78,2%. Entre as mulheres, 5.963 das 7.142 estavam alfabetizadas, correspondendo a uma taxa de 83,5%. Portanto, a taxa de alfabetização entre mulheres adultas é superior à dos homens em 5,3 pontos percentuais. Este padrão reverte a tendência histórica de maior analfabetismo feminino e pode ser atribuído ao aumento da escolarização de meninas nas últimas décadas e à maior permanência feminina na educação básica em regiões do Nordeste.

**Quadro 6 – Comparativo da alfabetização em Fortim com números nacionais**

Indicador	Brasil (%)	Fortim (%)
Alfabetização total (15+)	93,0	81,0
Alfabetização entre homens (15+)	92,4	78,2
Alfabetização entre mulheres (15+)	93,5	83,5

**Fonte:** Adaptado de IBGE. 2022.

Enquanto no Brasil a alfabetização feminina e masculina apresenta diferenças marginais, em Fortim essa lacuna é mais pronunciada, evidenciando desafios específicos de gênero e território na promoção do direito à educação.

*Outro o pagamento encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

### 3.5.5 Nível de Aprendizado

De acordo com o indicador Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2023 Fortim alcançou nota 7,1 nos anos iniciais, superando a média nacional projetada para essa etapa, o que o coloca entre os municípios com desempenho expressivo. Esse resultado é sustentado por uma taxa de fluxo escolar igual a 1, o que significa que 100% dos alunos foram aprovados regularmente, sem reprovação ou evasão, indicando estabilidade no percurso escolar dessa etapa.

No que se refere ao nível de aprendizado, o valor médio padronizado foi de 7,12 (em escala de 0 a 10), resultado obtido a partir da média entre as notas de Língua Portuguesa (LP) e Matemática (MT). As notas transformadas na escala única do SAEB, com base média de 250 pontos, foram de 247,13 em Matemática e 244,16 em Língua Portuguesa, valores ligeiramente abaixo da referência nacional para aprendizagem adequada, mas ainda dentro da zona de desempenho intermediário.

Importa destacar que esses dados se referem simultaneamente à rede municipal e à rede pública total, o que indica que a totalidade dos dados da esfera pública nos anos iniciais corresponde, neste caso, à administração municipal. Tal uniformidade reforça a responsabilidade direta da gestão local na manutenção da qualidade da educação básica nesta etapa.

Embora a média geral de proficiência esteja próxima do ponto de inflexão considerado adequado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (250 pontos na escala SAEB/97), a persistência de valores abaixo desse marco sugere a necessidade de atenção quanto à consolidação das aprendizagens, especialmente em leitura e resolução de problemas. Ainda assim, a elevada taxa de fluxo e o IDEB superior à média nacional demonstram que a rede municipal de Fortim tem mantido bons indicadores de rendimento escolar no início da trajetória educacional.

A etapa dos Anos Finais do Ensino Fundamental (AF) marca a transição entre a consolidação das aprendizagens básicas e a preparação para o ensino médio. Nessa fase, os alunos enfrentam maior complexidade curricular e multiplicidade de docentes, o que exige um acompanhamento mais rigoroso dos indicadores de desempenho escolar. Em Fortim, os dados de 2023 revelam um panorama quantitativamente positivo, tanto em termos de fluxo quanto de proficiência, especialmente no que tange à rede municipal.

*Outro o pagamento encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*



### - Diagnóstico Socioeconômico -

O IDEB atingiu o valor de 6,0 nos Anos Finais, tanto para a rede municipal quanto para a rede pública como um todo. Esse valor situa-se acima da meta projetada para municípios com características socioeconômicas similares, o que representa uma manutenção de bons índices de qualidade no ciclo intermediário do ensino fundamental.

A taxa de fluxo escolar foi de 0,99, ou seja, 99% dos estudantes foram aprovados, o que evidencia baixa reprovação e evasão escolar. Essa regularidade na trajetória escolar é fundamental para garantir continuidade na formação básica e está diretamente associada a políticas de permanência, acompanhamento pedagógico e estabilidade do corpo docente.

Em relação ao aprendizado médio padronizado, o município registrou nota 6,09 em uma escala de 0 a 10, refletindo desempenho intermediário-alto. Quando desagregado por componente curricular, os dados revelam uma proficiência de 279,05 pontos em Matemática e 286,58 pontos em Língua Portuguesa, ambas medidas na escala única do SAEB, cuja média histórica de referência é 250 pontos, com desvio padrão de 50.

Esses valores situam os estudantes de Fortim acima da média nacional de referência e dentro da faixa considerada como nível adequado de aprendizagem segundo o INEP. A nota de LP, inclusive, aproxima-se de 290 pontos, limite superior do intervalo de proficiência intermediária, indicando que a leitura e a interpretação textual têm sido consistentemente desenvolvidas na etapa final do ensino fundamental.

A coincidência dos dados entre a rede municipal e a rede pública total reforça que a totalidade da oferta pública dos anos finais em Fortim é de responsabilidade municipal, não havendo, portanto, escolas estaduais operando nessa etapa no território analisado. Isso atribui à gestão local a centralidade da política educacional nesse ciclo, incluindo investimentos, estratégias pedagógicas e ações de recuperação paralela.

Embora os dados revelem desempenho satisfatório, a queda em relação ao IDEB dos anos iniciais (7,1 para 6,0) sugere a necessidade de reforçar o acompanhamento das transições curriculares e socioafetivas que marcam o início da adolescência, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, onde o risco de evasão e defasagem tende a aumentar.

O desempenho escolar no Ensino Médio (EM) representa um dos principais desafios da educação básica no Brasil, especialmente em municípios de pequeno porte. Trata-se de uma etapa caracterizada por elevada complexidade curricular, aumento das taxas de evasão e preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para a inserção no mundo do trabalho. Em Fortim, os dados de 2023 revelam indicadores significativamente inferiores

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

aos observados nas etapas anteriores, evidenciando uma inflexão no percurso educacional da juventude local.

De acordo com o IDEB, o Ensino Médio em Fortim obteve nota 4,0, tanto na rede estadual quanto no agregado da rede pública. Esse valor mantém-se abaixo da meta nacional projetada para essa etapa, e reflete o padrão de desempenho nacionalmente reconhecido como o mais crítico da educação básica.

A taxa de fluxo escolar, calculada como média harmônica das aprovações, foi de 0,96, o que equivale a 96% de aprovação. Embora esse indicador aponte para relativa regularidade na trajetória escolar, ele deve ser analisado com cautela quando considerado isoladamente, uma vez que não garante a consolidação das aprendizagens. Em contextos com menor pressão avaliativa, altas taxas de aprovação podem coexistir com baixo rendimento acadêmico.

De fato, o nível médio de aprendizado foi de apenas 4,13 pontos (em uma escala de 0 a 10), valor bastante inferior ao verificado nos anos iniciais (7,12) e finais (6,09). Essa nota representa a média padronizada entre os componentes de Matemática e Língua Portuguesa, cujas proficiências foram de 255,68 e 257,01 pontos, respectivamente, na escala única do SAEB/97. Embora estejam ligeiramente acima da média histórica (250), esses valores não indicam domínio pleno das competências esperadas para essa etapa de escolarização, sobretudo considerando a aproximação com a média nacional mínima e a ausência de avanço expressivo em relação aos anos finais do fundamental.

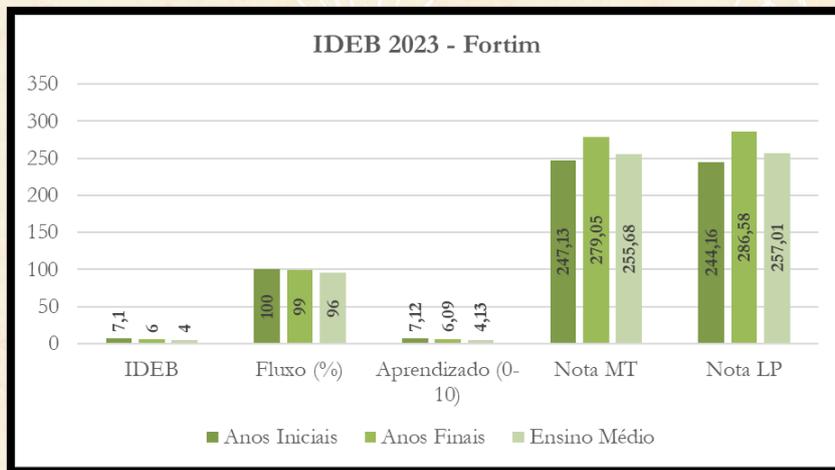
Além disso, a equivalência entre os dados da rede estadual e da rede pública como um todo revela que toda a oferta de Ensino Médio em Fortim é de responsabilidade do Estado do Ceará, o que é comum em municípios com menor densidade populacional. Esta centralização, embora administrativamente eficiente, pode apresentar desafios quanto à cobertura territorial, especialmente em áreas rurais, e comprometer o acesso pleno de estudantes residentes em localidades mais distantes da sede municipal.

Os resultados indicam que a etapa final da educação básica é o elo mais frágil da trajetória escolar em Fortim, tanto em termos de rendimento quanto de aprendizagem efetiva. O IDEB do ensino médio, além de ser o mais baixo entre os ciclos, apresenta baixa capacidade de progressão longitudinal dos indicadores, o que sugere que os ganhos obtidos no ensino fundamental não estão sendo sustentados ou ampliados na etapa subsequente. Um

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*

resumo dos dados IDEB referentes ao ano de 2023 para Fortim podem ser visualizados na Figura 13.

Figura 13– Dados IDEB para o município de Fortim - 2023



Fonte: Adaptado de IDEB. 2023.

### 3.5.6 Distorção Idade-Série

A taxa de distorção idade-série mede o percentual de estudantes com dois anos ou mais de atraso em relação à série adequada para sua idade, sendo um dos principais indicadores de fluxo escolar e de eficiência dos sistemas educacionais. A elevada taxa de distorção compromete o percurso regular dos alunos, está frequentemente associada à repetência e à evasão escolar, e revela desigualdades no acesso, permanência e aprendizagem.

No município de Fortim – CE, os dados do Censo Escolar 2024 do INEP indicam que a distorção idade-série no ensino fundamental é de 4,0%, enquanto no ensino médio esse valor sobe para 14,0%, evidenciando um agravamento do fenômeno nas etapas finais da educação básica. A análise por localização mostra que a distorção é ligeiramente mais elevada na zona urbana (4,1%) do que na rural (3,2%) no ensino fundamental, o que contraria, parcialmente, a tendência observada em municípios rurais nordestinos, onde a distorção costuma ser maior nas zonas periféricas e interioranas.

Figura 14 – Matrículas por etapa de ensino da educação básica no município de Fortim – 2014 a 2024

	Ensino Fundamental											
	Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Urbana	4,1	1,6	7,3	1,0	1,6	1,9	1,9	1,7	5,9	4,7	8,9	9,3
Rural	3,2	0,0	7,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	9,3	12,5

Fonte: Adaptado de INEP. 2024.

Cada o pagamento encontra o mar, sempre e profusão em harmonia



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Nos anos iniciais do ensino fundamental, Fortim apresenta índices relativamente baixos: 1,4% no total, com 1,6% na zona urbana e 0,0% na zona rural. Esses dados sugerem que as ações voltadas à alfabetização e ao ingresso escolar têm alcançado cobertura mais homogênea. No entanto, nos anos finais do ensino fundamental, os índices se elevam consideravelmente, atingindo 7,3% tanto na área total quanto urbana, e 7,2% na área rural. Esse salto entre ciclos revela que a defasagem tende a se acumular ao longo da trajetória educacional, especialmente entre o 6º e o 9º ano.

A desagregação por série evidencia os maiores índices de distorção nos anos finais do fundamental e no ensino médio. Em 2024, os 9º, 8º e 6º anos apresentaram, respectivamente, 9,8%, 8,9% e 5,4% de distorção idade-série no município como um todo. Na zona rural, chama atenção o 9º ano, com 12,5%, valor significativamente acima da média geral.

Já no ensino médio, os índices são ainda mais expressivos: 9,8% na 1ª série, 12,1% na 2ª série e 19,6% na 3ª série, totalizando 14,0% de distorção. Todos esses dados dizem respeito exclusivamente à zona urbana, uma vez que não há registro de turmas de ensino médio na zona rural de Fortim.

**Figura 15** – Taxa de Distorção Idade-Série, por Dependência Administrativa e Localização, no Nível Ensino Médio

Ensino Médio				
	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
<b>Urbana</b>	14,0	9,8	12,1	19,6
<b>Rural</b>	--	--	--	--

**Fonte:** Adaptado de INEP. 2024.

A concentração da oferta de ensino médio em uma única unidade escolar na sede urbana, aliada à ausência de dados para a zona rural, indica restrições de acesso para estudantes de comunidades mais afastadas, o que pode impactar tanto na evasão quanto na conclusão do ensino básico. Esse cenário exige atenção especial na formulação de estratégias de transporte escolar, diversificação de modalidades (como EJA e ensino híbrido) e políticas de apoio à permanência estudantil.

**3.6 Infraestrutura e Saneamento Básico**

O município de Fortim possui o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Fortim – CE, que foi elaborado em atendimento à Lei nº 11.445/2007 e à Resolução nº 75/2009 do Conselho das Cidades, constitui o principal instrumento normativo e de

Cuide o Sagarinho enquanto o mar, empurra e profusão em harmonia



## - Diagnóstico Socioeconômico -

planejamento para a universalização dos serviços de saneamento no município. Publicado em 2019, o PMSB foi desenvolvido com base em diagnósticos técnicos, levantamentos de campo, oficinas participativas e projeções demográficas, estruturando propostas voltadas aos quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana.

### 3.6.1 Abastecimento de Água

O sistema de abastecimento de água em Fortim é operado por dois prestadores formais distintos: a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), que atua regionalmente, e o Sistema Integrado de Saneamento Rural da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (SISAR), cuja atuação é de natureza microrregional, concentrando-se especialmente em áreas rurais. Essa divisão institucional evidencia a heterogeneidade territorial no fornecimento de água e a necessidade de abordagens diferenciadas para áreas urbanas e rurais.

Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), 57,56% da população de Fortim (9.931 habitantes) possui acesso à água potável por rede geral de distribuição, geralmente vinculada aos serviços públicos prestados pela CAGECE. Em contrapartida, 22,3% da população (3.848 habitantes) utiliza poços rasos ou cacimbas, enquanto 15,96% (2.753 habitantes) dependem de poços profundos ou artesianos. Apenas 0,39% (67 habitantes) recorrem a formas alternativas de abastecimento, como carro-pipa, água da chuva armazenada ou mananciais superficiais. Ainda, 1.453 moradores não possuem qualquer forma de água encanada em seus domicílios, sendo obrigados a realizar o transporte manual do recurso.

Os dados do SNIS (2022) corroboram o cenário de subcobertura: apenas 48,64% da população está formalmente atendida por rede de abastecimento, não havendo, entretanto, desagregação entre zonas urbana e rural para o ano de referência.

O consumo médio per capita em Fortim é de 159,92 L/hab./dia, superior tanto à média nacional (153,26 L/hab./dia) quanto à média do estado do Ceará (136,65 L/hab./dia), segundo o SNIS (2022). Essa elevação pode refletir hábitos de consumo relacionados ao turismo, à irrigação doméstica e à baixa eficiência no uso da água em determinados setores.

Quanto ao custo, a tarifa média de água em Fortim é de R\$ 4,10/m<sup>3</sup>, valor 24,91% inferior à média nacional (R\$ 5,46/m<sup>3</sup>) e 22,79% abaixo da média estadual (R\$ 5,31/m<sup>3</sup>).

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, encontra a profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

Ainda assim, o custo médio de produção e operação do sistema é R\$ 5,60/m<sup>3</sup>, evidenciando um déficit tarifário estrutural. Apesar disso, o sistema registra suficiência de caixa de 92,38%, o que indica capacidade parcial de autossustentação, embora com limitações para ampliar investimentos.

O sistema apresenta eficiência de medição exemplar, com índice de hidrometração de 99,99%, significativamente acima da média estadual (96,72%) e nacional (91,42%). Tal cobertura permite o monitoramento individualizado do consumo e a aplicação de tarifas por faixa de uso.

Contudo, o sistema sofre com elevadas perdas na distribuição, estimadas em 32,31% da água captada, contra 38,48% no Ceará e 36,24% no Brasil. Essas perdas incluem vazamentos na rede, fraudes, ligações clandestinas e falhas na medição, representando um entrave operacional e ambiental relevante. Outros indicadores reforçam esse diagnóstico:

- Perdas lineares: 7,18 m<sup>3</sup>/dia/km de rede;
- Perdas por ligação: 156,96 L/ligação/dia;
- Macromedição: 82,45%, sugerindo fragilidades no controle de grandes volumes.

A rede possui uma extensão média de 16,26 metros por ligação, refletindo adensamento moderado. O consumo médio por economia é de 9,44 m<sup>3</sup>/mês, e o número de economias por ligação (1,01) indica predominância de unidades residenciais unifamiliares. A operação é realizada por 6,03 empregados, com produtividade de 617,35 ligações por trabalhador, índice elevado em termos relativos, mas que pode comprometer a agilidade da manutenção e o suporte técnico local.

### 3.6.2 Esgotamento Sanitário

Constata-se que, dentre os domicílios particulares permanentes ocupados, apenas 162 residências (2,73%) contam com ligação à rede geral, à rede pluvial ou a fossas sépticas conectadas à rede. Dentre os domicílios ligados à rede, 16 residências (0,27%) possuem conexão direta com a rede geral ou pluvial, indicando fragilidades no serviço público de saneamento, tornando imperativo que sejam direcionados esforços para ampliar essa rede e assegurar que os efluentes sejam devidamente tratados, evitando impactos negativos sobre o meio ambiente.

Por outro lado, 146 domicílios (2,46%) utilizam fossas sépticas ou fossas filtro conectadas à rede, uma solução que, quando devidamente mantida e operacionalizada,

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

proporciona um tratamento eficiente dos efluentes, reduzindo a carga poluente lançada no ambiente. Um dado particularmente preocupante é o elevado número de domicílios, 2.378 residências (40,05%), que fazem uso de fossas sépticas ou fossas filtro não conectadas à rede geral. Embora as fossas sépticas representem uma alternativa razoavelmente eficaz para o tratamento dos efluentes domésticos, a ausência de ligação à rede limita significativamente sua eficiência, podendo resultar na contaminação do solo e das águas subterrâneas.

A prática de utilização de fossas rudimentares ou buracos, adotada por 3.240 domicílios (54,56%), constitui a forma predominante de esgotamento na região, evidenciando um desafio estrutural que compromete a qualidade ambiental. Tais sistemas rudimentares oferecem pouco ou nenhum tratamento aos efluentes, permitindo a infiltração direta de poluentes no solo e nas águas subterrâneas, o que representa um risco significativo para a saúde pública e para a integridade dos recursos hídricos.

Outras formas de destinação de esgoto também foram identificadas, incluindo o uso de valas (66 domicílios, 1,11%), o descarte em corpos d'água como rios, lagos, córregos ou mar (11 domicílios, 0,19%), e outras modalidades não especificadas (63 domicílios, 1,06%). O descarte em valas e, especialmente, em corpos d'água constitui uma prática que viola as normas ambientais e sanitárias, contribuindo para a degradação da qualidade da água, a eutrofização e a contaminação biológica e química dos ecossistemas aquáticos, em desacordo com os padrões de qualidade estabelecidos pela Resolução CONAMA n° 357/2005

### 3.6.3 Gestão de Resíduos Sólidos

A gestão e o destino dos resíduos sólidos domiciliares constituem aspectos fundamentais no contexto do planejamento ambiental e na promoção de práticas sustentáveis no âmbito urbano. No território analisado, constatou-se que 5.291 residências, correspondendo a 89,10% dos domicílios particulares permanentes ocupados, dispõem de coleta regular de lixo. Embora esse percentual revele uma abrangência significativa dos serviços de coleta, persiste a preocupação com os 10,90% dos domicílios que não possuem acesso a tal serviço formal, o que pode resultar em práticas de descarte inadequadas, com potenciais impactos negativos sobre o meio ambiente e a saúde pública.

A coleta de resíduos sólidos se divide, majoritariamente, em duas modalidades distintas. A primeira, mais difundida, é a coleta no domicílio por serviço de limpeza, que abrange 3.651 residências ou 61,49% dos domicílios particulares permanentes ocupados.

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

Trata-se de um método eficiente e seguro, que assegura o transporte adequado dos resíduos para aterros sanitários, usinas de triagem, reciclagem ou compostagem, em consonância com os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS - Lei nº 12.305/2010). A segunda modalidade, utilizada por 1.640 domicílios (27,62%), consiste no depósito dos resíduos em caçambas de serviço de limpeza. Apesar de sua eficácia, tal método exige uma gestão cuidadosa para garantir que os resíduos sejam encaminhados de forma apropriada para unidades de tratamento ou destinação final, conforme orientam as diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB).

Em 516 domicílios (8,69%), os resíduos são queimados na propriedade, uma prática que acarreta sérios danos ambientais e à saúde, em virtude da liberação de gases poluentes e partículas que contribuem para a degradação da qualidade do ar e o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Adicionalmente, a prática de enterrar resíduos foi identificada em 83 domicílios (1,40%), o que constitui uma ameaça à integridade do solo e à qualidade das águas subterrâneas, dada a possibilidade de contaminação resultante da decomposição de materiais orgânicos e tóxicos. Há, ainda, a prática de descarte de resíduos em terrenos baldios, encostas ou áreas públicas, presente em 22 domicílios (0,37%), uma ação que não apenas degrada o ambiente, mas também propicia a proliferação de vetores de doenças e contaminação de corpos d'água, sendo uma prática que configura infração ambiental e demanda ações imediatas de fiscalização e educação ambiental.

Adicionalmente, 26 domicílios (0,44%) utilizam outras formas de destinação de resíduos que não foram especificadas, sugerindo a necessidade de uma investigação mais aprofundada para assegurar que estas práticas estejam em conformidade com as normas de gestão sustentável de resíduos.

### 3.7 Saúde Pública e Qualidade de Vida

#### 3.7.1 Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e Programa de Saúde da Família (PSF)

O município conta com 7 equipes de saúde da família, compostas por 12 auxiliares/técnicos de enfermagem, 11 enfermeiros, 23 agentes comunitários de saúde e 7 médicos, configurando uma estrutura que, à primeira vista, demonstra robustez e capacidade de atuação na atenção básica. Os agentes comunitários de saúde, em especial, são atores-

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

chave no monitoramento contínuo das condições de saúde da comunidade, atuando de maneira preventiva e identificando possíveis riscos ambientais que possam afetar a saúde pública, tais como contaminação hídrica, proliferação de vetores e condições sanitárias inadequadas.

Em relação ao atendimento odontológico, a existência de 7 equipes e 8 odontólogos reflete uma atenção específica à saúde bucal da população, aspecto que muitas vezes é negligenciado, mas que é crucial para o bem-estar geral. Contudo, a ausência de uma estrutura odontológica integrada ao PSF sugere uma lacuna na abordagem integral da saúde, pois o atendimento odontológico isolado limita a possibilidade de intervenções preventivas e educativas que poderiam ser mais eficazes se realizadas de maneira articulada com outras ações de saúde.

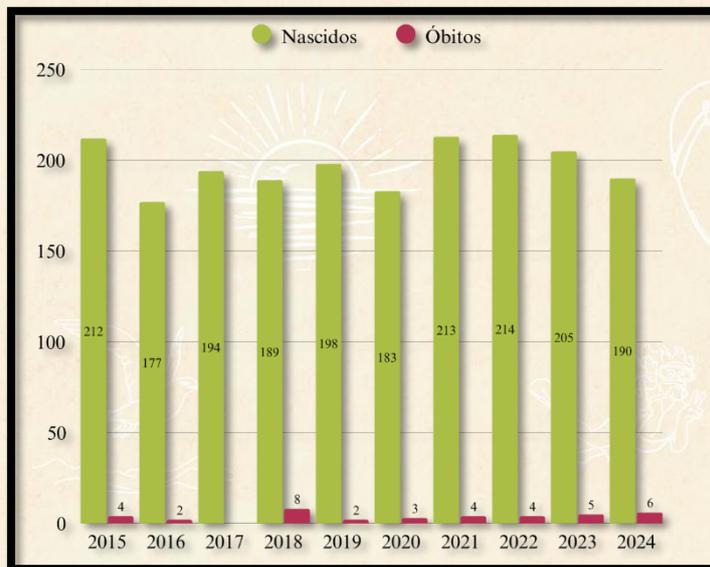
**3.7.2 Mortalidade Infantil**

A taxa de mortalidade infantil apresenta-se como um indicador de grande relevância para compreender a complexidade das condições de saúde e os desafios socioambientais que afetam a população local. O Município de Fortim, de acordo com o IBGE (2022), possui uma taxa de 18,69 óbitos por mil nascidos vivos, acima da média nacional para o mesmo período, o que evidencia a urgência de intervenções que visem a melhoria das condições de vida e da assistência médica oferecida às gestantes e aos recém-nascidos.

Dentre os 214 nascimentos ocorridos naquele ano, 4 crianças menores de 1 ano vieram a óbito, fato que denota a necessidade de uma atenção mais rigorosa à qualidade do atendimento pré-natal, neonatal e ao contexto ambiental em que vivem as famílias de Fortim. A série histórica abaixo demonstra um recorte dos últimos 10 anos, com as respectivas taxas de natalidade e mortalidade infantil no município.

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*

**Figura 16** – Taxas de natalidade e mortalidade infantil em Fortim



**Fonte:** Secretaria de Saúde de Fortim; IntegraSUS (2025).

O total de óbitos total registrados no ano de 2023 foi de 117, com uma ligeira predominância masculina, contabilizando 63 mortes em comparação a 54 óbitos femininos. Ao considerar a distribuição etária, observa-se um aumento progressivo da mortalidade à medida que a idade avança, em consonância com o processo natural de envelhecimento. Destaca-se, contudo, a expressiva concentração de óbitos em faixas etárias mais avançadas, com 31 mortes registradas entre 70 e 79 anos e 36 óbitos em indivíduos com 80 anos ou mais. Esse cenário reforça a necessidade de uma atenção especial às políticas de saúde voltadas à população idosa, que enfrenta maior vulnerabilidade a doenças crônicas e degenerativas.

Ao aprofundar a análise das causas de óbito, observa-se que as neoplasias, com 26 registros, e as doenças do aparelho circulatório, com 25 casos, constituem as principais causas de mortalidade no município. O elevado número de óbitos por doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas, totalizando 18 casos, também merece destaque, sinalizando a necessidade de ações que promovam estilos de vida saudáveis e o controle de fatores de risco associados, como a obesidade e o sedentarismo.

Outro aspecto que merece atenção são as doenças do aparelho respiratório, que resultaram em 12 óbitos, sendo 11 destes de indivíduos de sexo masculino. Tal dado pode estar relacionado a fatores ambientais, como exposição a poluentes atmosféricos, tabagismo ou condições de trabalho insalubres, e ressalta a importância de políticas que promovam a

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



### - Diagnóstico Socioeconômico -

melhoria da qualidade do ar e o controle de práticas prejudiciais à saúde respiratória. Igualmente preocupantes são as causas externas de mortalidade, que contribuíram com 11 óbitos, predominantemente masculinos, evidenciando a necessidade de intervenções que reduzam o envolvimento em situações de risco, como acidentes e episódios de violência.

#### 3.7.3 Doenças Prevalentes

A compreensão do perfil epidemiológico é essencial para orientar políticas públicas e nortear a atuação da gestão governamental. No caso do município de Fortim, é importante considerar tanto as doenças infecciosas e parasitárias — como as arboviroses, cuja incidência se intensifica durante o período chuvoso — quanto às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), que vêm apresentando crescimento expressivo nos últimos anos.

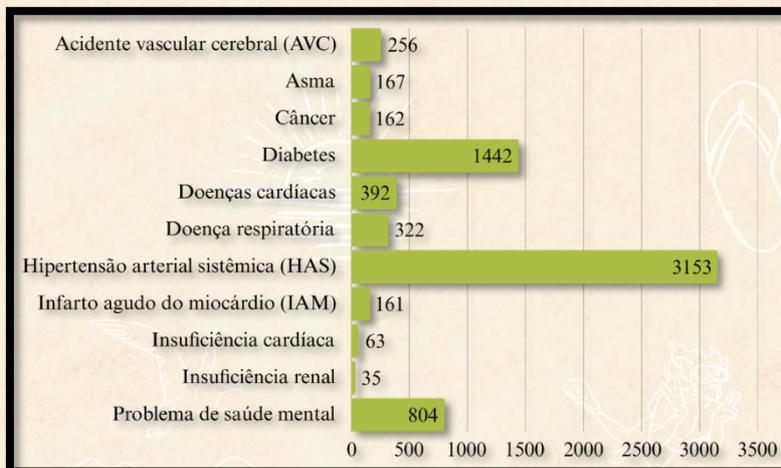
Segundo o IBGE (2020), as DCNTs têm aumentado principalmente em áreas urbanas, impulsionadas por fatores como o envelhecimento populacional, exposição a poluentes e agrotóxicos e alimentação inadequada, marcada pelo aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Esse cenário evidencia a necessidade de ações intersetoriais que articulem saúde, meio ambiente e desenvolvimento urbano, com foco no desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o gráfico abaixo apresenta a incidência de casos das principais doenças prevalentes de Fortim. É fundamental analisar esses dados considerando as especificidades ambientais, sociais e econômicas do município. Destaca-se ainda a influência do crescimento do turismo e da intensificação de atividades como a agricultura e a pesca, que também podem impactar a saúde da população. A alteração de áreas naturais em zonas urbanas ou produtivas pode favorecer a emergência de zoonoses e ampliar o contato com vetores de doenças (Almeida et al., 2021), o que destaca a importância do planejamento territorial nas tomadas de decisão, considerando cenários a curto, médio e longo prazo.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e profício em harmonia*

- Diagnóstico Socioeconômico -

**Figura 17** – Doenças prevalentes em Fortim



Fonte: Secretaria de Saúde de Fortim. (2025).

### 3.7.4 Programas de Inclusão Social e Ações Comunitárias

O Programa Mais Infância Ceará constitui-se como uma política pública permanente voltada ao desenvolvimento infantil e ao fortalecimento dos vínculos familiares (CEARÁ, 2025a). No plano estadual, beneficia aproximadamente 150 mil famílias em situação de vulnerabilidade por meio do Cartão Mais Infância, que assegura repasse mensal de renda. No município de Fortim, registros oficiais indicam a existência de 208 beneficiários ativos em 2025, cada qual contemplado com o valor de R\$ 100,00 (FORTIM, 2025a). Além da transferência de renda, o programa inclui acompanhamento técnico e visitas domiciliares, garantindo que o acesso a serviços essenciais seja monitorado por agentes sociais.

Outro eixo fundamental é o Programa Ceará Sem Fome, estruturado em três frentes articuladas: o Cartão Ceará Sem Fome, que concede auxílio mensal de R\$ 300,00 para aquisição exclusiva de alimentos; a Rede de Cozinhas Ceará Sem Fome, que em 2024 contava com cerca de 1.080 unidades e, em 2025, alcançou aproximadamente 1.300 cozinhas, distribuindo diariamente entre 100 mil e 130 mil refeições (CEARÁ, 2024; CEARÁ, 2025c); e as campanhas de arrecadação e doação de alimentos. Em 2024, o programa foi ampliado para atender 53 mil famílias, alcançando cerca de 265 mil pessoas (CEARÁ, 2025b). Em Fortim, a iniciativa já garantiu a entrega de cartões a famílias em condição de vulnerabilidade social (FORTIM, 2023b).

No campo da segurança alimentar, destaca-se a adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O Governo do Ceará tem mobilizado os municípios para

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

integrar o sistema, por meio da criação de conselhos e da implementação de planos municipais específicos (CEARÁ, 2023). Em Fortim, este compromisso materializou-se na instituição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, por meio da Lei nº 524/2014 (FORTIM, 2014), e na criação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) municipal, pelo Decreto nº 1122/2023 (FORTIM, 2023a).

A rede de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) também cumpre papel essencial na proteção social de Fortim, assegurando serviços de prevenção e apoio às famílias em situação de vulnerabilidade (FORTIM, 2023b). Em 2021, o Governo do Estado anunciou investimentos globais da ordem de R\$ 900 milhões em ações de proteção social, incluindo o fortalecimento da rede de CRAS (CEARÁ, 2021). Complementarmente, em julho de 2025 foi concedido o Prêmio Referência Social, que reconheceu o desempenho municipal referente aos anos de 2023 e 2024, contemplando repasses financeiros escalonados entre R\$ 25 mil e R\$ 150 mil (CEARÁ, 2025d).

Por fim, ressalta-se a participação de Fortim no Selo UNICEF 2021–2024, iniciativa que congrega esforços de municípios para a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. O compromisso firmado busca garantir acesso à educação, saúde e proteção social de qualidade, alinhando indicadores locais às metas nacionais e internacionais de desenvolvimento humano (UNICEF, 2021).

### 3.8 Dimensão Econômica

#### 3.8.1 Estrutura Econômica Local e Dinâmica Setorial

A estrutura produtiva de Fortim – CE, conforme dados do Cempre/IBGE para o ano de 2021, compreendia 305 unidades locais ativas. A distribuição dessas unidades segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) revela a predominância de setores vinculados ao comércio, aos serviços pessoais e ao turismo, com forte presença de atividades voltadas ao consumo local e à sazonalidade da demanda, especialmente nos meses de alta estação.

O setor com maior número de unidades registradas foi o comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, com 88 estabelecimentos, seguido pelo comércio varejista com 80 unidades locais. Este dado confirma o papel central do varejo na estrutura econômica de Fortim, associado à distribuição de bens de consumo e ao atendimento da população local e visitante.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e profício em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

A atividade de serviços diversos concentrou 41 unidades, destacando-se em serviços pessoais como beleza, lavanderia, manutenção e reparos, refletindo uma economia orientada à prestação de serviços de proximidade. As organizações associativas figuraram com 38 unidades, o que demonstra a vitalidade de associações comunitárias, religiosas e sindicais — um componente relevante para a mobilização social e a governança participativa do território.

Na dimensão do emprego formal, os setores que mais empregaram foram:

- Comércio varejista: 227 pessoas ocupadas;
- Alojamento e alimentação: 213 pessoas ocupadas;
- Construção civil: 132 pessoas ocupadas;
- Atividades administrativas e serviços complementares: 124 pessoas ocupadas.

Os dados apontam para um perfil produtivo intensivo em mão de obra não qualificada ou de baixa qualificação, predominantemente em atividades sazonais e com vínculos laborais frágeis, o que pode gerar instabilidade socioeconômica em períodos de baixa demanda turística.

Em relação à remuneração, destaca-se a baixa média salarial em todos os setores. O total de salários e outras remunerações pagos em 2021 foi distribuído principalmente entre os setores de comércio, alojamento e alimentação, com valores que indicam baixa produtividade do trabalho. Este cenário reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à qualificação da mão de obra local, valorização das cadeias produtivas e fomento a atividades de maior valor agregado.

A análise integrada dos dados de unidades locais, emprego e remuneração evidencia um modelo econômico concentrado em setores de baixo impacto tecnológico e alta dependência da demanda sazonal. Essa configuração deve ser considerada na definição das zonas de uso e ocupação do solo, a fim de:

- Promover a diversificação produtiva, com estímulo à economia verde, agricultura familiar e serviços ambientais;
- Evitar a concentração de usos turísticos em áreas ambientalmente sensíveis (como dunas, falésias e margens fluviais);
- Orientar investimentos para setores estratégicos de desenvolvimento sustentável, alinhando capacitação profissional, inovação e inclusão social.

*Outro o pagamento encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

A compreensão da lógica territorial das atividades econômicas será fundamental para estabelecer zonas econômicas e ecológicas equilibradas, assegurando que o crescimento não se dê à custa da degradação ambiental nem da precarização do trabalho local.

### 3.8.2 Finanças Públicas

A análise da arrecadação pública do município de Fortim – CE no período de janeiro a julho de 2025 revela um padrão de forte dependência de recursos externos, em especial das transferências da União. A principal fonte de receita municipal nesse intervalo foi o Governo Federal, responsável por um montante expressivo de R\$ 231.364.263,00, correspondendo a mais de 80% da arrecadação total no período. Essa predominância confirma o padrão fiscal observado em municípios de pequeno porte do Nordeste brasileiro, cuja autonomia financeira é limitada e fortemente condicionada ao fluxo de repasses intergovernamentais (IBGE, 2021).

Em segundo lugar, destaca-se a categoria “Diversos Contribuintes”, que totalizou R\$ 37.445.425,00, abrangendo receitas derivadas de tributos próprios, como o Imposto Sobre Serviços (ISSQN), taxas municipais, e demais ingressos de natureza variável. Embora não seja possível desagregar completamente esses dados sem um detalhamento adicional, observa-se que esse conjunto representa a principal fonte de arrecadação autônoma do município, e seu fortalecimento é essencial para ampliar a capacidade de planejamento e execução de políticas públicas estratégicas.

As transferências do Governo do Estado do Ceará compuseram a terceira maior fonte de recursos, com R\$ 15.232.552,00, valor significativo para áreas como saúde, educação e desenvolvimento urbano. Além dessas, figuram repasses de consórcios públicos, contribuições vinculadas a programas como Simples Nacional, e outras origens vinculadas a setores técnicos específicos, como Fundo Municipal de Educação (FME) e Saúde Pública.

A ausência de receitas robustas oriundas de tributos estruturantes, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), evidencia limitações na base tributária local e aponta para uma subutilização de instrumentos fiscais urbanísticos. Esta fragilidade compromete a autonomia financeira municipal, gerando dependência estrutural de repasses e reduzindo a margem de manobra para investimentos em áreas sensíveis como saneamento, planejamento urbano e preservação ambiental.

*Outro o pagamento aumenta o mar, impugna e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

No contexto do Zoneamento Ecológico-Econômico, essa estrutura de receitas impõe desafios adicionais à implementação de políticas integradas de ordenamento territorial, visto que grande parte do orçamento está atrelada a transferências condicionadas e à execução de programas federais. A superação dessa limitação passa pela modernização da administração tributária, fortalecimento da arrecadação própria, instituição de instrumentos de financiamento ambiental (como cobrança por serviços ambientais ou taxas de licenciamento) e vinculação orçamentária de recursos à sustentabilidade da zona costeira.

### 3.8.3 Frota de Veículos

A análise detalhada da composição da frota de veículos no município de Fortim revela uma pluralidade expressiva, com um total de 5.254 unidades, refletindo tanto o processo de urbanização quanto às características socioeconômicas locais. O segmento de automóveis destaca-se como o mais representativo, com 1.997 unidades, correspondendo a 38% da frota, um dado que evidencia o papel central dos veículos de passeio na mobilidade urbana da região. As motocicletas, por sua vez, compõem 1.899 unidades, ou 36% do total, indicando sua relevância no contexto local, possivelmente associada à agilidade e ao menor custo de operação, o que as torna ideais para deslocamentos de curta distância em áreas urbanas e rurais.

As caminhonetes e camionetas, que totalizam 557 veículos, representando 10,6% da frota, são indicativas das atividades econômicas locais, como comércio e prestação de serviços, que demandam veículos com maior capacidade de carga. Este dado sugere a presença de um setor empresarial ativo, voltado para transporte e logística em escala moderada.

Já os caminhões e caminhões-tratores, com 80 unidades, reforçam a existência de operações logísticas e de transporte de mercadorias, embora o número reduzido não indique um perfil industrial robusto no município.

O transporte coletivo é contemplado por 31 micro-ônibus e 37 ônibus, somando 68 veículos, o que sugere a existência de um sistema de transporte público em operação, destinado tanto ao deslocamento urbano quanto ao transporte intermunicipal, refletindo um esforço de mobilidade para a população local.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e profício em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

### 3.8.4 Pobreza e Desigualdade

A incidência da pobreza, que atinge o expressivo patamar de 64,66%, denota um cenário em que uma parcela substancial da população se encontra em condições de vulnerabilidade, incapaz de suprir plenamente suas necessidades básicas. O intervalo de confiança, que varia entre 60,19% e 69,12%, reforça a gravidade desta realidade, ao evidenciar que, mesmo em estimativas mais otimistas, a pobreza afeta uma parte considerável da população de Fortim.

De maneira ainda mais expressiva, a incidência da pobreza subjetiva, que reflete a percepção das próprias famílias sobre sua situação econômica, alcança 68,70%. Os limites de confiança, situando-se entre 64,99% e 72,40%, corroboram a abrangência deste sentimento de vulnerabilidade, indicando que, para muitos, a realidade da pobreza vai além de números e estatísticas, englobando elementos como insegurança alimentar, moradia inadequada e dificuldades de acesso a serviços essenciais.

O Índice de Gini, que atinge o valor de 0,41, reflete a presença de uma desigualdade moderada na distribuição de renda dentro do município. Os limites inferior e superior do índice, situando-se entre 0,38 e 0,45, sugerem que a desigualdade pode flutuar dentro dessa faixa, influenciada por fatores estruturais e conjunturais que impactam a distribuição dos recursos e a equidade no acesso a oportunidades.

### 3.8.5 Indicadores de Emprego, Renda e Desenvolvimento Econômico

O Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) referente ao município de Fortim, no ano de 2022, apresenta um retrato detalhado e expressivo da dinâmica econômica e do mercado de trabalho local, oferecendo subsídios fundamentais para uma análise criteriosa do cenário socioeconômico da região. Conforme os dados levantados, o município contava, nesse período, com um total de 520 unidades locais, as quais representam os estabelecimentos empresariais e produtivos em pleno funcionamento no município.

No que concerne ao mercado de trabalho, o total de pessoal ocupado atingia 2.470 indivíduos, destes, 1.824 trabalhadores eram assalariados, correspondendo a cerca de 73,8% do contingente total, o que revela um perfil de ocupação predominantemente formal. No tocante à remuneração, o salário médio mensal apurado situou-se em 1,6 salários-mínimos.

O montante total de salários e outras remunerações alcançou a expressiva cifra de R\$ 54.242.000, indicando a magnitude da massa salarial direcionada à economia local ao longo

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficua em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

do ano. Este valor, que engloba não apenas os salários, mas também gratificações, bonificações e outras formas de remuneração, constitui um indicador fundamental do fluxo de renda que permeia o município, realçando o papel das empresas e instituições como agentes propulsores do desenvolvimento socioeconômico.

O setor de comércio e serviços desempenha um papel crescente e significativo na economia do município, que se destaca pela dinâmica impulsionada pelo turismo litorâneo. De acordo com dados socioeconômicos de 2017, o município contava com 28 estabelecimentos comerciais, dos quais 27 eram varejistas, responsáveis por atender tanto a população local quanto os turistas que visitam a região.

No setor de alojamento e alimentação, que serve diretamente ao turismo, havia 7 estabelecimentos em operação: 5 hotéis e 2 restaurantes. Em termos de emprego formal, o comércio empregava 171 pessoas, enquanto o setor de alojamento e alimentação empregava 68 trabalhadores. Estes números são complementados por outros setores produtivos, como a pesca e aquicultura, que geravam 20 postos de trabalho. A agropecuária, embora menos expressiva, empregava 21 trabalhadores no cultivo de lavouras permanentes, como frutas.

Com relação à massa salarial, o comércio e o setor de serviços contribuem para o dinamismo econômico do município, com uma renda média mensal de aproximadamente R\$ 1,18 mil nos empregos formais.

### 3.8.6 Principais Dinâmicas Econômicas

A balança comercial do município de Fortim, no Ceará, considerando um recorte temporal de 10 anos (2015 a 2024), demonstra um cenário de déficit comercial, com as importações superando significativamente as exportações na maioria dos anos analisados. Essa dinâmica, baseada em dados oficiais, reflete um perfil econômico local que depende da aquisição de bens e insumos externos. No entanto, é crucial notar que esses dados não capturam a totalidade das atividades econômicas do município, ignorando importantes setores informais.

Esse cenário de informalidade é notório em importantes segmentos econômicos, como as atividades de agricultura e pesca artesanal, que apesar de funcionarem como uma força motriz da economia de Fortim, não têm um impacto direto e significativo na representação dos dados econômicos, uma vez que sua contribuição não é visível nos dados

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

de exportação devido à informalidade, um fator crucial que pode distorcer a percepção da verdadeira dinâmica econômica do município.

Embora essas atividades sejam vitais para a subsistência e gerem renda significativa para o município, elas operam fora dos canais formais do comércio exterior, com a produção sendo vendida em mercados locais e regionais ou por redes de distribuição informais, como ocorre com os chamados atravessadores, pessoas que compram a produção de pescadores e agricultores e revendem, com acréscimo significativo de valor.

Essas situações excluem parte da produção dos canais de exportação formais que exigem documentação aduaneira e fiscal, dificultando o registro. Outra perspectiva é que, mesmo quando parte do pescado é transportada para outras regiões ou países, a transação geralmente não é registrada como uma exportação de grande escala, como a de cimento ou produtos químicos, que se sobressaem nos dados apresentados a seguir.

De acordo com dados do Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, as exportações formais do município de Fortim apresentaram um perfil interessante, específico em poucos setores. Entre 2015 e 2017, não houve registros de exportações. A primeira atividade registrada ocorreu em 2018, quando as exportações somaram US\$ 13.734. Em 2019, não houve registros; em 2020, houve um aumento para US\$ 391.799, crescimento que possivelmente está correlacionado às demandas provenientes da covid-19; em 2021, registrou-se US\$ 7.242; em 2022, novamente não houve registro de exportações; em 2023, o valor era de US\$ 4.903; e, em 2024, de US\$ 1.734. Observa-se que o crescimento mais substancial se deu a partir de 2020, especialmente por produtos ligados à construção civil, como o cimento, embora em volumes ainda modestos em relação às.

Por outro lado, as importações de Fortim tiveram um perfil mais consistente e de maior magnitude. Em 2018, as importações somaram US\$ 13.544; em 2019, US\$ 7.594.314; em 2020, US\$ 7.354.310; em 2021, US\$ 1.490.998; em 2022, US\$ 233.841; em 2023, US\$ 80.092; e, em 2024, US\$ 739.790.

Esses dados indicam que, embora Fortim tenha iniciado suas atividades exportadoras de forma modesta e intermitente, o município apresenta um mercado importador constante e de maior volume, especialmente voltado para insumos industriais e de construção, refletindo a dinâmica econômica local e a dependência de produtos externos para suprir demandas regionais. Essa balança comercial negativa reforça a dependência do município de insumos e bens importados, especialmente aqueles ligados à indústria e construção civil.

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Para além dos segmentos já mencionados, cabe destacar a força de transformação na economia de Fortim proveniente do turismo. Inserido na Rota das Falésias, Fortim é classificado como “Município com oferta turística complementar” pelo Painel de Turismo. Nos últimos anos, o município se estabeleceu como um polo de turismo de lazer, atraindo tanto o público nacional quanto estrangeiro, impulsionado por suas belezas naturais e a prática de esportes, especialmente o kitesurf. Os dados do Painel de Turismo de Fortim quantificam essa ascensão, com crescimento da receita gerada de R\$ 8,5 milhões em 2023 para R\$ 9,2 milhões em 2024. Já o fluxo de hóspedes: O número de hóspedes aumentou de 3.500 em 2023 para 4.100 em 2024, confirmando a crescente atratividade do município como destino turístico.

Esse crescimento se traduz diretamente em geração de emprego e renda no setor de serviços, hotelaria e gastronomia, impulsionado por investimentos nacionais e estrangeiros, em infraestrutura turística impulsionada pela beleza paisagística da região e as condições favoráveis para a prática de esportes aquáticos. A economia do turismo, em forte expansão, atua como um motor de desenvolvimento que não é refletido na balança comercial tradicional, mas que tem um impacto direto e positivo na vida dos moradores do município.

Em síntese, a análise da balança comercial formal de Fortim, Ceará, revela um município com uma economia de exportação em desenvolvimento, porém ainda volátil. A dependência de importações de bens e insumos industriais e químicos é a principal característica do perfil comercial. A pesca artesanal, operando em grande parte fora dos canais formais, e a explosão do turismo são os verdadeiros motores da economia local.

O turismo, em particular, emerge como a principal força de transformação, injetando capital na economia e gerando empregos. Para o futuro, a diversificação da base produtiva e o estímulo à formalização de setores como a pesca artesanal, juntamente com o desenvolvimento sustentável do turismo, são as chaves para fortalecer ainda mais a economia de Fortim.

É fundamental destacar que a análise é baseada em uma visão parcial da realidade econômica. A ausência de dados sobre a agricultura, a pesca artesanal e outros setores informais limita a compreensão total do dinamismo econômico de Fortim. A inclusão dessa dimensão nos futuros diagnósticos socioeconômicos é crucial para refletir a verdadeira força da economia local e identificar oportunidades de formalização e desenvolvimento sustentável.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

**3.9 Atividades Econômicas**

**3.9.1 Turismo**

A análise do panorama turístico, conforme apresentado no relatório do Ministério do Turismo de 2023, revela um município de notável potencial, inserido na renomada Rota das Falésias, região célebre por sua exuberante beleza natural e a vasta gama de atrativos. Fortim se posiciona estrategicamente na governança regional, sob a coordenação da Agência de Desenvolvimento do Turismo da Rota das Falésias (ADETURF), uma entidade que desempenha papel essencial na articulação intermunicipal, promovendo o desenvolvimento turístico de maneira coesa e integrada.

Apesar de contar com uma Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e com um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) atuante, o município ainda carece de um Plano Municipal de Turismo ou de um Plano de Desenvolvimento Territorial do Turismo, elementos fundamentais para uma estratégia robusta de crescimento sustentável. Esses instrumentos de planejamento seriam cruciais para que o turismo se desenvolvesse em consonância com os princípios da sustentabilidade ambiental, assegurando que a expansão econômica respeite os limites ecológicos e promova a preservação dos recursos naturais.

Fortim distingue-se pela diversidade de segmentos turísticos, dos quais se destacam o turismo náutico, o sol e praia, o ecoturismo, e o turismo cultural e de aventura. Entre seus principais atrativos naturais, a Praia Canto da Barra, onde o majestoso Rio Jaguaribe encontra o Atlântico, oferece uma paisagem de inigualável beleza cênica e relevância ecológica. Adicionalmente, a Praia de Pontal de Maceió e a Praia Canoé enriquecem o patrimônio paisagístico do município com suas imponentes falésias, dunas e jangadas que remetem à autenticidade cultural da região. Esses recursos naturais, além de fomentar o turismo, evidenciam a importância de estratégias que combinem preservação ambiental com promoção turística.

O município apresenta uma infraestrutura turística satisfatória, contando com 13 prontos-socorros públicos e uma rede hoteleira composta por 30 meios de hospedagem, oferecendo um total de 420 leitos. O acesso aos principais atrativos turísticos é facilitado por uma rede viária em bom estado, além de contar com serviços essenciais como abastecimento de água, energia elétrica, coleta de resíduos e esgotamento sanitário. Contudo, a ausência de um Plano Diretor Urbano voltado especificamente para o turismo ressalta a necessidade de

*Coste o Jaguaribe encontra o mar, inspira e profunde a harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

um planejamento mais integrado, que vise garantir um crescimento ordenado do setor, evitando impactos ambientais adversos e promovendo o bem-estar da população local.

No que tange à sustentabilidade, um dos principais desafios de Fortim é a gestão inadequada de resíduos sólidos, que infringe as diretrizes da Lei nº 12.305/2010, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A implementação de um sistema de coleta seletiva e de programas de educação ambiental é imprescindível para garantir a conservação dos ecossistemas locais, assegurar uma experiência de alta qualidade para os turistas e atender às exigências das normas ambientais vigentes.

O turismo náutico assume papel central na oferta turística de Fortim, com o Rio Jaguaribe sendo o eixo de diversas atividades, como passeios de barco, regatas de jangadas e circuitos de vela. Apesar da existência de uma infraestrutura inicial, com 10 embarcações turísticas e a oferta de atividades complementares como stand-up paddle e pesca, há uma lacuna significativa na regulamentação desse segmento. A ausência de uma legislação náutica específica e de projetos voltados à gestão sustentável dos recursos hídricos expõe a necessidade de diretrizes que promovam o uso racional do ecossistema aquático, garantindo a preservação da biodiversidade e a segurança dos visitantes.

### **3.9.2 Pesca Artesanal**

O município apresenta uma característica socioambiental única, em que a pesca artesanal emerge como uma atividade central, tanto econômica quanto culturalmente. As principais comunidades envolvidas nessa atividade incluem Canto da Barra, Viçosa, Guajiru, Fortim-sede, Jardim Sede, Campestre, Pontal de Maceió, Praia da Barra e Porto das Jangadas. Levantamentos confirmam a existência dessas nove comunidades pesqueiras, apesar de algumas delas, como Campestre, carecerem de uma localização geográfica precisa.

A pesca em Fortim é organizada por duas importantes entidades: a Colônia de Pescadores Z-21 (Figura 18), que representa cerca de 1.100 pescadores, e a Associação de Marisqueiras de Fortim, dedicada exclusivamente às marisqueiras.

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, enjuga e profunde em harmonia*



*Figura 18 – Colônia de Pescadores Z-21*



*Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.*

Esses pescadores estão registrados no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (SisRGP), do Ministério da Pesca e Aquicultura, somando 1.159 profissionais cadastrados.

Fortim mantém colaborações estratégicas com organizações como a:

- Pastoral dos Pescadores: desempenha um papel fundamental na defesa dos direitos dos pescadores artesanais, promovendo o equilíbrio entre a sustentabilidade e o respeito às práticas tradicionais de pesca que são parte intrínseca da identidade local. A organização se engaja ativamente com as comunidades, garantindo o acesso aos territórios pesqueiros e aos recursos naturais, ao mesmo tempo em que apoia a gestão sustentável desses espaços. Seu objetivo é salvaguardar o patrimônio cultural e econômico que depende diretamente do meio ambiente marinho, preservando os modos de vida tradicionais que sustentam a economia local.
- Instituto Terramar: por meio de projetos como o Projeto Mangue, Clima e Mulher, fortalece as comunidades pesqueiras, com especial ênfase no empoderamento das mulheres marisqueiras, pilares fundamentais da economia e cultura locais. A instituição promove a preservação dos manguezais e a proteção dos territórios costeiros, assegurando que as práticas tradicionais sejam mantidas

*Que o pagamento vença o mar, empurra e proficie em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

de maneira sustentável e em harmonia com os ecossistemas naturais. Além disso, o Instituto atua em campanhas contra a privatização de terras na zona costeira, empenhando-se na defesa dos direitos coletivos das comunidades locais e na manutenção da integridade ambiental dessas áreas, garantindo, assim, que o desenvolvimento econômico respeite os limites e as riquezas naturais.

- Laboratório de Ciências do Mar (LABOMAR) - UFC: Em parceria com o município, realiza pesquisas que visam à preservação e gestão sustentável dos ecossistemas marinhos e costeiros, buscando sempre aliar conservação ambiental ao desenvolvimento socioeconômico. O laboratório lidera iniciativas de monitoramento ambiental e conduz estudos de impacto que se concentram em mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas e da degradação ambiental. Essas pesquisas são fundamentais para a formulação de políticas públicas eficientes, que não apenas sustentam as comunidades pesqueiras, mas também promovem a utilização equilibrada dos recursos naturais, assegurando a continuidade das práticas tradicionais de pesca e a preservação do rico patrimônio cultural da região.

### 3.9.3 Agricultura

A agricultura diversificada do município de Fortim, baseada no cultivo de milho, feijão, mandioca e melancia, configura-se como um elemento fundamental de estabilização demográfica, ao reduzir o êxodo rural e favorecer a fixação da população nas zonas agrícolas. Esse setor, ao assegurar simultaneamente a subsistência alimentar e a geração de renda, desempenha papel estratégico na sustentabilidade socioeconômica local, contribuindo para a diminuição da pressão migratória em direção ao meio urbano.

No tocante à representação institucional, destaca-se a presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Fortim (Figura 19). Com sede localizada no centro do município e extensão de atuação em localidades periféricas, a entidade mantém uma subsede em Viçosa, fortalecendo a organização social do campo, promovendo a defesa de direitos trabalhistas e assegurando melhores condições para a agricultura familiar no território.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*

Figura 19 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais no centro de Fortim e em Viçosa



Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

### 3.9.4 Lavoura Permanente

A produção agrícola de lavouras permanentes no município de Fortim, no ano de 2023, revela um quadro de diversificação produtiva que se destaca pela presença de cultivos como a castanha de caju, o coco-da-baía e o maracujá.

No tocante à produção de castanha de caju, verificou-se um volume expressivo de 2.743 toneladas, resultando em um valor econômico significativo de R\$ 11.618 mil. A área destinada à colheita, que abrange 6.197 hectares, revela a predominância deste cultivo no cenário agrícola do município. Entretanto, o rendimento médio de 443 kg/ha sugere a necessidade de aprimoramentos no manejo e na fertilidade do solo para otimizar a produtividade.

A produção de coco-da-baía apresenta um desempenho notável, com 2.376 mil frutos colhidos, correspondendo a um valor de produção de R\$ 1.397 mil. A produtividade atingida, de 12.000 frutos por hectare, evidencia a eficiência da cultura em uma área relativamente limitada de 198 hectares.

Quanto à produção de maracujá, destaca-se o elevado rendimento obtido em uma área de apenas 4 hectares, totalizando 81 toneladas e gerando um valor de produção de R\$ 198 mil. Com um rendimento médio de 20.250 kg/ha, esta cultura revela um potencial produtivo extraordinário.

### 3.9.5 Lavoura Temporária

A análise da produção agrícola de lavouras temporárias no município de Fortim, referente ao ano de 2023, revela um cenário diversificado e de grande relevância para a

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

economia local, evidenciando a adaptabilidade da agricultura às condições climáticas e edafoclimáticas da região. Culturas como batata-doce, feijão, mandioca, melancia, melão e milho destacam-se pela sua importância na geração de renda e na segurança alimentar, ao mesmo tempo em que refletem os desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável no contexto da produção agrícola.

No caso da batata-doce, a produção atingiu 105 toneladas, gerando um valor econômico de R\$ 130 mil em uma área de apenas 6 hectares, com um rendimento médio notável de 17.500 kg/ha. Este cultivo, adaptado a solos de média fertilidade e baixa disponibilidade hídrica, contribui significativamente para a diversificação agrícola.

A cultura do feijão apresentou uma produção de 97 toneladas e um valor de produção de R\$ 324 mil, cultivado em uma área de 380 hectares, mas com um rendimento relativamente baixo de 255 kg/ha. Tal rendimento sugere a necessidade de aprimoramento nas práticas de manejo, fertilização e controle de pragas.

A mandioca destacou-se como uma das culturas de maior volume, com uma produção de 2.267 toneladas e um valor de produção de R\$ 1.304 mil em 166 hectares de área cultivada. Seu rendimento médio, de 13.657 kg/ha, demonstra a importância dessa cultura para a região, especialmente em áreas com solos de baixa fertilidade e disponibilidade hídrica.

Em relação à melancia, o município alcançou uma produção de 259 toneladas em 10 hectares, com um valor de R\$ 555 mil, registrando um rendimento médio elevado de 25.900 kg/ha. Da mesma forma, o melão apresentou um desempenho expressivo, com 299 toneladas produzidas em 12 hectares e um rendimento de 24.917 kg/ha. Ambos os cultivos, embora economicamente relevantes, são altamente dependentes de irrigação.

Por fim, a produção de milho atingiu 116 toneladas em 327 hectares, com um rendimento médio de 355 kg/ha, refletindo um potencial produtivo que pode ser ampliado por meio de práticas de manejo adequadas, como a adubação orgânica, rotação de culturas e o manejo integrado de pragas.

### 3.9.6 Pecuária e Aquícola

A atividade pecuária e aquícola no município de Fortim apresenta-se como um elemento significativo na economia local, evidenciando uma interação intrínseca entre o desenvolvimento produtivo e os aspectos ambientais que circundam a região. A análise dos

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficua em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

dados relativos a 2023 revela uma produção expressiva de camarão, que atingiu a marca de 3.656.897 kg, gerando um valor econômico de R\$ 66.006,99 mil. A criação de tilápia, embora de menor envergadura, contribuiu com 23.745 kg, totalizando R\$ 234,13 mil em valor de produção.

No âmbito da pecuária, o rebanho bovino em Fortim conta com 1.638 cabeças, sendo 289 vacas ordenhadas, indicando que a produção de leite e carne é relevante, embora não predominante. A criação de caprinos e ovinos também se destaca, com 1.198 e 3.875 cabeças, respectivamente.

Quanto à suinocultura, com um efetivo de 1.234 cabeças e 125 matrizes, é essencial um manejo cuidadoso dos dejetos para evitar a contaminação dos recursos hídricos e a emissão de gases poluentes, como a amônia. A criação de equinos, contabilizando 139 cabeças, e a avicultura, com 16.239 galináceos e uma produção de 39 mil dúzias de ovos, refletem a diversificação da atividade pecuária no município.

A apicultura, por sua vez, com uma produção de 5.045 kg de mel e um valor de R\$ 38 mil, representa uma atividade de grande valor ecológico e econômico. As abelhas desempenham um papel crucial na polinização e na conservação da biodiversidade, sendo a produção de mel uma atividade que promove o equilíbrio ambiental e reforça a importância da proteção dos ecossistemas naturais.

### 3.9.7 Carcinicultura

A carcinicultura, especialmente focada na produção de camarão e lagosta, é um dos principais motores econômicos de Fortim, com uma produção anual que ultrapassa 2.743 toneladas. O setor não apenas atrai trabalhadores diretamente envolvidos na produção, mas também movimenta uma cadeia produtiva relacionada ao comércio de insumos, logística e exportação, gerando empregos formais e impulsionando o mercado imobiliário local.

A carcinicultura em Fortim emergiu no início da década de 1990, alavancada pelo cultivo intensivo de camarão-de-patas-brancas (*Penaeus vannamei*), em consonância com tendências observadas no Nordeste, especialmente nas regiões costeiras do Ceará e Rio Grande do Norte (GAMEIRO et al., 2018; JOVENTINO, 2006). Estudos por Gameiro et al. (2018) apontam que entre 1999 e 2018 houve um crescimento expressivo dos tanques de carcinicultura em Fortim, ainda que em escala inferior à de Aracati, evidenciando pressão territorial e mudança no uso do solo costeiro.

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

As estruturas produtivas empregavam tecnologias de nível semi-intensivo, com uso de sistemas de drenagem e canais sobre manguezais, o que suscita preocupações quanto à integridade desses ecossistemas costeiros. Embora as fazendas utilizassem manejo tecnológico, os impactos ambientais sobre o berçário natural de peixes e crustáceos nos mangues eram significativos, com desestruturação de habitat e desconforto socioterritorial entre produtores e comunidades tradicionais (JOVENTINO, 2006).

No que tange à eficiência técnico-produtiva, dados do Censo da Carcinicultura (ABCC, 2011) indicam que as fazendas cearenses, incluindo Fortim, operavam com eficiência técnica média em torno de 60 %, revelando margens de otimização, especialmente em densidade de estocagem e manejo alimentar, e ressaltando lacunas na adoção de boas práticas (SILVA & SAMPAIO, 2018; ARAÚJO et al., 2018). ARAÚJO et al. (2018) destacam que a adoção de práticas ambientais não prejudica, mas tampouco garante aumento de produtividade, reforçando que a prioridade técnica permanece o ganho produtivo, em detrimento de sustentabilidade ambiental.

O impacto socioambiental no manguezal é recorrente na literatura, apontando para erosão, poluição por efluentes e deslocamento de comunidades extrativistas. Tais impactos estão associados ao modelo de produção adotado: agriculturas semi-intensivas, uso intensivo de água, canais de drenagem e descarte de efluentes sem tratamento adequado (CLAUDINO et al., 2010). Em paralelo, as tensões sociais entre carcinicultores e pescadores artesanais são objeto de denúncias, sobretudo quanto à perda de áreas de coleta e degradação dos ecossistemas locais.

Todavia, existem iniciativas promissoras no Ceará: a adoção de boas práticas de manejo baseadas em guias como os da Global Aquaculture Alliance e da ABCC foi analisada por ARAÚJO et al. (2018), indicando que tais ações promovem mitigação de impactos sem exigir diminuição de produtividade. Ainda assim, a aplicação disciplinada dessas orientações em Fortim permanece fragmentada e pouco institucionalizada, exigindo políticas públicas efetivas e fiscalização ambiental contínua.

Em síntese, a carcinicultura em Fortim representa uma atividade econômica relevante, capaz de gerar emprego e renda, mas marcada por fragilidades ambientais e sociais. Para avançar rumo à sustentabilidade, urge fortalecer mecanismos de governança, incentivar a

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

adoção generalizada de boas práticas, garantir tratamento de efluentes e harmonizar interesse produtivo com conservação do manguezal e bem-estar das comunidades tradicionais.

**3.10 Fluxo populacional**

**3.10.1 Dinâmica Migratória**

A dinâmica migratória em Fortim, Ceará, pode ser entendida a partir de um modelo de pull and push factors, onde o desenvolvimento econômico local funciona como um atrativo primário para fluxos migratórios internos e internacionais. Fortim apresenta características típicas de uma economia regional emergente, baseada principalmente em atividades como a carcinicultura, turismo e agricultura. Esses setores, interligados, não apenas impulsionam o crescimento demográfico, mas também modificam a estrutura socioeconômica e ambiental do município.

O turismo, particularmente o esportivo relacionado ao kitesurf, atua como um forte catalisador de fluxos migratórios sazonais e permanentes. O turismo esportivo tem atraído um público internacional e nacional, que não apenas visita Fortim, mas muitas vezes opta por residir temporariamente ou até permanentemente na região, contribuindo para o crescimento da economia local. Esse fluxo migratório está alinhado a fenômenos globais de migração motivada pela busca por estilo de vida, onde localidades com belezas naturais e infraestrutura turística bem desenvolvida, como as praias do Canto da Barra e Pontal de Maceió (Figura 20), se tornam destinos atrativos tanto para turistas quanto para trabalhadores de setores de serviços e empreendedores do ramo turístico.

*Canto e Pajanduba recebem o mar, surfista e praticam em harmonia*

**Figura 20** – Sede do Pontal de Maceió



*Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.*

Essa dinâmica é amplificada por eventos culturais, como a Regata de Jangadas e o Festival Gastronômico Internacional, que promovem uma movimentação significativa de profissionais do setor cultural e de serviços.

### 3.10.2 Valorização Imobiliária

A crescente valorização imobiliária, impulsionada pela demanda por imóveis em áreas próximas às praias e polos turísticos, tem atraído investidores e migrantes com perfil de alto poder aquisitivo. Estima-se que a valorização imobiliária no município atinja uma taxa de 15% ao ano, o que gera um ambiente favorável para a migração de empreendedores e profissionais que buscam novas oportunidades de investimento. Esse influxo tem repercussões diretas na configuração socioeconômica de Fortim, promovendo uma migração de perfis mais qualificados e diversificados.

A valorização imobiliária na zona costeira de Fortim – CE configura-se como um processo resultante da intensificação do turismo residencial, da presença de empreendimentos de alto padrão e da crescente atratividade paisagística do litoral cearense. Inserido na chamada Rota das Falésias, Fortim tem atraído investimentos voltados à construção de residências de veraneio e hotéis boutique, especialmente nas áreas de Canto

*Canto o jaguarzede encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

da Barra, Pontal de Maceió e arredores do Rio Jaguaribe, provocando a elevação contínua dos preços de terrenos e imóveis (SOUSA; MATIAS; SELVA, 2022).

Dados do setor imobiliário regional apontam que o valor médio do metro quadrado em Fortim registrou crescimento superior à média estadual na última década, impulsionado por empreendimentos com forte apelo estético e integração à paisagem natural, como o “Origem Fortim”, que apresentou valorização de 48% em um ano, segundo o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Ceará – CRECI-CE. Esse movimento de capitalização da orla tem contribuído para a reconfiguração do uso e ocupação do solo, promovendo um adensamento seletivo em áreas próximas às zonas de interesse ecológico, como falésias e margens de rios.

Sob a perspectiva do ordenamento territorial, a valorização imobiliária impõe novos desafios à gestão pública, sobretudo no que diz respeito à proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs), à definição de parâmetros urbanísticos adequados e à garantia do acesso democrático ao espaço litorâneo. Estudos sobre o litoral cearense identificam que, em contextos de intensa valorização fundiária, há tendência à privatização do espaço costeiro, o que pode comprometer o usufruto coletivo e intensificar conflitos fundiários e socioambientais (SANTOS LEITE et al., 2016).

Apesar dos benefícios econômicos associados à expansão do setor imobiliário como incremento na arrecadação de tributos municipais e estímulo à cadeia da construção civil, o crescimento desordenado pode agravar pressões sobre a infraestrutura urbana, particularmente em áreas sem cobertura plena de saneamento básico, drenagem pluvial e transporte público. Tais desequilíbrios tornam evidente a necessidade de instrumentos de regulação territorial integrados ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), capazes de compatibilizar a dinâmica do mercado com os limites de suporte ecológico da zona costeira (IPEA, 2011).

Em suma, a valorização imobiliária em Fortim constitui um vetor expressivo de transformação territorial, cujos efeitos exigem monitoramento contínuo e mecanismos de planejamento urbano-ambiental baseados em dados técnicos, participação social e rigor normativo. A conciliação entre expansão econômica, preservação ambiental e justiça territorial dependerá da implementação de políticas públicas que reconheçam a complexidade do processo e atuem preventivamente sobre seus riscos potenciais.

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, encontra a praia e profunde em harmonia*



### - Diagnóstico Socioeconômico -

#### 3.10.3 Processo de Urbanização

A urbanização de Fortim, situada na região do Baixo Jaguaribe, é um fenômeno que se desenvolveu em meio a profundas transformações socioeconômicas que marcaram o Ceará nas últimas décadas. Historicamente, o processo de urbanização na região ocorreu de forma gradual até a década de 1980, quando começou a se intensificar a partir dos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, impulsionado por mudanças significativas na dinâmica econômica estadual.

Fortim, juntamente com outros municípios do Baixo Jaguaribe, foi impactado por uma série de investimentos públicos e privados voltados à modernização da economia local. Esses investimentos foram direcionados para setores-chave como a fruticultura irrigada, a carcinicultura, a indústria e o turismo litorâneo. Paralelamente, houve melhorias substanciais na infraestrutura, abrangendo rodovias, portos, e sistemas de energia e comunicação, que contribuíram para a integração da região ao restante do estado e do país. Nesse cenário, a urbanização municipal ocorreu em um contexto de modernização socioespacial, caracterizado pela implantação de novas atividades produtivas, muitas vezes conduzidas por empresas externas, o que redefiniu a estrutura urbana, as dinâmicas populacionais e as relações entre os espaços urbanos.

O processo de urbanização de Fortim não ocorreu de forma isolada, mas esteve inserido em um contexto regional marcado por uma polarização entre "espaços luminosos e opacos". Enquanto as áreas "luminosas" — os municípios mais dinâmicos e economicamente integrados — receberam investimentos substanciais e se destacaram na economia regional, outras áreas experimentaram estagnação, com perda populacional e dependência de serviços públicos e transferências sociais, como aposentadorias rurais. No caso de Fortim, seu desenvolvimento urbano foi fortemente influenciado tanto pelo avanço do agronegócio quanto pela especulação imobiliária e a expansão do turismo litorâneo.

O turismo costeiro, em particular, desempenhou um papel central na configuração urbana de Fortim. A valorização das áreas litorâneas para atividades turísticas, incluindo a construção de resorts e infraestrutura de lazer, levou a uma reconfiguração territorial, frequentemente marcada por especulação imobiliária e conflitos com as comunidades tradicionais, especialmente as comunidades pesqueiras. As adaptações do município à atividade podem ser observadas a partir das alterações feitas com intuito de ofertar serviços,

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, enjuga e profunde a paisagem em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

como pode ser observado com a construção do Mercado Municipal, que apesar de sua estrutura de qualidade, atualmente é pouco utilizado.

*Figura 21 – Mercado Municipal*



**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

Estudos sobre conflitos socioambientais na região costeira do Ceará indicam que a expansão do turismo e a especulação imobiliária têm exercido pressão sobre as comunidades locais, resultando em processos de privatização de terras e restrição de acesso a recursos naturais, como praias e manguezais.

### 3.11 Aspectos Políticos-Institucionais

#### 3.11.1 Governança Local e Participação Social

A governança local e a participação social no município de Fortim, Ceará, estruturaram-se em um modelo que valoriza a transparência e a inclusão comunitária nos processos decisórios, reforçando os princípios da democracia participativa. A administração municipal empenha-se em aproximar o poder público da sociedade civil, criando espaços de diálogo que propiciam a interação direta entre cidadãos e governo. Tal arranjo busca não apenas assegurar a representatividade popular, mas também fortalecer o controle social e garantir que a população exerça influência efetiva na formulação e acompanhamento das políticas públicas locais.

Para promover essa participação, Fortim adota diversos mecanismos institucionais, como audiências públicas, conselhos comunitários e sessões legislativas abertas. Esses espaços são concebidos para incentivar a população a se engajar ativamente no debate e na tomada de decisões sobre temas sociais e ambientais, essenciais para o desenvolvimento sustentável e compartilhado do município. A implementação de uma governança em rede,

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

na qual diferentes atores sociais colaboram para buscar soluções comuns, é central para a administração local.

Além disso, o município segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Estadual de Acesso à Informação (Lei nº 15.175/2012), garantindo que a transparência seja um princípio basilar e que o sigilo se aplique apenas em situações excepcionais e devidamente justificadas. Tal abordagem assegura que os cidadãos possam fiscalizar as ações governamentais, contribuindo para a accountability e para o aprimoramento das práticas de governança colaborativa.

As sessões da Câmara Municipal são realizadas de forma pública e ocorrem semanalmente, constituindo um momento para a prestação de contas e a participação cidadã. Esses encontros são planejados não apenas para permitir que o governo apresente suas ações, mas também para integrar a sociedade civil no processo decisório, fortalecendo a legitimidade das ações públicas. Complementando essa estrutura, a Lei Orgânica do município sublinha a importância do controle social, permitindo que cidadãos, partidos políticos e associações denunciem eventuais irregularidades ao Tribunal de Contas dos Municípios, promovendo, assim, um ambiente de governança responsável e transparente.

### 3.12 Estruturas Administrativas e Capacidades Institucionais

#### 3.12.1 Composição da Administração Direta

A estrutura da administração direta do município de Fortim – CE, em junho de 2025, contava com 1.303 servidores públicos, distribuídos em diferentes vínculos funcionais, conforme dados oficiais da folha de pagamento municipal. Dentre esses, a maior parcela corresponde aos contratados temporários, que somavam 698 servidores, representando aproximadamente 53,5% do quadro funcional ativo. Esse quantitativo revela a forte dependência do município em vínculos de natureza precária, o que pode comprometer a continuidade técnica e a memória institucional de programas permanentes, especialmente em áreas como saúde, educação e meio ambiente.

Os servidores estatutários, que representam o corpo funcional de carreira e estabilidade, totalizavam 263 indivíduos, correspondendo a cerca de 20,2% do total. Essa proporção reduzida em relação aos contratados levanta importantes questões sobre a sustentabilidade administrativa e a capacidade do município de consolidar políticas públicas de longo prazo baseadas em quadros técnicos permanentes.

*Outro o pagamento encontra o mar, entrega a profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

A administração também era composta por 147 servidores comissionados, cujas funções, de livre nomeação, concentram-se em cargos de chefia, direção e assessoramento, compondo cerca de 11,3% da força de trabalho. Além disso, havia 33 servidores classificados como “comissionados – código 04”, possivelmente associados a cargos em escolas públicas, além de 1 servidor classificado como celetista e 1 como comissionado/cedido, demonstrando a predominância dos regimes estatutário e comissionado em detrimento de outras formas de vínculo empregatício.

A presença de 59 servidores inativos e 53 aguardando aposentadoria evidencia um contingente significativo de profissionais em fase de transição para a inatividade, o que pode gerar impactos futuros sobre o sistema previdenciário municipal e sobre a reposição de quadros técnicos experientes. Adicionalmente, há 16 pensionistas e 12 servidores cedidos, além de 10 agentes políticos e 6 prestadores de serviço, todos registrados formalmente na folha de pagamento.

A análise da estrutura funcional evidencia a ausência de estagiários na administração pública direta, o que representa uma oportunidade ociosa para a inserção de estudantes em formação, especialmente em áreas técnicas emergentes como sustentabilidade ambiental, geoprocessamento, engenharia sanitária e educação ambiental. A implementação de programas de estágio supervisionado contribuiria para a inovação institucional e a capacitação de novos quadros locais, em consonância com diretrizes de formação e inclusão profissional previstas na Lei nº 11.788/2008.

Importante destacar que o município de Fortim não possui entidades vinculadas à administração pública indireta, como autarquias, fundações ou empresas públicas, concentrando a totalidade da gestão executiva e das políticas públicas na estrutura da administração direta. Tal centralização reforça a necessidade de fortalecimento da capacidade institucional dos órgãos municipais, sobretudo para a execução de políticas de alta complexidade técnica, como o ordenamento territorial, a proteção dos ecossistemas costeiros e o gerenciamento integrado de recursos naturais.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*

**Figura 22** – Número de servidores de Fortim



Fonte: Adaptado de Portal da Transparência - Fortim. 2025.

### 3.13 Secretarias e Conselhos Municipais

O município de Fortim – CE apresenta uma estrutura institucional caracterizada pela existência de 18 conselhos municipais ativos, os quais se vinculam diretamente às respectivas secretarias temáticas, refletindo a tentativa de institucionalizar a participação social e ampliar a capilaridade da gestão pública em setores estratégicos. A análise do conjunto desses conselhos revela a adesão formal do município aos princípios da gestão democrática e participativa, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988 e reforçado por marcos legais setoriais, como a Lei nº 8.142/1990 no campo da saúde e a Lei nº 12.305/2010 no âmbito da gestão ambiental.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania constitui o núcleo com maior número de conselhos sob sua tutela, concentrando sete colegiados: Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho dos Direitos da Mulher (CMDM), Conselho dos Direitos do Idoso (CMDI), Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Conselho de Políticas sobre Drogas (COMPOD) e Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COMPED). Essa concentração revela o peso institucional atribuído à política de assistência social e às agendas de direitos humanos no desenho da governança local.

No campo ambiental, o município conta com o Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, representando o

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

principal canal deliberativo em temas relacionados à gestão territorial, recursos naturais, licenciamento e fiscalização. A existência desse conselho é estratégica para a implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico, uma vez que ele pode operar como instância de consulta e validação social das diretrizes ambientais formuladas pelo poder público.

Outros conselhos importantes incluem o Conselho Municipal de Saúde (CMS), sob a Secretaria Municipal de Saúde; o Conselho Municipal de Educação (CME), o Conselho de Alimentação Escolar (CMAE) e o CACS-FUNDEB, todos vinculados à Secretaria de Educação, além do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que se insere na estrutura da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, representando os interesses do meio rural e da agricultura familiar.

Destacam-se ainda conselhos voltados à regulação de políticas urbanas e habitacionais, como o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (CGFMHIS), vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), ancorado na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que possui papel estratégico diante do crescimento das atividades turísticas na zona costeira do município.

O Conselho Municipal de Previdência (CMP), por sua vez, possui vinculação direta ao Sistema Único de Previdência Social dos Servidores Públicos e representa o único colegiado sem vinculação direta a uma secretaria executiva, o que pode implicar desafios de articulação interinstitucional e de integração com as demais políticas públicas municipais.

Em termos funcionais, a multiplicidade de conselhos reflete um esforço normativo de democratização da gestão pública, contudo, a eficácia desses órgãos depende diretamente da periodicidade de reuniões, do grau de deliberação efetiva, da composição paritária e da publicização de suas decisões. Para que atuem como instrumentos legítimos de governança, esses conselhos devem estar integrados aos processos de planejamento territorial e ambiental, notadamente no que diz respeito ao Zoneamento Ecológico-Econômico, que requer escuta qualificada e legitimidade social em sua implementação.

### 3.13.1 Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca

Assume um papel preponderante na concepção e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agropecuário, atuando como um pilar fundamental na promoção do progresso socioeconômico e na consolidação da sustentabilidade no meio

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

rural. Sua atuação revela-se na formulação de estratégias de fomento que visam impulsionar a produção agrícola e pesqueira, além de aprimorar as condições de vida das comunidades rurais, alinhando-se aos princípios contemporâneos de desenvolvimento sustentável.

Uma das funções mais significativas da Secretaria reside na elaboração e execução de programas que incentivam o cooperativismo e o associativismo, ferramentas essenciais para a organização e fortalecimento da cadeia produtiva local. Através do estímulo à formação de cooperativas e associações, busca-se promover a integração dos pequenos e médios produtores ao mercado, assegurando-lhes melhores condições de competitividade e agregação de valor aos seus produtos. Esta abordagem coaduna-se com os ideais da economia solidária, promovendo, assim, o desenvolvimento econômico de maneira inclusiva e equitativa.

No âmbito do abastecimento urbano, a Secretaria empenha-se em incentivar a produção de gêneros alimentícios fundamentais, desempenhando um papel crucial na garantia da segurança alimentar e no abastecimento das áreas urbanas. Para tanto, promove a celebração de convênios, acordos e parcerias institucionais com entidades governamentais e privadas, com o objetivo de fortalecer as iniciativas voltadas ao desenvolvimento rural, à gestão sustentável dos recursos hídricos e à conservação ambiental, em estrita conformidade com os preceitos legais e as diretrizes das políticas públicas nacionais.

A Secretaria também se destaca por sua capacidade de articulação intergovernamental, mantendo estreitas relações de cooperação com outras instâncias do governo (federal, estadual e municipal), bem como com o setor privado. Tal articulação é indispensável para a captação de recursos financeiros, investimentos e apoios instrumentais, que são imprescindíveis para a viabilização de projetos estratégicos e para o desenvolvimento de estudos técnicos que subsidiam a implementação de políticas eficientes e eficazes.

Outra dimensão relevante do escopo de atuação da Secretaria é a coordenação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), órgão consultivo e deliberativo que exerce um papel crucial na orientação das políticas públicas do setor. O CMDRS garante a participação ativa da comunidade rural no processo decisório, assegurando que as políticas sejam formuladas de forma democrática e transparente, em consonância com as reais necessidades e demandas da população rural. Internamente, a estrutura da Secretaria compreende divisões especializadas, como a Divisão de Agricultura e a Divisão de Pesca, que desempenham a importante função de operacionalizar as diretrizes

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

e ações planejadas, assegurando a efetividade das políticas públicas e a promoção do desenvolvimento sustentável no âmbito agropecuário e pesqueiro.

**3.13.2 Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania**

Desempenha um papel fundamental na promoção e implementação das políticas públicas de assistência social no âmbito municipal, constituindo-se como um instrumento de alcance dos princípios e diretrizes estabelecidos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua missão se manifesta no compromisso de assegurar a proteção social, a inclusão produtiva e a promoção da cidadania, por meio da condução de programas, projetos e serviços que visam à garantia e ampliação dos direitos dos cidadãos em situação de vulnerabilidade e risco social.

No que concerne às suas atribuições, a Secretaria exerce a responsabilidade de administrar e zelar pelas unidades de atenção voltadas à criança e ao adolescente, bem como por demais equipamentos sociais que compõem a rede municipal de assistência. Tal atuação implica em um rigoroso processo de monitoramento e avaliação da prestação de serviços socioassistenciais, de forma a assegurar a efetividade e a eficiência na implementação das políticas públicas, em consonância com os preceitos estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e as orientações do SUAS, o que assegura a universalidade e a integralidade do atendimento aos cidadãos.

A Secretaria também se destaca pela sua atuação na habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência, promovendo sua inclusão e participação na vida comunitária, em conformidade com os preceitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Por meio de ações que visam garantir o acesso a direitos essenciais como saúde, educação e trabalho, busca-se proporcionar a efetiva integração dessas pessoas, fortalecendo o princípio da equidade e o respeito à dignidade humana.

Outra função primordial é a orientação e o encaminhamento dos usuários para o requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), assim como a realização das revisões necessárias para a manutenção desse direito, conforme disposto na legislação pertinente.

No tocante à proteção social, a Secretaria dedica-se à salvaguarda e promoção dos direitos da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da pessoa idosa, em consonância com as disposições normativas nacionais, tais como o Estatuto da Criança e do

*Outro o pagamento encontra o mar, impugna e profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso. Além disso, atua na promoção da integração ao mercado de trabalho, por meio de iniciativas voltadas à qualificação profissional e ao estímulo da geração de emprego e renda, contribuindo para a emancipação e a autonomia dos indivíduos atendidos.

A Divisão de Acompanhamento de Projetos de Apoio às Comunidades, por exemplo, dedica-se à coordenação de ações voltadas ao desenvolvimento comunitário e ao fortalecimento de vínculos sociais. Já a Divisão de Benefícios Assistenciais e Gestão de Programa de Renda é incumbida da gestão e acompanhamento dos benefícios socioassistenciais e dos programas de transferência de renda, assegurando a eficácia das políticas de inclusão social.

As Divisões de Proteção Social Básica e Fortalecimento Comunitário e de Proteção Social Especial são responsáveis, respectivamente, por coordenar as ações de proteção social de caráter preventivo e especializado, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo SUAS. Por fim, a Divisão de Trabalho e a Divisão de Vigilância Socioassistencial desempenham funções essenciais na promoção da empregabilidade e no monitoramento das vulnerabilidades sociais, possibilitando a elaboração de estratégias fundamentadas em diagnósticos precisos e atualizados sobre as demandas sociais do município.

**3.13.3 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano**

Sua atuação é ampla e abrange desde a ordenação e preservação dos equipamentos urbanos até a implementação de ações que promovam a qualidade de vida, o bem-estar coletivo e a sustentabilidade do município.

Entre suas atribuições mais notáveis, destaca-se a administração e o zelo pelos serviços urbanos, os quais incluem a arborização, a manutenção e a limpeza das vias públicas, a gestão da iluminação pública, a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos, assim como a conservação de praças, parques e jardins.

No que se refere à construção e manutenção de obras públicas municipais, a Secretaria assume a responsabilidade pela execução e conservação de projetos de infraestrutura que abrangem habitação, estradas, pontes, bueiros, pavimentação e saneamento ambiental. A realização de trabalhos topográficos, indispensáveis para o planejamento e execução das obras públicas, constitui outra função primordial da Secretaria.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

A fiscalização e o cumprimento das normas relativas ao zoneamento e loteamento também são de competência da Secretaria, que atua como órgão regulador, assegurando que o uso e a ocupação do solo urbano se desenvolvam de forma ordenada e em consonância com o Plano Diretor e demais legislações urbanísticas. Outro aspecto relevante de sua atuação é a administração e atualização da planta cadastral do município, que serve como um instrumento técnico indispensável para o planejamento urbano e a gestão territorial.

A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano é composta por diversas divisões especializadas que atuam de maneira integrada para assegurar a eficiência e eficácia dos serviços prestados. A Divisão de Fiscalização, por exemplo, é incumbida de monitorar o cumprimento das normas urbanísticas, enquanto a Divisão de Fomento Habitacional se dedica à promoção e implementação de políticas voltadas à habitação digna, contribuindo para a redução do déficit habitacional. A Divisão de Limpeza Urbana gerencia as atividades de coleta e destinação de resíduos, assegurando a limpeza e a preservação do ambiente urbano.

Já a Divisão de Manutenção de Obras Viárias tem a missão de garantir a conservação e o bom estado das vias públicas, assegurando a mobilidade e a segurança dos munícipes. A Divisão de Obras e Saneamento, por sua vez, desempenha um papel crucial na execução de obras de saneamento básico, promovendo a saúde pública e a qualidade de vida. A Divisão de Praças e Quadras é responsável pela manutenção e revitalização dos espaços públicos destinados ao lazer e à prática esportiva, e a Divisão de Projetos elabora os projetos de infraestrutura urbana que visam o desenvolvimento ordenado do município.

A Divisão de Transportes gerencia a frota municipal e coordena as atividades relacionadas ao transporte público e mobilidade urbana, enquanto a Divisão de Urbanismo elabora e implementa as políticas e diretrizes que norteiam o desenvolvimento e o ordenamento do espaço urbano, garantindo que o crescimento da cidade ocorra de forma planejada e sustentável.

#### **3.13.4 Secretaria Municipal de Educação**

Sua missão primordial é promover uma educação de excelência, inclusiva e equitativa, que se alinhe às necessidades e anseios da população, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento humano, social e econômico do município, em harmonia com os princípios norteadores da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996).

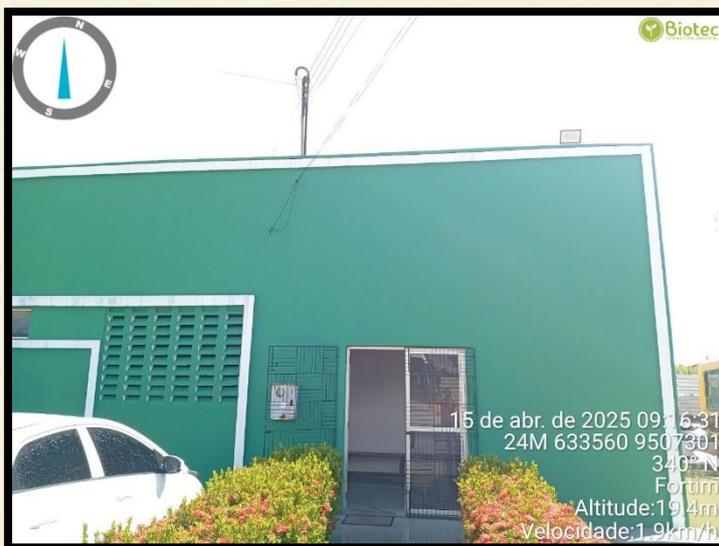
*Outro o Sagnante encontra o mar, impugna e profunde em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Entre as atribuições mais relevantes da Secretaria destaca-se a formulação e execução de políticas públicas voltadas à inserção dos jovens no mercado de trabalho, estimulando o empreendedorismo e o protagonismo juvenil. Para tanto, a Secretaria desenvolve programas e iniciativas que objetivam fomentar as competências e habilidades dos jovens, capacitando-os para os desafios do mundo laboral e incentivando-os a empreender e inovar.

No âmbito pedagógico, a Secretaria Municipal de Educação (Figura 23) empenha-se na elaboração e implementação de programas de orientação pedagógica que visam ao contínuo aperfeiçoamento do corpo docente municipal. Adicionalmente, a Secretaria atua na execução de projetos e programas que têm como finalidade combater a evasão escolar, a repetência e demais fatores que contribuem para o baixo rendimento escolar dos alunos, assegurando a permanência e o êxito dos estudantes em sua trajetória educacional.

**Figura 23** – Secretaria Municipal de Educação



**Fonte:** BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.

A elaboração de planos e programas municipais de educação é uma das atividades centrais da Secretaria, que desempenha papel estratégico na coordenação e implementação das políticas educacionais. Quanto ao desenvolvimento do esporte, tanto profissional quanto amador, a Secretaria elabora políticas que visam à promoção do esporte como ferramenta de inclusão social, saúde e formação integral dos estudantes.

Outra importante atribuição da Secretaria consiste na realização anual do levantamento da população em idade escolar, conduzindo a chamada pública para matrículas, de modo a garantir o acesso universal ao ensino, em conformidade com as diretrizes do Plano

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficua em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Nacional de Educação. A Secretaria também exerce um papel fiscalizador e controlador no que concerne à aplicação dos recursos destinados à educação, zelando pela transparência e eficiência na gestão dos recursos financeiros, em observância às normativas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Zelar pela manutenção e adequação dos estabelecimentos de ensino municipais constitui outra incumbência fundamental da Secretaria, assegurando que as unidades escolares disponham das condições necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais, conforme os parâmetros de qualidade e infraestrutura estabelecidos pelo Ministério da Educação.

No âmbito da articulação intersetorial e participação democrática, a Secretaria coordena e interage com importantes conselhos municipais, como o Conselho Municipal da Juventude (CMJ), o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS- FUNDEB), o Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE) e o Conselho Municipal de Educação (CME).

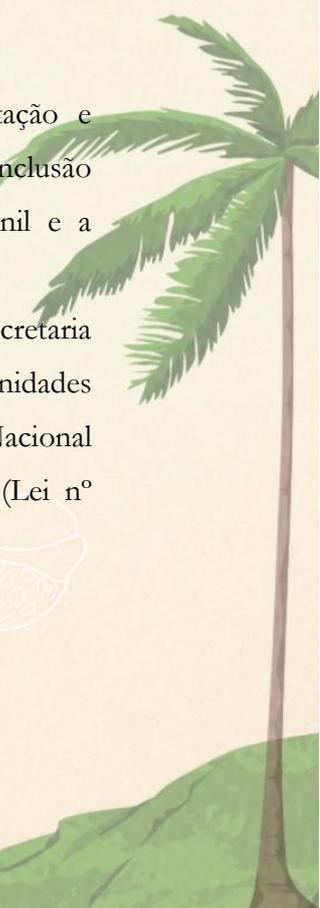
A Divisão Administrativa é responsável por gerir os processos internos, a Divisão de Apoio ao Educando assegura o atendimento e suporte necessários ao desenvolvimento dos estudantes, a Divisão de Informática e Tecnologia lidera a implementação de inovações tecnológicas no âmbito educacional, e a Divisão de Manutenção cuida da conservação e reparo das instalações físicas das unidades escolares e demais equipamentos educacionais.

**3.13.5 Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer**

A Secretaria assume um papel de destaque na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento do esporte, a inclusão da juventude no mercado de trabalho, o estímulo ao empreendedorismo juvenil e a promoção de atividades de lazer que fomentam a integração e o bem-estar social.

No que concerne à inserção dos jovens no mercado de trabalho, a Secretaria empenha-se em desenvolver programas e iniciativas que visem à criação de oportunidades profissionais e ao fomento do empreendedorismo, em consonância com a Política Nacional de Juventude e com as prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013).

*Outro o Espírito de natureza e mar, natureza e profissão em harmonia*





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

A Secretaria também dedica especial atenção ao estímulo do protagonismo juvenil, implementando projetos que visam ao fortalecimento da participação dos jovens na vida comunitária e política, fomentando o desenvolvimento de lideranças e incentivando a construção coletiva de soluções para os desafios sociais.

No âmbito do desenvolvimento esportivo, a Secretaria desempenha a relevante função de planejar e implementar políticas públicas que promovam o esporte em suas diversas manifestações, abrangendo tanto o esporte de rendimento quanto o amador e de participação. Sua atuação inclui a organização e apoio a competições esportivas, a implementação de programas de iniciação e treinamento, e a gestão de equipamentos esportivos municipais, assegurando que essas atividades sejam conduzidas de acordo com os princípios estabelecidos pelo Plano Nacional do Desporto e pela Política Nacional de Esporte. A Secretaria busca, ainda, promover o esporte como instrumento de inclusão social, saúde e bem-estar, garantindo a democratização do acesso a práticas esportivas por toda a comunidade.

A promoção do lazer para a comunidade, por sua vez, é conduzida de forma a proporcionar atividades culturais, recreativas e de convivência que contribuam para o enriquecimento do convívio social e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. A Secretaria dedica-se à organização de eventos, programas e parcerias que buscam ofertar um lazer inclusivo e diversificado, que atenda aos interesses de diferentes segmentos populacionais, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento e a coesão social.

A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer é composta por divisões especializadas que desempenham suas funções com elevado grau de competência e profissionalismo. A Divisão de Esporte é encarregada de coordenar as ações e projetos esportivos, assegurando a implementação de políticas que incentivem a prática desportiva e a formação de atletas. A Divisão de Juventude, por sua vez, é responsável por conduzir os programas voltados à integração dos jovens no mercado de trabalho e ao desenvolvimento do protagonismo juvenil. Já a Divisão de Lazer tem a incumbência de planejar e promover atividades recreativas e culturais que proporcionem momentos de descontração e interação para a população.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

**3.13.6 Secretaria Municipal de Meio Ambiente**

Sua atuação é pautada pelo compromisso com a proteção, conservação e melhoria da qualidade ambiental, conduzindo suas ações de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e assegurar o uso racional dos recursos naturais em prol das gerações presentes e futuras.

Entre suas atribuições mais relevantes, destaca-se a diligência na condução de medições, coleta de amostras e a realização de exames laboratoriais, seja diretamente ou mediante convênios, com a finalidade de efetuar diagnósticos e emitir laudos ambientais. No que se refere à proteção dos recursos hídricos, a Secretaria é responsável pela elaboração e implementação de diretrizes que regulamentem o uso, manejo e conservação desses recursos, em alinhamento com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) e demais normativas correlatas. Estas diretrizes constituem um marco regulatório essencial para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos e promover a gestão integrada e participativa do uso da água no âmbito municipal.

O exercício do Poder de Polícia Administrativa em matéria ambiental é outra prerrogativa central da Secretaria, conferindo-lhe a competência para atuar em casos de infração às normas ambientais, inclusive aplicando as penalidades e sanções previstas na legislação. Tal atribuição se materializa por meio da fiscalização e do monitoramento de atividades potencialmente degradadoras, assegurando o cumprimento das normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Meio Ambiente (SISMMA) e promovendo o respeito ao ordenamento jurídico ambiental.

A Secretaria também exerce um papel fundamental na expedição de normas técnicas, instruções e padrões voltados à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente municipal. Essas normas, elaboradas com base em estudos técnicos e em conformidade com a legislação estadual e federal, são submetidas à apreciação do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMPAM), órgão colegiado que exerce funções consultivas e deliberativas, contribuindo para a formulação e aprimoramento das políticas ambientais.

Além disso, a Secretaria emite pareceres e laudos técnicos relativos a pedidos de obras, atividades e empreendimentos que possam ser potencialmente poluidores ou degradadores do meio ambiente, garantindo que tais processos sejam analisados sob a ótica da sustentabilidade e do interesse público. Em casos de danos e impactos ambientais, a

*Outro o pagamento encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Secretaria tem a competência de expedir notificações, interdições e embargos, sempre respeitando o devido processo legal. Outro aspecto relevante da atuação da Secretaria é a instauração de processos administrativos para apuração de infrações ambientais, o que inclui a lavratura de autos de infração e a aplicação das penalidades cabíveis.

A Secretaria, em sua função de gestora das políticas ambientais municipais, promove e fiscaliza a observância das normas e diretrizes inerentes à Política Ambiental Municipal, além de fornecer suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMPAM). No âmbito de suas atividades, a Secretaria realiza estudos, levantamentos e avaliações que possibilitam a identificação de fontes poluidoras e a avaliação dos impactos ambientais decorrentes de atividades desenvolvidas no município.

A estrutura organizacional da Secretaria é composta por divisões especializadas, como a Divisão de Desenvolvimento Sustentável, que promove ações integradas de preservação e uso sustentável dos recursos naturais; a Divisão de Educação Ambiental, que se dedica à conscientização e sensibilização da população para a importância da preservação do meio ambiente; a Divisão de Fiscalização Ambiental, que atua na fiscalização e monitoramento do cumprimento das normas ambientais; a Divisão de Meio Ambiente, que coordena ações relacionadas ao licenciamento e gestão ambiental; e a Divisão de Termos e Acordos, que administra os instrumentos legais e acordos firmados para garantir a conformidade ambiental.

**3.13.7 Secretaria Municipal de Administração e Finanças**

Sua atuação é abrangente e abarca uma multiplicidade de atribuições que englobam a administração financeira, patrimonial, tributária e de recursos humanos, sempre em conformidade com os princípios da legalidade, transparência, eficiência e responsabilidade fiscal.

Uma de suas funções primordiais é a conservação e controle rigoroso dos materiais de consumo e do patrimônio público, compreendendo o tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis e imóveis sob a guarda do município.

No campo da contabilidade pública, a Secretaria exerce a responsabilidade de manter o controle e a escrituração contábil da Prefeitura, assegurando que todas as operações financeiras sejam conduzidas em estrita observância às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as

*Outro o pagamento encontra o mar, entrega a profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Ademais, a Secretaria administra a Dívida Ativa do Município, implementando ações de controle, cobrança e recuperação dos créditos tributários e não tributários, contribuindo para a saúde financeira do erário municipal. A fiscalização do Código de Posturas, que disciplina as normas de convivência, limpeza urbana, uso e ocupação do solo, dentre outras atividades correlatas, também figura entre as responsabilidades da Secretaria, assegurando a observância das disposições legais e a manutenção da ordem pública no âmbito municipal.

Na esfera tributária, a Secretaria se destaca na formulação de políticas tributárias de competência municipal, atuando com destreza no lançamento, arrecadação e fiscalização dos tributos e demais rendas municipais.

A manutenção da frota de veículos e equipamentos de uso geral da administração municipal é outra atribuição da Secretaria, que garante a conservação e a correta gestão desses bens, assegurando sua disponibilidade e eficiência para atender às demandas operacionais dos diversos setores da administração pública. Adicionalmente, a Secretaria desempenha papel crucial na implantação e execução dos sistemas de processamento de dados da Prefeitura, promovendo a modernização administrativa e a informatização dos processos, em sintonia com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018) e as melhores práticas de governança digital.

No âmbito financeiro, a Secretaria administra o recebimento, pagamento, guarda e movimentação do erário e outros valores do município, assegurando que tais operações sejam conduzidas com a máxima transparência, eficiência e conformidade com os princípios orçamentários e a legislação vigente.

Outras competências incluem a organização e gestão dos serviços de vigilância, zeladoria, protocolo e arquivamento definitivo dos documentos da Prefeitura, preservando a integridade e a acessibilidade dos registros administrativos, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

A estrutura organizacional da Secretaria é composta por divisões e setores especializados, cada qual desempenhando funções específicas que contribuem para a excelência e eficiência de suas atividades. A Comissão de Licitação, por exemplo, conduz os processos licitatórios em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), assegurando transparência e legalidade nas contratações. A Divisão de

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Compras gerencia as aquisições de bens e serviços, enquanto a Divisão de Controladoria exerce a fiscalização e o controle interno da aplicação dos recursos públicos.

A Divisão de Estatísticas e Informações coordena a coleta e análise de dados que subsidiam o planejamento e a tomada de decisões estratégicas, e a Divisão de Informática promove a implementação de soluções tecnológicas inovadoras. A Divisão de Manutenção e Controle de Frota cuida da gestão dos veículos municipais, ao passo que a Divisão de Material de Patrimônio administra os bens do município.

Outros setores, como a Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho, a Divisão de Modernização Administrativa, a Divisão de Programação e Orçamento, a Divisão de Recursos Humanos, a Divisão de Serviços Auxiliares e a Divisão Financeira, desempenham papéis igualmente essenciais, assegurando uma gestão pública integrada, eficiente e orientada para resultados.

**3.13.8 Secretaria Municipal de Saúde**

Uma das atribuições mais relevantes da Secretaria Municipal de Saúde (Figura 24) é a formulação da Política Municipal de Saúde, que envolve a coordenação, planejamento, implementação e execução das metas estabelecidas pelo governo municipal no âmbito da saúde.

*Figura 24 – Secretaria Municipal de Saúde*



*Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.*

No contexto da regionalização da saúde e na busca por maximizar a eficiência e ampliar a oferta de serviços especializados, a Secretaria tem o dever de estabelecer políticas

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

que viabilizem a formação de consórcios intermunicipais de saúde, em conformidade com a Portaria GM/MS nº 3.992/2017 e a Lei nº 11.107/2005, que dispõem sobre a criação e operacionalização de consórcios públicos.

Outra função primordial da Secretaria é a manutenção de uma coordenação médica e defesa sanitária de excelência, atuando de forma harmoniosa com as diretrizes da Vigilância em Saúde e da Atenção Básica. A Secretaria assume a responsabilidade de monitorar, prevenir e controlar doenças, promovendo ações de defesa sanitária que protejam a saúde pública e assegurem a qualidade de vida da população.

No tocante à promoção da saúde, a Secretaria dedica-se à implementação de campanhas preventivas de educação em saúde e à execução de campanhas de vacinação, em estrita observância ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

A Secretaria atua na administração das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), na coordenação das equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e na supervisão da prestação de serviços de média e alta complexidade, assegurando que os estabelecimentos de saúde funcionem de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e eficiência.

Em relação à participação social, a Secretaria mantém um relacionamento estreito e colaborativo com o Conselho Municipal de Saúde (CMS), órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo e fiscalizador, que exerce um papel crucial na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas e ações de saúde.

A Divisão de Administração e Finanças é responsável pela gestão orçamentária e financeira, assegurando a correta aplicação dos recursos destinados à saúde e o cumprimento das obrigações legais e orçamentárias. A Divisão de Assistência à Saúde coordena a oferta de serviços assistenciais e a implementação de ações de promoção, prevenção e tratamento, garantindo a qualidade e a integralidade do atendimento prestado à população.

A Divisão de Planejamento exerce a função de elaborar e monitorar os planos, programas e projetos da Secretaria, assegurando a coerência e alinhamento das ações com as diretrizes do SUS e as necessidades do município. A Divisão de Saúde Bucal dedica-se à promoção de ações de prevenção e tratamento em saúde bucal, enquanto a Divisão de Saúde Coletiva desempenha um papel fundamental na promoção e vigilância da saúde, conduzindo o monitoramento epidemiológico e implementando ações de prevenção e controle de doenças e agravos.

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega a profissão em harmonia*



### 3.13.9 Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Uma de suas atribuições é a implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico Participativo, que constitui um instrumento de planejamento estratégico, democrático e inclusivo, destinado a orientar de maneira precisa e eficiente as ações e investimentos no setor turístico. No tocante à análise e monitoramento do setor, a Secretaria assume a responsabilidade de conduzir, de forma meticulosa e sistemática, pesquisas sobre a oferta e a demanda turística. Este processo compreende a coleta e a análise de dados que abarcam aspectos como o fluxo turístico, o perfil dos visitantes, a capacidade de atendimento dos serviços turísticos e demais indicadores relevantes para o setor.

A Secretaria, por meio de programas de treinamento, workshops, cursos e parcerias com instituições de ensino e entidades do setor, busca promover o aprimoramento contínuo das competências técnicas e gerenciais dos profissionais, assegurando um atendimento de elevado padrão de qualidade que contribua para a satisfação e fidelização dos visitantes.

No contexto da governança e gestão participativa, a Secretaria coordena o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), órgão de natureza colegiada, consultiva e deliberativa, que desempenha um papel crucial na formulação, monitoramento e implementação das políticas públicas de turismo.

A Divisão de Cultura é responsável pela promoção de ações que visem à preservação, valorização e difusão do rico patrimônio cultural do município, contribuindo para o fortalecimento da identidade e da memória cultural local. A Divisão de Desenvolvimento Turístico, por sua vez, dedica-se ao planejamento e coordenação das atividades voltadas ao estímulo e promoção do turismo, assegurando a articulação entre os diversos atores do setor e o desenvolvimento de estratégias que elevem o potencial turístico do município.

A Divisão de Eventos Oficiais é incumbida da organização e promoção de eventos que reforçam a atratividade turística e cultural do município, consolidando a presença do turismo de eventos como um importante instrumento de dinamização da economia local. Já a Divisão de Turismo Sustentável é responsável por implementar práticas e políticas que assegurem um turismo ambientalmente responsável, socialmente inclusivo e economicamente viável, contribuindo para o desenvolvimento do setor em perfeita sintonia com a conservação dos recursos naturais e a valorização do patrimônio cultural.

*Outro o pagamento encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

**3.13.10 Secretaria Municipal de Empreendedorismo, Economia, Indústria e Comércio**

Dentre suas atribuições, destaca-se o desenvolvimento de políticas destinadas ao fortalecimento dos setores industriais e comerciais, assegurando a adoção de estratégias que estimulem a competitividade, a inovação e a eficiência produtiva.

Em sua missão de defesa e proteção do mercado local, a Secretaria aplica mecanismos de defesa comercial que visam salvaguardar a economia municipal de práticas comerciais desleais, como o dumping e a concorrência predatória. No que concerne ao estímulo ao empreendedorismo e ao apoio às microempresas, empresas de pequeno porte e ao artesanato, a Secretaria exerce um papel de extrema relevância ao implementar políticas que promovem o acesso a linhas de crédito, programas de capacitação e treinamento, além de orientar os empreendedores sobre procedimentos fiscais e tributários.

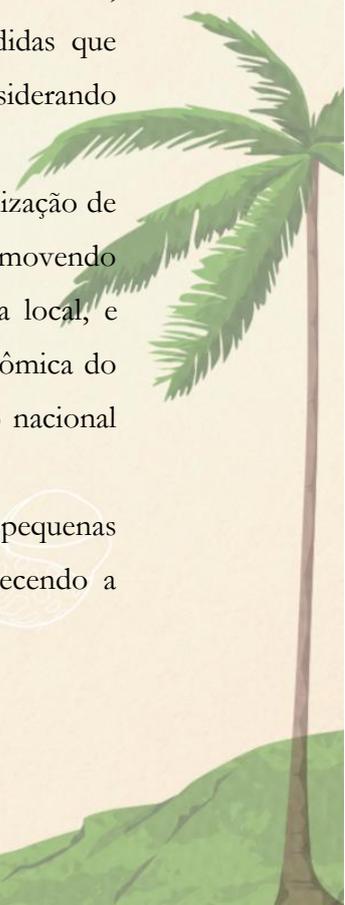
A Secretaria dedica-se, ainda, à promoção interna do comércio, organizando e apoiando iniciativas que incentivem o consumo de produtos e serviços locais, fortalecendo a dinâmica comercial do município e contribuindo para a circulação de riqueza e o fortalecimento da economia regional. No contexto do estímulo à produção industrial, a Secretaria empenha-se na implementação de políticas e ações que fomentem a expansão da capacidade produtiva e a diversificação do parque industrial, criando condições favoráveis à atração de investimentos e ao desenvolvimento do setor.

Com relação à formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento econômico, a Secretaria desempenha um papel ativo e propositivo na elaboração de medidas que favoreçam o crescimento das atividades industriais, comerciais e de serviços, considerando as especificidades, vocações e potencialidades econômicas do município.

A Secretaria também se dedica a incentivar e orientar a instalação e a localização de indústrias que aproveitem os insumos e recursos disponíveis no município, promovendo uma integração harmoniosa entre as atividades industriais e a cadeia produtiva local, e contribuindo para a geração de emprego, renda e o fortalecimento da base econômica do município. A articulação com organismos públicos e privados, tanto em âmbito nacional quanto internacional, é uma dimensão fundamental da atuação da Secretaria.

A Secretaria também adota um tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas, bem como para a pequena produção artesanal e mercantil, reconhecendo a

*Outro o pagamento encontra o mar, impugna e profusão em harmonia*





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

importância dessas atividades para a dinamização da economia e a inclusão produtiva. Por fim, mantém um cadastro atualizado e detalhado dos estabelecimentos industriais e mercantis do município, proporcionando um mapeamento preciso do setor produtivo, o que facilita a formulação e execução de políticas públicas direcionadas e eficazes.

O Conselho Municipal para o Desenvolvimento da Indústria (CMDI) atua em estreita colaboração com a Secretaria, fornecendo subsídios e orientações que auxiliam na formulação e implementação de políticas e estratégias voltadas ao desenvolvimento industrial, assegurando que a atuação da Secretaria seja orientada por princípios de eficiência, transparência e participação democrática.

A estrutura organizacional da Secretaria compreende divisões especializadas que garantem a implementação eficaz de suas atribuições: a Divisão de Empreendedorismo, responsável por fomentar a cultura empreendedora e prestar apoio técnico aos empreendedores; a Divisão de Expansão Econômica, que se dedica à promoção e atração de investimentos para

o município; e a Divisão de Indústria e Comércio, que se encarrega de implementar ações que impulsionem e promovam a atividade industrial e comercial, fortalecendo a base econômica do município.

### **3.14 Marco Regulatório e Legislação Municipal**

#### **3.14.1 Leis**

- Lei Municipal N° 975/2023. 25 de agosto de 2023. Dispõe sobre as atribuições e a atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA) no que concerne ao licenciamento e à fiscalização ambiental, bem como estabelece outras providências correlatas.
- Lei Municipal N° 897/2022. 19 de julho de 2022. Declara como Patrimônio Ambiental, Turístico e Cultural do município de Fortim a "Trilha dos Mandacarus", com o objetivo de promover sua preservação e valorização, conforme estabelecido nesta legislação, além de outras disposições pertinentes.
- Lei Municipal N° 894/2022. 30 de junho de 2022. Estabelece diretrizes para a promoção da Cultura Oceânica no âmbito da Rede Municipal de Ensino, visando

*Outro o Espírito encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

integrar, de maneira interdisciplinar, o conhecimento sobre os oceanos e sua importância ecológica, econômica e social no currículo escolar.

- Lei Municipal Nº 863/2022. 11 de janeiro de 2022. Altera o vencimento base dos cargos de Fiscal Ambiental e Analista Ambiental, previamente estabelecidos na Lei Municipal nº 714, de 27 de fevereiro de 2019, ajustando suas remunerações para melhor adequação às funções desempenhadas e às necessidades da gestão pública.
- Lei Municipal Nº 714/2019. 27 de fevereiro de 2019. Inclui disposições relativas aos cargos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, promovendo alterações nas Leis Municipais nº 417/2011 e nº 684/2018, nos termos indicados, além de outras providências.
- Lei Municipal Nº 685/2018. 03 de julho de 2018. Modifica dispositivos da Lei de Criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente (Lei Municipal nº 167/1999, de 30 de dezembro de 1999) e provê outras disposições pertinentes.
- Lei Municipal Nº 684/2018. 03 de julho de 2018. Altera a estrutura administrativa do município, conforme disposto na Lei Municipal nº 338/2009, modificada pela Lei nº 417/2011 e consolidada pela Lei nº 604/2016, com enfoque na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e estabelece outras providências.
- Lei Municipal Nº 034/2017. 03 de outubro de 2017. Institui o Código Ambiental do município de Fortim, criando um marco regulatório que disciplina as questões relativas à proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, além de estabelecer normas sobre licenciamento ambiental e outros instrumentos de gestão ambiental.
- Lei Municipal Nº 550/2015. 18 de maio de 2015. Cria e regulamenta a Comissão de Avaliação Imobiliária no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com as orientações que indica e provê outras providências necessárias.
- Lei Municipal Nº 502/2013. 16 de dezembro de 2013. Institui, no âmbito da administração pública municipal, o Sistema Municipal de Proteção e Conservação do Meio Ambiente (SISMMA), regula suas fontes de financiamento e estabelece o funcionamento do Fundo Municipal de Meio Ambiente, além de outras disposições.

*Outro o pagamento encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

- Lei Municipal N° 215/2003. 24 de novembro de 2003. Autoriza o Município de Fortim, por intermédio do Chefe do Poder Executivo, a firmar termo de parceria com os municípios de Aracati e Icapuí, todos do estado do Ceará, em colaboração com a Fundação W.K. Kellogg (W.K. Foundation). Tal parceria visa a implementação de ações de caráter socioeconômico, cultural e ambiental, com o objetivo de gerar emprego, distribuir renda e promover o desenvolvimento pessoal e cidadão da juventude, conforme os termos indicados nesta lei.
- Lei Municipal N° 243/2005. 17 de junho de 2005. Estabelece a criação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e define suas atribuições, além de outras providências relacionadas à preservação ambiental.
- Lei Municipal N° 168/1999. 30 de dezembro de 1999. Cria o Conselho Municipal de Meio Ambiente, dispondo sobre sua estrutura e responsabilidades, além de outras disposições correlatas.
- Lei Municipal N° 167/1999. 30 de dezembro de 1999. Institui o Fundo Municipal de Meio Ambiente, definindo sua aplicação e administração, além de outras providências pertinentes ao desenvolvimento sustentável.
- Lei Municipal N° 166/1999. 30 de dezembro de 1999. Regula a reorganização superior da Prefeitura Municipal, unindo as Secretarias de Turismo e Meio Ambiente, com alterações à Lei Municipal n° 86/97 e outras disposições necessárias.
- Lei Municipal N° 139/1998. 11 de maio de 1998. Dispõe sobre a reorganização da Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, abrangendo aspectos da saúde pública e do saneamento ambiental no município, além de outras providências.
- Lei Municipal N° 123/1997. 27 de outubro de 1997. Regulamenta a reorganização do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, alterando a Lei Municipal n° 86/97, e provê outras disposições.
- Lei Municipal N° 073/1995. 12 de março de 1995. Autoriza o Poder Executivo a transformar a Secretaria de Saúde e Saneamento em Secretaria de Saúde,

*Outro o Saperçabu encontra o mar, emprega a profusão em harmonia*



### - Diagnóstico Socioeconômico -

Saneamento e Meio Ambiente, estabelecendo outras providências no âmbito municipal.

- Lei Municipal N° 018/1993. 08 de fevereiro de 1993. Fixa medidas de preservação do meio ambiente natural no município de Fortim, definindo ações e regulamentações voltadas à proteção dos recursos ambientais locais.

#### 3.14.2 Decretos

- Decreto N° 1114/2023. 31 de outubro de 2023. Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMDEMA), estabelecendo as diretrizes e normas que regerão o funcionamento deste importante órgão colegiado, responsável por formular e acompanhar as políticas públicas voltadas à proteção ambiental no âmbito do município de Fortim.

#### 3.14.3 Planos e Programas

- Plano de Ação 2024. 31 de janeiro de 2024. O Plano de Ação para Aplicação de Recursos (N° 30882120230005-018008) detalha a estratégia de gestão e utilização dos recursos públicos no município, assegurando a transparência e a eficácia na alocação dos fundos destinados ao desenvolvimento de projetos municipais.
- Plano de Contingência e Ação N° 01/2024. 13 de julho de 2023. Elaborado com o intuito de fornecer uma resposta eficaz às emergências em saúde pública, especialmente em casos de coronavírus e síndromes respiratórias, o Plano Municipal de Contingência de Fortim é um instrumento essencial para a coordenação e execução das ações de enfrentamento a situações emergenciais de saúde.
- Plano Municipal de Contingência da Vigilância e Controle das Arboviroses 2023. 13 de fevereiro de 2023. O Plano Municipal de Contingência da Vigilância e Controle das Arboviroses delinea as ações estratégicas para combater as doenças transmitidas por vetores no município de Fortim, com especial foco no enfrentamento de arboviroses como dengue, chikungunya e zika vírus.
- Plano Municipal de Gestão 2023. O Plano Municipal de Educação de Fortim, um importante instrumento de planejamento para o decênio 2015-2025, segue as orientações estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado

*Outro o pagamento encontra o mar, enforça e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Este plano busca nortear as ações voltadas para o desenvolvimento educacional, assegurando metas e estratégias que promovam a melhoria contínua do ensino público.

### 3.15 Dimensões Culturais

No contexto do diagnóstico das dimensões socioeconômicas, a análise das dimensões culturais desempenha um papel central, pois permite compreender as interações entre as comunidades locais e seu ambiente natural, além de valorizar o patrimônio imaterial e as práticas culturais tradicionais que permeiam a região costeira. Dessa forma, o diagnóstico das dimensões culturais no ZEEC de Fortim busca identificar e valorizar as expressões culturais e tradições locais, promovendo a proteção do patrimônio cultural e assegurando que o desenvolvimento da região costeira ocorra de maneira inclusiva e sustentável, respeitando as identidades e modos de vida das populações que ali residem.

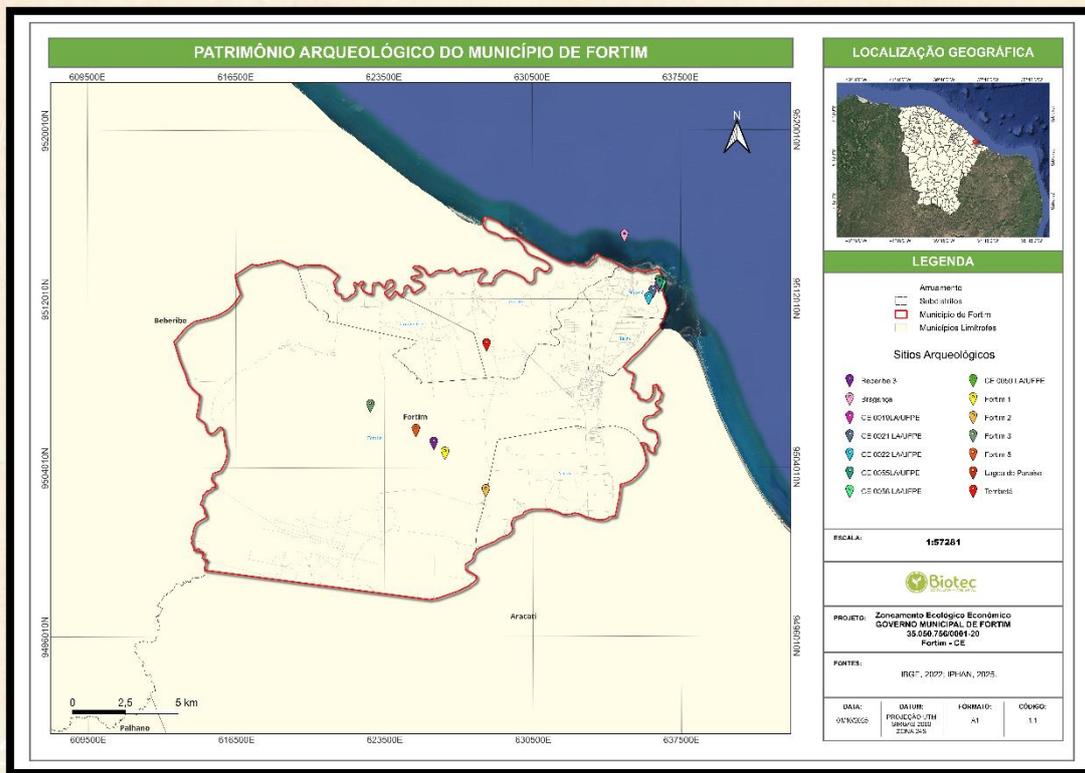
#### 3.15.1 Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico

Os bens arqueológicos do município de Fortim, representam um valioso acervo histórico que abrange desde ocupações pré-coloniais até elementos do período colonial. Esses sítios arqueológicos são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais que moldaram a região ao longo dos séculos.

Ao todo, foram identificados 14 sítios arqueológicos sob domínio do município de Fortim, oficialmente cadastrados e georreferenciados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) referente a outubro de 2025 (Figura 25). São eles: Beberibe 3, Fortim 1, Fortim 2, Fortim 3, Fortim 5, Lagoa do Paraíso, Tembetá, CE 0019LA/UFPE, CE 0021LA/UFPE, CE 0022LA/UFPE, CE 0055LA/UFPE, CE 0058LA/UFPE, CE 0059LA/UFPE e Bragança. Abaixo, são descritos cada sítio conforme dados do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) sobre os achados do IPHAN.

*Outro o pagamento encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*

**Figura 25** – Sítios arqueológicos do município de Fortim - CE



Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental. 2025.

O Sítio Beberibe 3, insere-se na categoria de Bem Arqueológico, configurando-se como sítio pré-colonial implantado em tabuleiro pré-litorâneo. O conjunto material identificado compreende vestígios cerâmicos da Tradição Tupiguarani (Figura 26), incluindo exemplares decorados, além de remanescentes malacológicos, compondo um quadro representativo das práticas culturais das populações indígenas que ocuparam a região. Sua identificação e posterior resgate integraram as medidas compensatórias previstas no Termo de Ajustamento de Conduta, TAC IPHAN-CE nº 001/2014, em razão da implantação da linha de transmissão SE Praias de Parajuru (69 kV) / SE Itaiçaba. O acesso ao sítio ocorre a partir da rodovia CE-040, por meio de estrada não pavimentada que conduz ao assentamento de reforma agrária Coqueirinho, prosseguindo até a fazenda do Sr. Nacélio, situada nas proximidades da área arqueológica.

*Outro o lagoarinho encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*

- Diagnóstico Socioeconômico -

*Figura 26 – Vestígios arqueológicos do Sítio Beberibe 3*



*Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2025.*

O sítio Fortim 1, constitui-se como Bem Arqueológico do tipo sítio, de caráter pré-colonial, implantado em tabuleiro pré-litorâneo. O material identificado compreende cerâmicas da Tradição Tupiguarani, incluindo exemplares decorados, além de vestígios malacológicos, os quais oferecem subsídios significativos para a compreensão das práticas culturais das populações indígenas da região (Figura 27). O acesso dá-se pela rodovia CE-040, seguindo por estrada não pavimentada até o assentamento de reforma agrária Coqueirinho e, em continuidade, até a fazenda do Sr. Nacélio; a partir deste ponto, o sítio localiza-se a 1.865 metros na direção sudeste, nas proximidades da comunidade de Coqueirinho.

*Figura 27 – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 1*



*Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2025.*

*Outro o Saguão de vacante o mar, emprega e profício em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

O sítio Fortim 2, configura-se como Bem Arqueológico de caráter pré-colonial, implantado em tabuleiro pré-litorâneo. O local apresenta vestígios cerâmicos associados à Tradição Tupiguarani, evidenciando práticas culturais indígenas na região (Figura 28). O acesso ao sítio ocorre pela rodovia CE-040, seguindo-se por estrada não pavimentada até o assentamento de reforma agrária Coqueirinho, a partir do qual se atinge a coordenada UTM indicada como ponto central (24M 9502916,37 E / 628277,62 N). O sítio localiza-se ainda a aproximadamente 200 metros do referido assentamento e a 145 metros ao norte da comunidade de Coqueirinho.

**Figura 28** – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 2



**Fonte:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. 2025.

O sítio Fortim 3, é classificado como Bem Arqueológico do tipo sítio, de natureza pré-colonial. Implantado em tabuleiro pré-litorâneo, apresenta vestígios cerâmicos vinculados à Tradição Tupiguarani, constituindo importante testemunho das ocupações indígenas na região (Figura 29). O acesso ao sítio ocorre pela rodovia CE-040, seguindo por estrada não pavimentada em direção ao assentamento de reforma agrária Coqueirinho; a partir deste ponto, o sítio Fortim 3 encontra-se a aproximadamente 6.800 metros na direção noroeste.

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*

*Figura 29 – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 3*



*Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2025.*

O sítio Fortim 5, é reconhecido como Bem Arqueológico do tipo sítio, associado ao período histórico. Implantado em tabuleiro pré-litorâneo, às margens de uma lagoa, apresenta acervo constituído por cerâmica regional, fragmentos de grés, vidros e faianças decoradas, elementos que evidenciam práticas culturais e padrões de uso do território em tempos coloniais e posteriores (Figura 30). O acesso dá-se pela rodovia CE-040, seguindo por estrada não pavimentada até o assentamento de reforma agrária Coqueirinho e, em continuidade, até a fazenda do Sr. Nacélio, localizada a aproximadamente 250 metros do sítio arqueológico. O local encontra-se ainda a cerca de 4.400 metros a noroeste da comunidade de Coqueirinho.

*Figura 30 – Vestígios arqueológicos do Sítio Fortim 5*



*Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2025.*

*Outro o Saguache encontra o mar, emprega e proficua em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

O sítio Lagoa do Paraíso, constitui-se como Bem Arqueológico do tipo sítio, apresentando vestígios cerâmicos associados à produção da Tradição Tupiguarani, relevantes para a compreensão das práticas culturais indígenas na região (Figura 31). O sítio encontra-se a apenas 20 metros da rodovia CE-040, no trecho entre Beberibe e Fortim, nas proximidades das coordenadas UTM 24M 611159,27 E / 9522871,45 N, situando-se ainda a cerca de 4.400 metros a noroeste da comunidade do Coqueirinho.

**Figura 31** – Vestígios arqueológicos do Sítio Lagoa do Paraíso



**Fonte:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. 2025.

O sítio Tembetá, situado no município de Fortim, Estado do Ceará, é classificado como Bem Arqueológico do tipo sítio, vinculado à Tradição Tupiguarani. Seu acervo compreende fragmentos cerâmicos, peças líticas e exemplares de tembetá, configurando importante registro material das práticas culturais indígenas, como ornamentos labiais característicos dessa tradição (Figura 32). Descoberto durante as atividades de implantação do Complexo Eólico Fortim, o sítio foi alvo de coletas de superfície, visando à preservação e ao registro dos vestígios. O acesso ao local se dá pelo acesso A1B do Parque São Clemente, área integrante do referido complexo eólico. O sítio oferece uma janela para práticas cerimoniais e de subsistência específicas, contribuindo para uma compreensão mais detalhada da complexidade e sofisticação cultural das populações que habitaram a região no período pré-colonial.

*Outro o lagoa do paraíso encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*

*Figura 32 – Vestígios arqueológicos do Sítio Tembetá*



*Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. 2025.*

No caso de CE 0019LA/UFPE, temos um sítio que sobrepõe vestígios de diferentes períodos, com registros de artefatos pré-coloniais e históricos, como fragmentos de cerâmica não vitrificada e porcelana, além de faianças finas e munições (Figura 33). A coexistência desses vestígios permite um estudo aprofundado das camadas de ocupação humana, evidenciando a continuidade e as transformações sociais ocorridas desde o período pré-colonial até o colonial.

*Figura 33 – Vestígios arqueológicos do Sítio CE 0019LA/UFPE*



*Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. 2025.*

O sítio CE 0021LA/UFPE, localizado em área de tabuleiro pré-litorâneo anteriormente recoberto por dunas, apresenta ocorrência de material arqueológico tanto pré-histórico quanto histórico, distribuído em superfície exposta. A dispersão dos vestígios

*Outro o Saguache encontra o mar, emprega a fofoca em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

evidencia a utilização pretérita do espaço, ainda que não se tenham identificado estruturas construtivas ou arquitetônicas associadas, configurando-se, assim, como importante registro das práticas culturais e da ocupação humana em diferentes períodos históricos na região.

O sítio CE 0022LA/UFPE, implantado em área de tabuleiro pré-litorâneo outrora recoberto por dunas, apresenta distribuição superficial de material arqueológico de naturezas pré-histórica e histórica. A presença desses vestígios, embora sem associação a quaisquer estruturas construtivas ou arquitetônicas, revela a importância da área como espaço de ocupação humana em diferentes períodos, constituindo-se em significativo indicador das dinâmicas culturais e históricas desenvolvidas na região.

O sítio CE 0055LA/UFPE, registrado como Bem Arqueológico no município, insere-se na categoria de sítio arqueológico e apresenta um conjunto de vestígios composto por munições datadas dos séculos XX e XXI, fragmentos de faiança fina e material lítico lascado (Figura 34). Essa diversidade evidencia tanto ocupações e atividades recentes quanto práticas de caráter mais antigo, configurando o local como importante testemunho da sobreposição temporal de diferentes usos do território. O acesso à área é realizado pela rodovia estadual CE-040, que conduz diretamente às proximidades do sítio.

**Figura 34** – Vestígios arqueológicos do Sítio CE 0055LA/UFPE



**Fonte:** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, 2025.

O sítio CE 0058LA/UFPE, situado em área de formação dunar, apresenta ocorrência de material arqueológico pré-histórico e histórico caracterizado por fragmentos bastante dispersos e de pequena dimensão, evidenciando ocupações pretéritas sem, contudo, revelar a presença de estruturas construtivas ou arquitetônicas associadas. A natureza fragmentada

*Outro o lagoanhado encontra o mar, empingua e profusão em harmonia*



## - Diagnóstico Socioeconômico -

do acervo confere ao local relevância como registro material de diferentes momentos de uso e ocupação humana no litoral cearense.

O sítio CE 0059LA/UFPE, implantado em área de formação dunar, apresenta material arqueológico de caráter histórico, identificado em fragmentos bastante dispersos e de reduzidas dimensões, distribuídos em superfície. A ausência de estruturas construtivas ou arquitetônicas associadas indica tratar-se de um local de deposição ou ocupação efêmera, ainda assim relevante para a compreensão dos processos de uso e transformação do espaço no contexto histórico regional.

O Bragança tratava-se de um cargueiro a vapor com arqueação bruta de 1.190 toneladas, que veio a naufragar em 27 de dezembro de 1925. Segundo registros oficiais, a embarcação sofreu colisão e posterior encalhe em formações recifais situadas nas proximidades da costa, defronte ao Pontal de Maceió, no município de Fortim, resultando em seu afundamento. Esse achado é significativo para os estudos de arqueologia subaquática e para a compreensão das rotas comerciais e da atividade marítima da época, refletindo aspectos cruciais da história naval e econômica do litoral cearense.

### 3.15.2 Tradições Locais e Manifestações Culturais

As tradições locais de Fortim são uma expressão viva da riqueza cultural e do vínculo profundo que seus habitantes mantêm com suas origens e com o ambiente natural que os cerca. A cultura do município é amplamente permeada por celebrações religiosas e eventos que integram a fé e as práticas comunitárias, sendo essas festividades um elo essencial para a coesão social e espiritual da população.

Uma das celebrações mais importantes é a Festa de Nossa Senhora do Amparo, padroeira de Fortim. Realizada anualmente em setembro, essa festividade reúne missas solenes, quermesses, novenas e procissões, transformando-se em um momento de profunda devoção e comunhão.

Outra tradição marcante é a Festa de São Pedro, co-padroeiro do município. Este evento é especialmente notável pelas procissões de jangadas que descem o Rio Jaguaribe, um espetáculo cultural que celebra a estreita ligação dos fortinenses com a vida marítima. Além das procissões, a festa inclui leilões e novenas organizadas pelas diversas comunidades locais. A procissão fluvial, que traz jangadas enfeitadas navegando pelas águas do rio, é uma

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

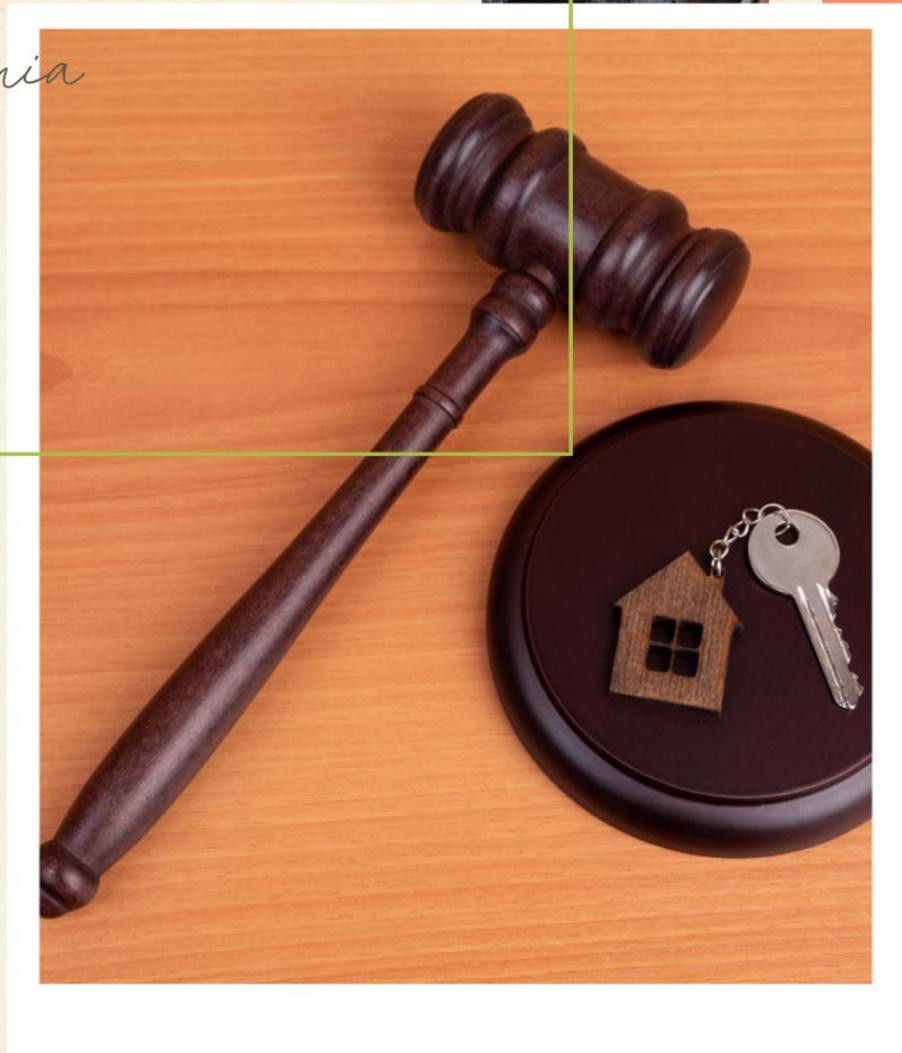
representação visual poderosa da importância da pesca artesanal na economia e na vida cotidiana dos habitantes.

Além das festividades religiosas, Fortim também celebra anualmente a Regata de Jangadas do Pontal de Maceió, um evento que combina tradição e desportividade. Nesta competição, pescadores locais e suas embarcações, frequentemente adornadas com motivos artísticos, competem em um circuito de velas, promovendo o espírito comunitário e celebrando a cultura marítima. A regata não só atrai visitantes e turistas para o município, mas também valoriza o patrimônio imaterial local, sublinhando o papel vital da pesca e da ligação histórica dos habitantes com o mar.

*Com o pagamento ao mar, a regata e tradição em harmonia*



Onde o  
Jaguaribe  
encontra o mar,  
natureza e  
tradição em  
harmonia



#### 4. ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES DO MEIO SOCIOECONÔMICO

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

Com base na análise das potencialidades e fragilidades identificadas no município de Fortim, os direcionamentos propostos a seguir configuram um ponto de partida estratégico para a elaboração de um prognóstico, com foco no planejamento territorial integrado, na gestão ambiental participativa e na formulação de políticas públicas municipais eficazes. Essas diretrizes, fundamentadas em uma abordagem multi e intersetorial, visam guiar o uso e a ocupação do solo de forma equilibrada e sustentável, promovendo a sinergia entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

**Quadro 7 - Potencialidades e fragilidades do meio socioeconômico**

Dimensões Socioeconômicas	Potencialidades	Fragilidades
<p><b>Saúde</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de projetos estratégicos como o "De Braços Abertos", que possui como objetivo retornar a atenção da saúde primária ao seu objetivo inicial; plano de arboviroses; contingência da COVID; emergências pediátricas e planos de contingência em grandes eventos.</li> <li>Acesso igualitário à saúde, privilegiando quem mais precisa de atendimento.</li> <li>Fortalecimento da atenção primária como pilar da saúde pública, com foco em prevenção e promoção, reduzindo a carga sobre serviços de média e alta complexidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alta taxa de mortalidade neonatal.</li> <li>Crescimento populacional acelerado, sem expansão proporcional da oferta de serviços, resultando no aumento do índice de desemprego.</li> <li>Entrada de trabalhadores temporários sem vínculo formal, dificultando vigilância epidemiológica.</li> <li>Ocorrência de surtos (COVID, DTAs) relacionada à chegada de trabalhadores externos.</li> <li>Falta de cobertura de saneamento básico, com impacto direto na saúde pública.</li> <li>Locais ainda desabastecidos de água potável ou com acesso precário.</li> <li>Dificuldades de acesso à infraestrutura laboratorial e de diagnóstico, essenciais para uma resposta rápida a emergências sanitárias.</li> </ul>
<p><b>Turismo, Agricultura e Pesca</b></p> 	<p>Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Demarcação de áreas específicas para pesca artesanal e kitesurf, contribuindo para o ordenamento e eludir possíveis conflitos. A existência da Lei Municipal nº 555/2015 é um importante marco regulatório da atividade esportiva.</li> <li>Existência do Mercado Municipal.</li> <li>Existência de associações: Associação Visite Fortim, formada por 21 associados, representantes de hotéis e pousadas; Associação de Buggys e Quadriciclos, com 25 associados; Associação dos Jovens do Pontal do Maceió: promove feirinha de artesanato no Pontal do Maceió, cursos de inglês na escola para crianças e de desenho para a comunidade.</li> </ul>	<p>Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Forte sazonalidade, com queda acentuada na baixa estação (de março a junho).</li> <li>Falta de políticas de incentivo ao turismo interno e de base comunitária.</li> <li>Poluição visual e ambiental em áreas turísticas e nas margens do rio.</li> <li>Cenário turístico atual pouco diversificado, apesar dos potenciais naturais do município, fragilizando a equipe local, devido à forte dependência dos modelos de turismo implementados.</li> <li>Dificuldade em qualificação de mão de obra, que demanda investimentos de médio e longo prazo.</li> </ul>

*Outro o pagamento encontra o mar, emprega e proficaz em harmonia*



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

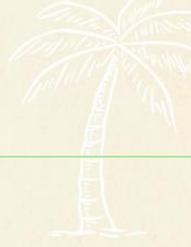
**Quadro 7 - Potencialidades e fragilidades do meio socioeconômico**

Dimensões Socioeconômicas	Potencialidades	Fragilidades
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alta estação: final de julho até meados de outubro, época em que os ventos estão mais propícios à prática de kitesurf. Durante o carnaval e feriados a movimentação também aumenta.</li> <li>Incentivo a atividades culturais e artesanato local, como na Feira de artesanato, realizada 1 vez por mês.</li> <li>Festival gastronômico realizado em setembro.</li> <li>Pontal do Maceió em crescimento econômico.</li> <li>Infraestrutura turística em expansão, investimentos em pousadas, restaurantes e passeios oferecidos.</li> <li>Potencial para investimento de turismo diversificado, como esportes náuticos, tendo como pilares as belezas naturais e forte incidência de ventos.</li> <li>Reconhecimento do município de Fortim enquanto importante destino turístico no litoral leste do Ceará, atraindo investimentos e, conseqüentemente, aumento a oferta de empregos.</li> </ul> <p><b>Agricultura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Fonte de subsistência para diversas famílias e uma importante atividade econômica.</li> <li>Potencial para integração da produção agrícola local na cadeia econômica do turismo, como a venda de produtos orgânicos.</li> <li>Potencial de investimento e integração visando implementar práticas sustentáveis e condizentes com objetivos de resiliência frente às mudanças climáticas.</li> </ul> <p><b>Pesca</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Licenciamento de 44 embarcações para pesca de lagosta.</li> <li>Capacitação e emissão de carteiras profissionais para pescadores.</li> <li>Distribuição de kits aos pescadores pelo FORTPESCA, programa do Governo do Ceará.</li> <li>Programas de peixamento de alevinos em lagoas (utilizando a espécie cará).</li> <li>Estudos ambientais do IBAMA sobre espécies pescadas localmente (ex:</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Riscos de impacto negativo aos ecossistemas sensíveis, como estuários, manguezais, faixa de praia e dunas.</li> <li>Risco de impactos ao pertencimento dos moradores, especialmente comunidades tradicionais, devido a influência do turismo de massa.</li> </ul> <p><b>Agricultura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura pouco estruturada e com baixa diversificação de culturas.</li> <li>Incidência de queimadas e práticas agrícolas sem orientação técnica.</li> <li>Escassez hídrica em períodos de seca e falta de apoio técnico permanente.</li> </ul> <p><b>Pesca</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de um sistema de monitoramento e rastreamento da produção pesqueira.</li> <li>Falta de cooperativas ou associações atuantes para organização da cadeia produtiva.</li> <li>Conflito de uso entre pesca artesanal e turismo náutico (kitesurf) – tem diminuído nos últimos anos, mas ainda é um aspecto a ser destacado.</li> <li>Estrutura precária para beneficiamento e comercialização do pescado (baixa utilização do Mercado Municipal).</li> <li>Práticas de pesca predatória e ilegal, prejudicando os ecossistemas e os estoques pesqueiros, sendo, ainda, uma problemática para a subsistência das comunidades tradicionais.</li> <li>Dificuldade de acesso a mercados e falta de valorização do pescado pela população local.</li> </ul>

*Outro o pagamento acontece o mar, sempre e profusão em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

**Quadro 7 - Potencialidades e fragilidades do meio socioeconômico**

Dimensões Socioeconômicas	Potencialidades	Fragilidades
	<p>tainha), com foco na diminuição da pesca de batida, de caráter predatório.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de instituições representantes da atividade pesqueira, como a Colônia de Pescadores Z-21 e a Associação de marisqueiras na comunidade Jardim.</li> </ul>	
<b>Serviços Públicos</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Participação no COMARES – Consórcio Intermunicipal para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, promovendo regionalização da gestão de resíduos.</li> <li>Presença de vias com pavimentação intertravada, promovendo drenagem mais eficiente e estética urbana, com menor incidência de calor, corroborando com o conforto térmico.</li> <li>Expansão da rede elétrica e sinal de telefonia móvel em comunidades litorâneas.</li> <li>Iniciativas de gestão compartilhada de resíduos intermunicipal, otimizando recursos e promovendo sustentabilidade na região.</li> <li>Investimento em infraestrutura básica, como a instalação de piso intertravado, facilitando o cotidiano dos moradores e sendo um aspecto positivo em relação ao turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de sistema público de esgotamento sanitário (esgotos a céu aberto ou fossas rudimentares).</li> <li>Coleta e destinação final dos resíduos sólidos ainda insuficiente, com pontos de descarte irregular.</li> <li>Impactos socioambientais e na saúde pública decorrentes da ausência de saneamento básico, podendo ser um agente causador de doenças.</li> <li>Dificuldade da capacidade dos serviços públicos devido ao crescimento populacional acentuado.</li> </ul>
<b>Meio Ambiente</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Presença de ecossistemas diversos: praias, dunas, estuários, manguezais e áreas de mata nativa.</li> <li>Potencial para criação de Unidades de Conservação e áreas de proteção ambiental.</li> <li>Ações pontuais de educação ambiental junto a escolas e eventos locais.</li> <li>Existência de paisagens naturais atrativas para ecoturismo e turismo sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baixa conscientização ambiental da população e visitantes.</li> <li>Descarte inadequado de resíduos sólidos nas praias e margens do rio Jaguaribe.</li> <li>Descarte de podas de árvores em locais inadequados.</li> <li>Pressão imobiliária crescente sobre áreas sensíveis (manguezais, dunas).</li> <li>Ausência de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) ou plano ambiental local atualizado.</li> </ul>
<b>Cultura e Tradição</b> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Existência de comunidades tradicionais autodeclaradas.</li> <li>Realização de Festejos tradicionais como as Regatas (em Pontal do Maceió, nos dias 19 e 20 de julho) e na Barra (em novembro); a Festa de Nossa Senhora do Amparo (em setembro) e a Festa de São Pedro (27 a 29 de julho).</li> <li>Identidade cultural forte em bairros como Pontal do Maceió, Jardim e Barra.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fragilidade na articulação entre as comunidades e órgãos públicos.</li> <li>Falta de incentivos e editais locais para projetos culturais comunitários.</li> <li>Perda gradual de práticas culturais devido à pressão econômica, especialmente do turismo.</li> <li>Ausência de equipamentos culturais permanentes (bibliotecas, centros culturais).</li> </ul>

*Outro o Jaguaribe encontra o mar, encontra a praia e profunde em harmonia*

- Diagnóstico Socioeconômico -

**Quadro 7 - Potencialidades e fragilidades do meio socioeconômico**

Dimensões Socioeconômicas	Potencialidades	Fragilidades
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Riqueza de ecossistemas que, além de promover bem-estar para a população local, tem potencial enquanto atrativo para a prática de ecoturismo e turismo comunitário e sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dificuldade na valorização e comercialização de produtos e serviços culturais locais, limitando a autonomia econômica das comunidades.</li> <li>Escassez de políticas públicas que reconheçam, apoiem e promovam a cultura local como vetor de desenvolvimento socioeconômico sustentável.</li> </ul>

*Fonte: BIOTEC Consultoria Ambiental, 2025.*

#### 4.1 Saúde: Fortalecimento da Rede e Ampliação da Cobertura

O desafio da saúde em Fortim exige uma abordagem multifacetada. É crucial implantar um sistema de registro e monitoramento de trabalhadores temporários para fortalecer a vigilância epidemiológica e mitigar os riscos de surtos. A alta taxa de mortalidade neonatal demanda um programa municipal robusto de redução, focado na qualidade do pré-natal, na humanização do parto e na capacitação contínua dos profissionais de saúde. A ampliação do acesso à água potável em comunidades desassistidas é premente, exigindo parcerias e a implementação de sistemas simplificados de abastecimento. Além disso, a intensificação de ações de educação em saúde nas escolas e comunidades, abordando temas como arboviroses, DTAs e saúde sexual/reprodutiva, é fundamental para promover a prevenção e a conscientização.

#### 4.2 Turismo: Redução da Sazonalidade e Promoção da Sustentabilidade

Para mitigar a forte sazonalidade do turismo e promover um modelo mais resiliente, Fortim deve desenvolver um calendário turístico-cultural anual diversificado, com eventos que atrativos também na baixa estação. A criação de roteiros integrados de turismo comunitário e ecológico, que valorizem os saberes locais, a pesca artesanal, a mariscagem e o artesanato, é essencial para agregar valor e distribuir os benefícios da atividade. A capacitação contínua de guias locais e condutores ambientais qualificará a oferta e promoverá a consciência ambiental. Essa ação pode ser desenvolvida em parceria direta com as associações que representam quem atua no setor turístico. A implementação de um selo de turismo sustentável incentivará boas práticas, enquanto campanhas estratégicas para o turismo regional e de final de semana focarão em lazer e gastronomia, buscando um fluxo mais constante de visitantes de localidades circunvizinhas ao longo do ano.

*Outro o pagamento encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*

- Diagnóstico Socioeconômico -

**4.3 Agricultura e Pesca: Sustentabilidade, Segurança Alimentar e Organização Produtiva**

A sustentabilidade da agricultura e da pesca em Fortim depende da implementação de assistência técnica rural continuada. Para garantir conservação da cobertura vegetal do município, crucial realizar campanhas de conscientização sobre os riscos e impactos das queimadas. Para fortalecer a organização produtiva, deve-se estimular a formação de cooperativas e associações, oferecendo apoio técnico e contábil, incentivando práticas sustentáveis. A criação de uma central de comercialização de produtos agroecológicos e da pesca, focada no turismo e no mercado local, aumentará o valor agregado e a autonomia dos produtores. O monitoramento ampliado da atividade pesqueira, incluindo dados de produção, espécies e sazonalidade, é vital para a gestão dos recursos. Por fim, um plano de convivência entre pesca artesanal e atividades náuticas, com mapeamento das áreas de uso e diretrizes claras para o ordenamento costeiro, é essencial para mitigar conflitos.

**4.4 Serviços Públicos e Infraestrutura: Expansão e Qualificação Essencial**

A modernização dos serviços públicos e da infraestrutura é uma prioridade. A elaboração e implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) deve ser urgentemente priorizada, abordando a ausência de esgotamento sanitário. A ampliação da cobertura da coleta regular e seletiva de resíduos, com a instalação de pontos de entrega voluntária (PEVs), é fundamental para mitigar o descarte irregular. Além disso, investimentos em iluminação pública eficiente em áreas de expansão urbana e nos acessos às praias contribuirão para a segurança e o desenvolvimento. A integração intersetorial entre saúde, meio ambiente e assistência social é vital para ações conjuntas e eficientes.

**4.5 Meio Ambiente: Preservação e Educação para o Futuro**

A riqueza ambiental de Fortim exige **ações de preservação e conscientização** da população. A criação de Unidades de Conservação Municipal, com gestão participativa e foco em manguezais e dunas, é crucial para proteger ecossistemas sensíveis, além de fomentar a participação social no processo de planejamento socioterritorial. A implantação de um programa de educação ambiental permanente, articulado com escolas, instituições público, privadas e comunidades, elevará a conscientização da população e dos visitantes. O estímulo

*Outro o pagamento encontra o mar, segurança e proteção em harmonia*





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

a roteiros de turismo de base ecológica, incluindo trilhas guiadas, observação de fauna e vivências locais, transformará a beleza natural em oportunidades sustentáveis.

**4.6 Cultura e Identidade: Valorização e Fortalecimento Comunitário**

A salvaguarda da rica cultura e identidade de Fortim requer ações estratégicas. É fundamental delimitar um fundo municipal de apoio à cultura, com editais acessíveis para projetos de grupos locais, fomentando a produção cultural. A criação de uma Casa da Cultura ou Centro Cultural Comunitário servirá como espaço de memória, arte e formação, evitando a perda gradual de práticas culturais e garantia da sensação de pertencimento dos moradores. O incentivo a registros audiovisuais de saberes tradicionais, como mariscagem, pesca, festas e culinária, perpetuará o patrimônio imaterial. Por fim, a formação de núcleos de organização comunitária e fortalecimento das instituições já existentes, com apoio técnico para gestão de associações e participação em conselhos, fortalecerá a articulação entre as comunidades e os órgãos públicos, garantindo que a voz local seja ouvida no processo de desenvolvimento.

Essas diretrizes fornecem um arcabouço robusto para a construção de um futuro sustentável, com redução das desigualdades e melhorias na qualidade de vida em Fortim/CE. A implementação dessas ações será significativamente potencializada pela elaboração de um Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) atualizado, que servirá como instrumento fundamental para subsidiar esse processo e garantir a compatibilização entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. A integração dessas perspectivas no planejamento e na gestão municipal é a chave para transformar as fragilidades em oportunidades e consolidar Fortim como um modelo de desenvolvimento sustentável.

*Outro o pagamento encontra o mar, inspira-se e profunde em harmonia*



Onde o  
Jaguaribe  
encontra o mar,  
natureza e  
tradição em  
harmonia

GOVERNO MUNICIPAL DE  
**FORTIM**  
CONTINUAR AVANÇANDO



## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



**- Diagnóstico Socioeconômico -**

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em: 17 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Indicadores Educacionais: Distorção Idade-Série. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/indicadores-educacionais/distorcao-idade-serie>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico 2022: Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Estatísticas da Produção Agrícola. Brasília: MAPA, 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Estatísticas do Trabalho Rural. Brasília: MTE, 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Produção Agrícola Municipal: Cultivos Temporários e Permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

BRUGHA, R.; VARVASOVSKY, Z. Stakeholder analysis: a review. Health Policy and Planning, v. 15, n. 3, p. 239–246, 2000. <https://doi.org/10.1093/heapol/15.3.239>

REED, M. S. Stakeholder participation for environmental management: a literature review. Biological Conservation, v. 141, n. 10, p. 2417–2431, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2008.07.014>

GRIMBLE, R.; WELLARD, K. Stakeholder methodologies in natural resource management: a review. Agricultural Systems, v. 55, n. 2, p. 173–193, 1997. [https://doi.org/10.1016/S0308-521X\(97\)00006-1](https://doi.org/10.1016/S0308-521X(97)00006-1)

DJI. Mavic 3 Enterprise Series Product Specifications. DJI Technology Co., Ltd., 2023. Disponível em: <https://www.dji.com/mavic-3-enterprise>

FORTIM. Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Prefeitura Municipal de Fortim, 2018. Disponível em: <https://fortim.ce.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

*Outro o Sagarinho encontra o mar, empurra e profunde em harmonia*

**- Diagnóstico Socioeconômico -**

FORTIM. Lei Complementar nº 030, de 03 de outubro de 2017. Dispõe sobre a organização territorial do município de Fortim – CE e estabelece os limites da zona urbana. Disponível em: <https://www.fortim.ce.gov.br>. Acesso em: 17 jul. 2025.

ROCHA, M. J. C.; ARAÚJO, L. M. S.; SILVEIRA, R. G. S.; SILVA, J. M. B.; MAIA, M. B. Educação ambiental e o diagnóstico socioambiental participativo da pesca da tainha. IBAMA, 2020. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/teses/pescadainhaartigo.pdf>

COMEX STAT. Exportação por município (2015–2024). Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025.

COMEX STAT. Importação por município (2015–2024). Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2025.

FAO. The State of Food and Agriculture. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2022.

FAO. The State of the World's Land and Water Resources for Food and Agriculture. Rome: FAO, 2021.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

WANDERLEY, M. N. Agricultura familiar e campesinato no Brasil: desafios para a sustentabilidade. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 8, n. 1, p. 22–43, 2000.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.

NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da sociedade. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, p. 39–57, 2001.

BEZERRA, M. F. Agricultura e migração no Ceará: desafios do desenvolvimento rural sustentável. Revista Econômica do Nordeste, v. 48, n. 2, p. 87–106, 2017.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2000.

BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das populações ribeirinhas. São Paulo: Hucitec, 2016.

*Outro o pagamento encontra o mar, empurra e profusão em harmonia*





**- Diagnóstico Socioeconômico -**

OSTROM, E. Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

RIBEIRO, E.; ALMEIDA, R. C. Agricultura familiar e segurança alimentar no Nordeste. Revista de Políticas Públicas, v. 19, n. 2, p. 121–137, 2015.

KAGEYAMA, A. Agricultura familiar e desenvolvimento rural. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: a agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Relatório Anual da Agricultura Familiar, 2023. Fortaleza: SDA, 2023.

CEARÁ. Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDACE. Estatísticas Fundiárias 2022. Fortaleza: IDACE, 2022.

LOPES, J. R. Agricultura irrigada e fixação populacional no semiárido nordestino. Revista Brasileira de Geografia, v. 72, n. 3, p. 81–97, 2015.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD, 2022.

UNESCO. Relatório Global de Educação 2022. Paris: UNESCO, 2022.

UNICEF. Situação da infância brasileira. Brasília: UNICEF, 2022.

WHO. World Health Statistics 2023. Geneva: World Health Organization, 2023.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS: Indicadores de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

BRASIL. Agência Nacional de Águas (ANA). Atlas Irrigação 2021. Brasília: ANA, 2021.

CEARÁ. Secretaria de Recursos Hídricos. Relatório de Gestão de Recursos Hídricos. Fortaleza: SRH, 2022.

*Outro o pagamento encontra o mar, impregna e profunde em harmonia*

IPECE. Perfil Básico Municipal de Fortim. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2023.

IPECE. Indicadores Socioeconômicos do Ceará. Fortaleza: IPECE, 2022.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOURA, M. P. Trabalho rural e sindicalismo no Nordeste. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 65, p. 45–61, 2007.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SHANIN, T. Definição de camponês: conceituação teórica e realidades históricas. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 4, n. 1, p. 31–56, 1996.

WORLD BANK. World Development Report 2023: Migrants, Refugees, and Societies. Washington: World Bank, 2023.

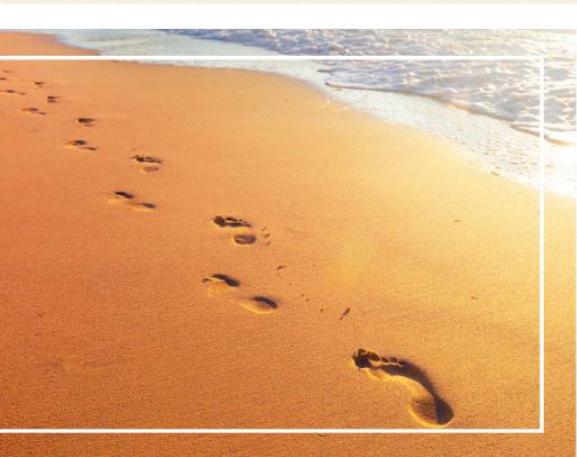
OECD. Rural Development Policy in Brazil. Paris: OECD, 2021.

SILVA, J. G.; BELIK, W. Políticas de abastecimento alimentar e agricultura familiar. Estudos Avançados, v. 21, n. 59, p. 125–145, 2007.

*Que o pagamento vença o mar, sempre e profusão em harmonia*



Onde o  
Jaguaribe  
encontra o mar,  
natureza e  
tradição em  
harmonia



## 6. ANEXOS



ANEXO A



**ENTREVISTA DO DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO – ZEE MUNICÍPIO DE FORTIM**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE**

Nome: \_\_\_\_\_ (opcional)  
Idade: \_\_\_\_\_ anos  
Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro  
Estado civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Divorciado  
Escolaridade: ( ) Analfab. ( ) Fund. inc. ( ) Fund. comp. ( ) Médio inc. ( ) Médio comp. ( ) Sup. inc. ( ) Sup. comp.  
Comunidade / Bairro: \_\_\_\_\_  
Instituição ou organização que representa (se aplicável): \_\_\_\_\_  
Função / Ocupação principal: \_\_\_\_\_  
Tempo de residência ou atuação na região: \_\_\_\_\_ anos

**2. PERCEPÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO**

**2.1 Como você descreveria as principais características ambientais da sua região?**

( ) Mata nativa ( ) Manguezal ( ) Dunas ( ) Áreas agrícolas ( ) Áreas urbanizadas  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

**2.2 Quais são, na sua opinião, os principais problemas ambientais enfrentados no município?**

( ) Desmatamento ( ) Poluição das águas ( ) Erosão costeira ( ) Uso inadequado do solo  
( ) Perda da biodiversidade ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**2.3 Existem áreas que você considera prioritárias para conservação? Quais e por quê?**

**3. ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS**

**3.1 Quais são as principais atividades econômicas desenvolvidas na sua região?**

( ) Agricultura ( ) Pesca ( ) Turismo ( ) Comércio ( ) Construção civil  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

**3.2 Essas atividades impactam o meio ambiente local?**

( ) Sim ( ) Não | Se sim, de que forma? \_\_\_\_\_

**3.3 Há conflitos de uso do território (por exemplo: turismo x pesca, agricultura x conservação)?**

( ) Sim ( ) Não Se sim, descreva brevemente: \_\_\_\_\_

**3.4 Quais os principais equipamentos turísticos da região? (Igrejas, hotéis, pontos turísticos, estabelecimentos representativos no local)**

**4. PARTICIPAÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL**

**4.1 Você já participou de alguma reunião, oficina ou projeto sobre planejamento territorial ou meio ambiente no município?**

( ) Sim ( ) Não Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Quando foi realizada e com qual objetivo? \_\_\_\_\_

**4.2 De que forma você gostaria de participar do processo de elaboração do ZEE?**

( ) Reuniões presenciais ( ) Oficinas temáticas ( ) Consultas por meio digital (WhatsApp, e-mail, etc.)  
( ) Através da associação / instituição que participo ( ) Outros: \_\_\_\_\_

**4.3 Você sente que as decisões sobre o uso do território são feitas de forma justa e participativa?**

( ) Sim ( ) Não Comente: \_\_\_\_\_

**5. VISÃO DE FUTURO PARA O MUNICÍPIO**

**5.1 Como você imagina o município de Fortim daqui a 10 anos?**

**5.2 O que você considera essencial para o desenvolvimento sustentável da região?**

( ) Educação ambiental ( ) Planejamento urbano e rural ( ) Geração de emprego e renda sustentável  
( ) Conservação de áreas naturais ( ) Melhoria da infraestrutura básica  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

**6. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES**

Espaço aberto para observações, sugestões ou relatos importantes sobre o território:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

*Que o pagamento vença o mar, empurra e proficie em harmonia*



ANEXO B



**Roteiro de perguntas com Representante dos Bugeiros**

Como é sua rotina de trabalho como bugueiro?

---

---

Quais são os principais atrativos turísticos incluídos nos seus roteiros?

---

---

Quais meses do ano têm mais movimento? E quais têm menos?

---

---

Você considera que o turismo traz benefícios reais para a população local?

( ) Sim ( ) Não ( ) Parcialmente

Explique sua resposta:

---

---

Quais são os maiores desafios enfrentados pela categoria atualmente?

---

---

Como funciona a associação dos bugueiros de Fortim?

---

---

Quantas pessoas fazem parte da associação dos bugueiros de Fortim?

---

Quais são os principais locais utilizados nos passeios de buggy?

---

---

Existe alguma legislação ou regra que regule o uso das dunas e trilhas?

( ) Sim ( ) Não ( ) Não sei

Se sim, quem fiscaliza? \_\_\_\_\_

Você acredita que os passeios causam algum impacto ambiental?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente sua opinião:

---

Já participou de alguma capacitação ou projeto sobre turismo sustentável ou proteção ambiental?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

*Que o bugueiro conecte o mar, a praia e a natureza em harmonia*



